



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 093

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Durval Amaral
Líder da Oposição	Waldyr Pugliesi
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Sérgio Spada
PMDB	Nereu Moura
PPB	Tony Garcia
PT	Hermes Fonseca
PDT	Luiz Carlos Zuk
PSL	Edno Guimarães
PST	Divanir Braz Palma
PL	Serafina Carrilho
PSB	Moysés Leônidas

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE JUNHO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Plauto Miró Guimarães.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 024/2001

Curitiba, 27.06.2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legisla-

tiva, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão com a denominação de Assistente de Segurança e simbologia 9-C, assim como adotar outras providências.

O plano de lei em referência é indiscutivelmente oportuno e necessário e é proposto em razão de concessão liminar, pelo Supremo Tribunal Federal, de medida cautelar na ADI nº 2.427, suspendendo a eficácia *ex-nunc*, os efeitos da Lei nº 10.704, de 10 de janeiro de 1994, e da Lei nº 10.818, de 25 de maio do mesmo ano.

Vale ressaltar que a medida ao mesmo tempo em que estabelece condições legais no sentido de harmonizar a situação com o entendimento da suprema Corte, o faz praticamente sem aumento de despesa para o Erário, eis que os cargos que cria são compensados por igual número de cargos que tornam-se extintos, em consequência da expressa renovação das leis anteriores.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 287/2001

Art. 1º - Ficam criados na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão com a denominação de Assistente de Segurança- simbologia 9-C.

Art. 2º - Aos Assistentes de Segurança que terão como atribuição o assessoramento administrativo policial, fica vedado o exercício de qualquer atividade inerente ao cargo de Delegado de Polícia.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º - São requisitos necessários para a nomeação no cargo de Assistente de Segurança:

- a) comprovação de escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente;
- b) submeter-se a teste psicotécnico;
- c) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis nºs 7.880, de 20.07.1984, 10.704, de 10.01.1994 e 10.818, de 25.05.1994.

Indicação:**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Pelo presente, comunico a Vossa Excelência que o ilustre deputado Ângelo Vanhoni, como titular e a deputada Luciana Rafagnin, irão compor a CPI da Telefonia, representando o Partido dos Trabalhadores.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) HERMES FONSECA

Líder do PT

Requerimentos:**REQUERIMENTO N 2193**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência na discussão e votação do substitutivo Geral de Plenário ao Projeto de Lei nº 015/2001, item 06 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, e Emendas a ele apresentadas sob nºs 2, 4, 5 e 7.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO N° 2190

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 05 (cinco) sessões do projeto de Lei nº 132/2000, item 11, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 2191

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 05 (cinco) sessões do projeto de Lei nº 393/2000, item 12, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 2210

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre as Tabelas do Regimento de Atos Judiciais e adota outras providências, conforme especifica, item 11 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO N° 2213

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 092/2001, em 2ª discussão, item 07, de autoria do ilustre deputado Hermas Brandão, constante da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO N° 2214

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a prorrogação da Sessão pelo período de duas (2) horas.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 2179

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o uso do Plenário Waldemar Daros, para o dia 10 de Agosto do corrente ano, às 19h00, para posse dos novos Acadêmicos da Academia Paranaense de Medicina Veterinária e entrega de Título de Acadêmicos Honorários.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2165

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar à família do senhor Sebastião Garcia Blessa, progenitor do senhor Jarbas Villas Boas Garcia, presidente da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, pelo falecimento ocorrido em Barbosa Ferraz-PR, aos 26.06.2001.

Requer, ainda, que da decisão, seja dada ciência à família enlutada (Rua Rio Grande do Sul, 1054 - Centro - CEP 86960-000 - Barbosa Ferraz-PR).

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 2169

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da senhora Catarina Xavier de Oliveira, ocorrido hoje, dia 27 de junho do corrente, em Curitiba-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seus familiares, através dos filhos Antonio, José, Varlei, Car-

los Roberto e Dalia Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Segismundo Pietrowski, 487 - CEP 82130-370 - Abranches - Curitiba-PR

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2182

Senhor Presidente:

O deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Naim Nasihgil, ocorrido em 23 de junho do corrente ano, no município de Ponta Grossa.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família enlutada através do filho, doutor Oscar Nasihgil à Rua José Bonifácio-195, caixa postal 250 - CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon- PR.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2184

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pelo falecimento da senhora Tereza Alves de Campos, ocorrido no dia 27.06.2001, em Ibiporã e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2185

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pelo falecimento do senhor Luiz Siena, ex-vereador de Alvorada do Sul, ocorrido no dia 26.06.2001, em Alvorada do Sul, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2186

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pelo falecimento do senhor Antonio de Souza Lemos, ex-prefeito de Alvorada do Sul, ocorrido no dia 24.06.2001, em Alvorada do Sul e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2189

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa

Diretora dos trabalhos desta Casa de Leis, após aprovação do Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Sebastião Garcia Blessa ocorrido ontem, dia 26 de junho na cidade de Barbosa Ferraz.

A Assembléia Legislativa do Paraná se fez presente aos funerais do senhor Sebastião Garcia Blessa, por delegação do seu presidente, através do deputado subscritor do presente documento, que participa do privilégio de pertencer ao círculo de amigos do extinto.

O pranteado era patriarca de família pioneira daquela cidade, onde, mercê de sua dedicação ao trabalho e às causas políticas e sociais, fêz por merecer o granjeamento da admiração, respeito e simpatia de toda a comunidade.

Que da decisão, se dê ciência à família enlutada e aos Poderes Executivo e Legislativo do município de Barbosa Ferraz.

Endereço da família: Rua Rio Grande do Sul, 1054, CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2192

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Daiji Tanaka, ocorrido dia 19/06/2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no último dia 19, o empresário do ramo de Supermercado e Hotelaria, da cidade de Goioerê, senhor Daiji Tanaka, que deixou viúva dona Silvia Sumie Tanaka. Deixou ainda, 04 filhos e 08 netos.

O passamento de Daiji Tanaka veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles, este parlamentar.

Daiji Tanaka, era pessoa bastante relacionada no município de Goioerê. Sua família e seus inúmeros amigos choram a falta do amigo que partiu para sempre.

Lá onde está poderá ter a certeza de que saberemos ser os seus continuadores na luta pelo ideal.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Tanaka, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2166

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à Dire-

toria da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão, eleita para o biênio 2001/2003, e empossada em 22 de junho deste ano, em Campo Mourão-PR.

Requer ainda, que da decisão deste, seja dada ciência à Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão, na pessoa do seu presidente, senhor Aquiles de Oliveira Dias (Avenida Irmãos Pereira, 2900 - Caixa Postal 145, CEP: 87.300-010 - Campo Mourão-PR).

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2167

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos e congratulações e um profundo sucesso ao Centro Integrado de Educação Superior de Campo Mourão-PR, pela recente instalação do Curso de Direito com a realização do 1º Vestibular, atendendo antiga reivindicação da comunidade estudantil de Campo Mourão e região.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência ao presidente do Conselho de Administração do CIES, doutor Marcos Antonio Corpa, e ao diretor do CIES, senhor Goro Saito, (Avenida Irmãos Pereira, 670, CEP: 87.300-000 Campo Mourão-PR).

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2170

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao CREA-PR, alusivos à cerimônia de lançamento do IV CNP - Congresso Nacional de Profissionais e 58ª Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - SOEAA, que acontecerá no dia 28 de junho do corrente ano em Foz do Iguaçu.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente, engenheiro agrônomo Luiz Antonio Rossafa, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Padre Camargo, 285 - CEP: 80060-240 - Alto da Glória - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2171

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o duto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações e aplausos, ao doutor Newton Sergio Ribeiro Grein, secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Com uma longa folha de serviços prestados na Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, como diretor geral daquela Pasta, o secretário Newton Sergio Ribeiro Grein vem, com grande destaque, dando continuidade ao dinâmico trabalho desenvolvido por seu antecessor, destacado empresário paranaense, José Carlos Gomes de Carvalho.

Nesta fase difícil para o nosso trabalhador humilde, dadas as exigências cada vez maiores de qualificação profissional em razão da globalização da economia, o empenho do secretário Newton Sergio Ribeiro Grein tem se constituído num importante fator para minimizar o drama da massa de desempregados, através dos inúmeros programas de qualificação e requalificação implementados pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, cujos resultados já permitem o retorno ao emprego para milhares de trabalhadores.

REQUERIMENTO Nº 2172

Senhor Presidente.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o duto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta nobre Casa, de votos de congratulações e aplausos à Rádio Clube Paranaense, pelo transcurso do seu 77º aniversário de existência, comemorado neste data.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Clube Paranaense, primeira emissora do Paraná e a terceira do Brasil, iniciou suas atividades no dia 27 de junho de 1924.

Discorrer sobre a importância da Rádio Clube Paranaense e sobre sua trajetória aos longos de seus setenta e sete anos de existência, demandaria muitas páginas, mesmo porque se confunde coma própria história do Paraná.

A consignação na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações e aplausos à prestigiada Rádio Clube Paranaense, é mais do que reconhecer, por parte deste Legislativo Estadual, os relevantes serviços prestados à população do Estado do Paraná e do Brasil; é reconhecer publicamente sua importância ao nosso Estado e sua gente, legitimamente representada pelos senhores deputados estaduais nesta Casa.

REQUERIMENTO Nº 2173

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao senhor Rogério Francisco Stein, eleito presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), pela sua posse que ocorrerá no dia 29 de junho de corrente ano, no município de Cascavel.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, no seguinte endereço, Avenida Toledo, 247 - Centro, CEP: 85.810-230 Cascavel-PR, fone (45) 226-1528, Associação Comercial e Industrial de Cascavel.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A nova diretoria da Associação Comercial e Industrial de Cascavel tomará posse no dia 29 de junho do corrente ano, para o gestão de 2000/2002, sendo o senhor Rogério Francisco Stein o presidente eleito que será empossado.

A nova diretoria é composta pelo seguintes membros:

Presidente: Rogério Francisco Stein; vice-presidente: Suzana Gasparovic Kasprzak; vice-presidente p/ Associação do Comércio: Pedro Muffato Junior; vice-presidente p/ Associação da Industria: Guido Bresolin Junior; vice-presidente p/ Associação da Agricultura: Gelso Ranghetti; vice-presidente p/ Associação Prestação de Serviços: Cezar Luiz Bernardon; vice-presidente p/ Associação da Mulher Empresária: Beatriz T. Doró Viecelli; vice-presidente p/ Associação do Jovem Empresário: Marcelo Centeno de Campos; vice-presidente p/ Associação das Microempresas: Francisco Altamiro Ribeiro; Secretário Geral: Emerson Luiz Destro; 1º secretário: Marcos Antonio Bertoli; tesoureiro geral: José Alexandre Polasek; diretora de Patrimônio: Neide Aparecida Monaro Basso; diretores de Eventos e Promoções: Regiane Cavalli Giacobbo, Carlos Roberto Santos Guedes; diretora para Assuntos Comunitários: Cleuza Mara Mizuta; diretora do Descon Departamento de Est. SócioEconômico: Mariângela P. Souza; diretores p/ Associação SCPC, Vídeo - Cheque e Dic: Leopoldo Nestor Furlan, Heroldo Secco Junior; diretor de Comunicação Social: Violar Sarturi; diretores de Relações Públicas: Caio Vieira Gottlib, Cláudio Valter Kopp; diretor para Assuntos de Comércio Exterior: Roberto Kaefer; Conselho Fiscal: Atair Gomes da Silva, Irio Atila Werkhauser, Paulo Cezar da Silva; conselho fiscal - suplentes: Alberto Rodrigues Pompeu, Cosme Edmar Bim e Jeremias Rocha dos Santos.

Desta forma, gostaria de parabenizar toda a diretoria e desejo-lhes sucesso nesta empreitada, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2174

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações à senhora Beatriz Terezinha Doró Vieceli, eleita presidente do Conselho da Mulher Empresária Executiva da diretoria Executiva da Associação Comercial e Industrial de Cascavel

(ACIC), pela sua posse que ocorrerá no dia 29 de junho do corrente ano, no município de Cascavel.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado a respectiva homenageada, no seguinte endereço, Avenida Toledo, 247 - Centro, CEP: 85.810-230 Cascavel-PR, fone (45) 226-1528, Associação Comercial e Industrial de Cascavel.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A nova diretoria do Conselho da Mulher Empresária Executiva da Associação Comercial e Industrial de Cascavel tomará posse no dia 29 de junho do corrente ano, para a gestão de 2001/2002, sendo a senhora Beatriz Terezinha Doró Vieceli a presidente eleita que será empossada.

A nova diretoria é composta pelo seguintes membros:

Presidente: Beatriz Terezinha Doró Vieceli; vice-presidente: Fátima Batista Demomi; 2ª vice-presidente: Edicélia Zornitta; 1ª secretária: Dagmar Kerlli Kuhn Dolce; 2ª secretária: Maria de Lourdes Galletto; 1ª tesoureira: Aurora Popoenga Siuta; 2ª tesoureira: Silvia Vanessa Vendramin; diretora de Relações Públicas: Marilene Lurdes Giason; diretora do Departamento Social: Sivonei Gaidarji; oradora: Jussara M. Mendes; diretora do Departamento de Eventos: Leny Antunes Lima; conselho Fiscal: Sandra Maria Zini, Neide Aparecida Monaro Basso e Rosemeri Petzold.

Desta forma, gostaria de parabenizar toda a diretoria e desejo-lhes sucesso nesta empreitada, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2175

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao senhor Marcelo Centeno de Campos, eleito presidente do Conselho Jovem Empresário da diretoria Executiva da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), pela sua posse que ocorrerá no dia 29 de junho do corrente ano, no município de Cascavel.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, no seguinte endereço, Avenida Toledo, 247 - Centro, CEP: 85.810-230 Cascavel-PR, fone (45) 226-1528, Associação Comercial e Industrial de Cascavel.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A nova diretoria do Conselho Jovem Empresário da Associação Comercial e Industrial de Cascavel tomará posse no dia 29 de junho do corrente ano, para o gestão de 2001/2002, sendo o senhor Marcelo Centeno de Campos o presidente eleito que será empossado.

A nova diretoria é composta pelo seguintes membros:

Presidente: Marcelo Centeno de Campos; vice-presidente: Juliano Huck Murbach; diretor para Associação do Comércio: João Cezar Dalmina; diretor para Associação de Prestação de Serviços: Otto Reis Filho; diretor para Associação da Agropecuária: Geancarlo Baggio Fracaro; 1º secretário: Bruno Ferreira; 2º secretário: Ricardo R. Zardo; 1º tesoureiro: Leonardo Furlan; 2º tesoureiro: Lissandro Saroli Veran; diretora de relações públicas

Desta forma, gostaria de parabenizar toda a diretoria e desejo-lhes sucesso nesta empreitada, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2177

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam concedidos votos de congratulações ao 13º Batalhão de Infantaria Blindado, pela comemoração do 78º aniversário de criação da Unidade.

Vem ao longo dos anos, prestando relevantes serviços à comunidade pontagrossense, enaltecendo o município, valorizando a vida e participando da sociedade, bem como defendendo com brio e altivez a soberania nacional.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência aos soldados, tenentes e demais militares, em nome do coronel Flávio Marcondes Júnior, comandante do 13º BIB, na Avenida Carlos Cavalcanti, 2179 - Ponta Grossa - 84025-000.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2178

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos, ao município de Mariópolis, pela passagem de seus 41 anos de emancipação política, no próximo dia 25 de julho do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao senhor prefeito municipal, Neuri Roque Rossetti, ao vice-prefeito, Nadir Pereira, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e transmitam a toda a população de Mariópolis as homenagens prestadas.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 25 de julho, o município de Mariópolis estará comemorando seus 41 anos de emancipação

política que será comemorado festivamente por todos os municípios.

Portanto, nesta significativa data toda a população de Mariópolis é digna do nosso respeito e admiração pela eficiente colaboração que vem prestando em prol do constante progresso do município.

A região onde se localiza o município de Mariópolis é essencialmente agrícola e grande produtor de soja e milho.

Quando o município de Mariópolis comemora mais um aniversário de sua emancipação política vemos, com muito orgulho, que continua a mesma cidade, sempre hospitaleira, que caminha a passos largos em direção ao desenvolvimento e ao progresso, rumo ao seu objetivo maior que é proporcionar cada vez mais, melhores condições de vida a toda a população.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se às comemorações e homenagens que serão prestadas ao município no transcurso de seus 41 anos, e a toda a população que, no decorrer desses anos todos prestou apoio incondicional, o nosso abraço fraterno na certeza de que continuarão com a mesma garra o trabalho diuturno.

REQUERIMENTO Nº 2180

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a Rádio Clube Paranaense, pela comemoração de 77 anos da sua fundação.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Clube Paranaense está completando em data de hoje seus 77 anos. Fundada em 27 de junho de 1924, foi a primeira emissora do Paraná e a terceira do Brasil e sua história está ligada a própria história do Estado, já que desde cedo foi um dos principais veículos de comunicação, participante da vida econômica, social, política e histórica do Paraná.

A história de sua fundação remete a três ouvintes que reuniam-se no sótão da residência do senhor João Alfredo Silva para ouvir rádio e a Rádio Clube foi ao ar no dia 27 de junho, tendo sua primeira diretoria constituída pelos senhores Francisco Fido Fontana (Presidente), Lívio Gomes Moreira (Direção Técnica) e João Alfredo Silva (Secretário).

A Rádio Clube nasceu com objetivos educativos e seu primeiro transmissor tinha potência de 3 watts, quando nossa cidade tinha apenas 70.000 habitantes. Hoje, 77 anos depois, a Rádio Clube possui alcance mundial e chega às casas com o prefixo B-2, que advém do prefixo PRB-2.

Durante mais de duas décadas a Rádio Clube Paranaense foi a única emissora de Curitiba, pois somente no final da década de 40 surgiu a segunda emissora - Rádio

Marumby e já em seguida surgiu a Rádio Guairacá. Nesta oportunidade grandes nomes de expressão da Rádio Clube transferiram-se para a Rádio Guairacá. Mas, sendo a Rádio Clube a primeira e mais tradicional da nossa cidade e do nosso Estado, muitos nomes de expressão já passaram pelos seus microfones.

Ao longo destes 77 anos, muitos foram os programas que encantaram os ouvintes da Rádio Clube. Dentre eles, o de maior repercussão foi a Revista Matinal, sob a responsabilidade de Artur de Souza, e ficou no ar durante 29 anos. Também diversos programas de auditório marcaram época sob a responsabilidade de Ubiratan Lustoza.

A Rádio Clube, durante a época de ouro do rádio, além de valorizar suas equipes de trabalho, trouxe para seus microfones nomes famosos como Orlando Silva, Ataulfo Alves, Dalva de Oliveira, Gregório Barros, Nuno Roland, Tito Schipa, Carlos Galhardo, Vicente Celestino, Emilinha Borba, Marlene e outros.

Primeira em transmissão esportiva no Paraná, a Rádio Clube mantém esta liderança até hoje. Sua primeira transmissão esportiva foi ao ar dia 02 de setembro de 1934, direto da Baixada, em Curitiba, em um clássico Atletiba e em 1970 transmitiu toda a Copa do Mundo.

Uma outra página interessante da história da Rádio Clube foi o rádio-teatro com um grupo de atores que pertencia à emissora, todos amadores, porém cheios de boa vontade e idealismo. Dentre as muitas peças levadas ao ar, a primeira foi "A ceia dos Cardeais", do autor Júlio Dantas, transmitida com grande sucesso em 1934.

Desde a sua fundação, a Rádio Clube destacou-se pela preocupação de levar aos ouvintes a melhor e mais fidedigna informação. Atualmente integra a Rede Católica de Rádio - RCR, junto com mais 170 emissoras, sendo a maior emissora católica do Brasil. Inicialmente sob a responsabilidade do Arcebispo, passou, em 1992, para a Congregação dos Irmãos Maristas.

Como comunicador, tenho orgulho de integrar o corpo funcional da Rádio Clube já 26 anos, com programa diário, pela manhã, das 6h30min às 9h30, com um Canal Aberto para a comunicação com o povo do nosso Paraná.

Pela comemoração de seus 77 anos, receba a Rádio Clube Paranaense (Rua Rockfeller, 1311 - Rebouças - Curitiba - PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2187

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos, ao prefeito municipal de Curitiba, Cássio Taniguchi, bem como ao prefeito municipal de São José dos Pinhais, Luiz Carlos Setim e, a outros senhores prefeitos municipais do Paraná, pela feliz iniciativa determinando o adiantamento

de 50% (cinquenta por cento) do 13º Salário a todo o funcionalismo municipal, no mês de junho.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Cássio Taniguchi, e ao prefeito de São José dos Pinhais, Luiz Carlos Setim.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Várias prefeituras, entre elas Curitiba e São José dos Pinhais, programaram o adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário para o mês de junho.

Na época em que vivemos, o planejamento e a técnica vieram substituir os métodos rotineiros.

Hoje, as prefeituras bem administradas, como Curitiba, São José dos Pinhais e outras do Estado do Paraná, trazem conforto aos seus dedicados servidores, inclusive com pequenos aumentos de vencimentos ao longo do tempo.

É, pois, com imensa satisfação que vemos a organização de prefeituras tratarem com carinho seus auxiliares.

Orgulha-se portanto este deputado, em requerer para constar nos Anais da Assembléia Legislativa, para legar aos pósteros este exemplo de virtude dos senhores prefeitos, para que lhes sirva de modelo e estímulo.

REQUERIMENTO Nº 2212

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos à Rádio Cultura de Maringá e a seus diretores Samuel Silveira, Joaquim Dutra e Carlos Piovezan Filho, pela passagem do 50º aniversário desta que é uma das mais importantes rádios do Paraná, transcorrido no último dia 15 de junho.

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados e aos comunicadores da Rádio Cultura Antonio Carlos de Toledo, Paulo Mantonvani, Antonio Paulo Pucca, Ivo Cunha, Rogério Rico, Leonardo Silva Filho e Maria Cristina Hashimoto.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1951 pelo empresário Samuel Filho, um dos homens de comunicação mais emblemáticos da história de Maringá e do rádio paranaense e até brasileiro, quando se fala em, interiorização do rádio, a Rádio Cultura de Maringá figura entre os principais veículos de comunicação do Paraná, com programação invejável quanto ao nível e à audiência.

Tendo ao lado os empresários Joaquim Dutra e Carlos Piovezan Filho, Samuel Filho fez da Rádio Cultura de Maringá um instrumento de desenvolvimento do Noroeste do Paraná, de suas culturas e tradições. As histórias de Maringá e de toda a região Noroeste não podem

ser contadas sem menção à Rádio Cultura de Maringá e a seu fundador e colaboradores.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2168

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Hélio Cardoso Derenne, superintendente da 7ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, solicitando providências urgentes no sentido de ser alterado o posicionamento dos Policiais Rodoviários Federais que realizam patrulhamento na Rodovia BR-373.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A função da Polícia deve ser sempre educativa e preventiva.

Como milhares de paranaenses, passamos semanalmente pela Rodovia BR-373, no sentido de Ponta Grossa a Telêmaco Borba e observamos que os policiais rodoviários ficam estacionados em locais que não condizem com o bom desempenho de suas funções e com o objetivo maior da Polícia Rodoviária, que é a de educar e prevenir os motoristas como melhor conduzirem seus veículos nas estradas, observando as normas e leis de trânsito.

A função dos policiais é, antes de tudo, orientar, os motoristas, para que em primeiro lugar esteja a observância das leis visando sempre a segurança e a vida de condutores e pedestres.

Entretanto, o que vemos, é uma postura dos policiais rodoviários que visa exclusivamente a punição, com a aplicação de multas, uma vez que os mesmos ficam escondidos, de tocaia em local que dificulta sobremaneira o tráfego de veículos causando congestionamento e colocando em risco a vida de condutores, acompanhantes e pedestres e a vida deles mesmos, pois ficam estacionados em uma curva fechada, na parte mais estreita da pista, sem acostamento, somente para multar os menos prudentes que não cumprem as leis de trânsito.

Assim sendo, solicitamos a imediata determinação dessa Superintendência para que os policiais rodoviários federais se posicionem em um local que proporcione maior segurança, tanto aos motoristas como aos próprios policiais e o princípio básico de prevenir e educar continue norteando os serviços da Polícia Rodoviária Federal.

REQUERIMENTO Nº 2176

Senhor Presidente:

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando providências quanto à situação da segurança pública no município de Ponta Grossa.

Diante da falta de atenção do poder público, a polícia e outras instituições que atuam no setor da segurança, como por exemplo a Delegacia da Mulher, o Conselho da Criança e do Adolescente, o Presídio Hildebrando de Souza e o Instituto Médico Legal, acabam recorrendo ao Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa. Para atender às demandas dos órgãos de segurança, o conselho conta com o apoio da comunidade.

Entre os principais problemas estão a superlotação e a fragilidade do presídio que hoje abriga mais de 175 detentos, enquanto a capacidade é para 80, assim como a falta de viaturas, armamentos e equipamentos para as Polícias Civil e Militar, e a precariedade estrutural do Instituto Médico Legal e do Instituto de Criminalística.

Requer ainda, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência aos membros do Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa, em nome do presidente, senhor Perci Pedroso, na Rua Tiradentes, 1002 - Ponta Grossa -PR.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2181

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente manifestando solidariedade ao senhor Clóvis Bombarda, prefeito municipal de Corbélia.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, no seguinte endereço, Prefeitura Municipal de Corbélia, R. Amor Perfeito, 1622-CEP 85420-000 Tel. 045-242.1162 Corbélia PR.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Justiça recentemente acolheu denúncia do Ministério Público contra o prefeito de Corbélia, Clóvis Bombarda, pela suposta contratação de servidores sem concurso público.

Estou solidário por conhecer o caráter e a postura política de homem público, sei que suas ações estão diretamente ligados à busca do bem público e não a uma questão técnica administrativa que irá buscar enlamear um nome de quem na verdade serve de exemplo no trato da coisa pública.

Faço questão de protocolar este requerimento com o objetivo de que a Assembléia Legislativa do Paraná assumo o compromisso de estar ao lado daqueles que engrandecem a política.

Desta forma, gostaria de manifestar votos de solidariedade para o prefeito municipal de Corbélia, Clóvis Bombarda, solicitando para tanto, o voto favorável dos nobres pares para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2194

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Telepar Brasil Telecom solicitando que as ligações telefônicas de Ângulo para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paiçandu, Iguaraçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Ângulo, José Manoel de Campos Silva, ao vice-prefeito, Moisés Gomes da Silva, ao presidente da Câmara Municipal, Donizete Fernandes de Lima, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana e Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2195

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Telepar Brasil Telecom solicitando que as ligações telefônicas de Ângulo para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paiçandu, Iguaraçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Ângulo, José Manoel de Campos Silva, ao vice-prefeito, Moisés Gomes da Silva, ao presidente da Câmara Municipal, Donizete Fernandes de Lima, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana e Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2204

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Telepar Brasil Telecom solicitando que as ligações telefônicas de Ângulo para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paiçandu, Iguaraçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Ângulo, José Manoel de Campos Silva, ao vice-prefeito, Moisés Gomes da Silva, ao presidente da Câmara Municipal, Donizete Fernandes de Lima, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2206

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Agência Nacional de Telecomunicações solicitando que as ligações telefônicas de Ângulo para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Ângulo, José Manoel de Campos Silva, ao vice-prefeito, Moisés Gomes da Silva, ao presidente da Câmara Municipal, Donizete Fernandes de Lima, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2197

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Telepar Brasil Telecom solicitando que as ligações telefônicas de Iguaçu para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Iguaçu, Sebastião Aurélio da Silva, ao vice-prefeito, Ângelo Celso Zampieri, ao presidente da Câmara Municipal, Jenuário Borges, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2209

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Agência Nacional de Telecomunicações solicitando que as ligações telefônicas de Iguaçu para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Iguaçu, Sebastião Aurélio da Silva, ao vice-prefeito, Ângelo Celso Zampieri, ao presidente da Câmara Municipal, Jenuário Borges, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2196

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Telepar Brasil Telecom solicitando que as ligações telefônicas de Paçandu para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaraçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Paçandu, Jonas Eraldo de Lima, ao vice-prefeito, Haroldo Françoso, ao presidente da Câmara Municipal, Anísio Monteschio, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2198

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações solicitando que as ligações telefônicas de Paçandu para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaraçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Paçandu, Jonas Eraldo de Lima, ao vice-prefeito, Haroldo Françoso, ao presidente da Câmara Municipal, Anísio Monteschio, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2207

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Telepar Brasil Telecom solicitando que as ligações telefônicas de Paçandu para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaraçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Paçandu, Jonas Eraldo de Lima, ao vice-prefeito, Haroldo Françoso, ao presidente da Câmara Municipal, Anísio Monteschio, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2199

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, solicitando que as ligações telefônicas de Doutor Camargo para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Doutor Camargo, Paulo Roberto Jardim Nocchi, ao vice-prefeito, Júlio Maria Figueiredo, ao presidente da Câmara Municipal, José Ribeiro do Prado e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2202

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Telepar Brasil Telecom, solicitando que as ligações telefônicas de Doutor Camargo para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Doutor Camargo, Paulo Roberto Jardim Nocchi, ao vice-prefeito, Júlio Maria Figueiredo, ao presidente da Câmara Municipal, José Ribeiro do Prado e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2205

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Telepar Brasil Telecom, solicitando que as ligações telefônicas de Marialva para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Marialva, Humberto Amaro Feltrin, ao vice-prefeito, Celso Afonso Dornelles Barros, ao presidente da Câmara Municipal, Sônia Silvestri, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2201

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, solicitando que as ligações telefônicas de Marialva para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaçu, Mandaguçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Marialva, Humberto Amaro Feltrin, ao vice-prefeito, Celso Afonso Dornelles Barros, à presidente da Câmara Municipal, Sônia Silvestri, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2208

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Agência Nacional de Telecomunicações, solicitando que as ligações telefônicas de Mandaguari para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaçu, Mandaguçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Mandaguari, Ari Eduardo Stroher, ao vice-prefeito, Luiz Carlos de Paulo, ao presidente da Câmara Municipal, Jair Alípio Costa, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2211

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Telepar Brasil Telecom, solicitando que as ligações telefônicas de Mandaguari para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaçu, Mandaguçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Mandaguari, Ari Eduardo Stroher, ao vice-prefeito, Luiz Carlos de Paulo, ao presidente da Câmara Municipal, Jair Alípio Costa, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2200

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Agência Nacional de Telecomunicações, solicitando que as ligações telefônicas de Floresta para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaraçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Floresta, José Roberto Ruiz, ao vice-prefeito, Jesus Rodrigues Moreli, ao presidente da Câmara Municipal, João Batista Mariti, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2203

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de expediente à Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, solicitando que as ligações telefônicas de Mandaguaçu para Maringá, bem como para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Paçandu, Iguaraçu, Mandaguaçu, Doutor Camargo, Sarandi, Marialva e Mandaguari - deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local.

Outrossim, requer comunicação do feito ao prefeito de Mandaguaçu, José Antonio Gargantini, ao vice-prefeito, José Luiz de Oliveira, ao presidente da Câmara Municipal, Arnaldo Mayer Rocco, e ao presidente da Amusep - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense, Vanderlei Santini.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação dos municípios elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações dos municípios da Região Metropolitana de Maringá encontram-se no município sede, qual seja, Maringá.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes municípios e Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa atualmente cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2215

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública e à Corregedoria Geral da Polícia Civil, solicitando afastamento do delegado João Ricardo Keppes de Noronha de suas atividades policiais, e a tomada de outras sanções disciplinares e administrativas, a bem do serviço público, tendo em vista a condenação do delegado por contrabando pela Justiça Federal, bem como por ter sido investigado pela Promotoria de Investigações Criminais (PIC) e denunciado pelo Ministério Público por corrupção e envolvimento com o crime organizado no Paraná.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

Projeto de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 288/2001**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :**Seção I**

Da Instalação e Funcionamento das Indústrias

Art. 1º - As fábricas de fogo de artifício só poderão funcionar mediante licença anual, após preenchimento dos seguintes requisitos:

I - apresentação de Título de Registro (TR), expedido pelo Ministério do Exército;

II - certificado de vistoria do Corpo de Bombeiros, Brigada de Incêndio Municipal ou laudo técnico de empresa do ramo de Segurança no Trabalho com qualificação específica para ministrar cursos de Prevenção, Combate a Incêndios e Primeiros Socorros, bem como, para desenvolver projetos nesta área;

III - vistoria da Secretaria de Segurança Pública, através da Delegacia de Explosivos, Armas e Munições - DEAM, ou, por ato obrigatório, vistoria da Subdivisão Policial ou Delegacia Regional da área de atuação na qual a empresa se instale.

Art. 2º - É proibida a fabricação de fogos de artifício em locais não autorizados. A instalação das fábricas só será permitida nas zonas rurais, ficando estas sujeitas à legislação em vigor, tendo em vista o disposto no capítulo I, do título V, do Decreto Federal nº 2998, de 23 de março de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3665, de 20 de novembro de 2000 (R-105).

Art. 3º - Os projetos de instalação das fábricas de fogos de artifício dependem de aprovação das autoridades competentes, nos quais serão observadas as distâncias constantes do anexo XV daquele decreto, entre depósitos de explosivos e construções habitadas, rodovias e ferrovias.

Art. 4º - Estão sujeitos à fiscalização e controle, desde a fase de fabricação:

I - as chamadas "espoletas de riscar";

II - os estopins para uso pirotécnico;

III - todos os tipos de pólvora;

IV - qualquer produto químico controlado destinado à fabricação de fogos de um modo geral.

Art. 5º - Os fabricantes de fogos de artifício estão obrigados a manter um livro de escrituração de estoque dos produtos químicos básicos, onde lançarão, diariamente, as compras e o consumo de material, enviando ao Ministério do Exército ou a seus órgãos e a DEAM, mapas trimestrais resumidos, constando as entradas, saídas, saldos existentes e nomes dos fornecedores.

Art. 6º - É proibida a venda de fogos de artifício a varejo nas instalações das respectivas fábricas.

Seção II Classificação

Art. 7º - Os fogos de artifício considerados permitidos classificam-se em:

I - Classe A

a) fogos de vista, sem estampido;

b) fogos de estampido que contenham até 20 (vinte) centigramas de pólvora por peça; e

c) balões pirotécnicos.

II - Classe B:

a) fogos de estampido que contenham até 25 (vinte e cinco) centigramas de pólvora, por peça;

b) foguetes com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, sem bomba; e

c) "post-à-feu", "morteirinhos de jardim", "serpentes voadoras" e outras equiparáveis.

III - Classe C:

a) fogos de estampido, que contenham acima de 25 (vinte e cinco) centigramas de pólvora, por peça;

b) foguetes com ou sem flecha, cujas bombas contenham até 6 (seis) gramas de pólvora, por peça.

IV - Classe D:

a) fogos de estampido, com mais de 2,50 (dois vírgula cinquenta) gramas de pólvora, por peça;

b) foguetes com ou sem flecha, cujas bombas contenham mais de 6 (seis) gramas de pólvora, por peça;

c) baterias;

d) morteiros com tubos de ferro; e

e) demais fogos de artifício.

Seção III Do Comércio

Art. 8º - nenhuma empresa poderá comercializar e/ou estocar fogos de artifício sem a prévia licença da Secretaria da Segurança Pública, através da Delegacia de Explosivos, Armas e Munições.

Parágrafo Único - Não será admitido comércio provisório de fogos de artifício no Estado do Paraná.

Subseção I Do Comércio Varejista

Art. 9º - Somente serão permitidas instalações para venda varejista de fogos de artifício nos seguintes locais:

I - lojas térreas ou garagens, sem pavimento superior;

II - lojas térreas ou garagens, com pavimento superior, com lajes divisórias de concreto simples, desde que não utilizados para residência;

III - lojas térreas ou garagens, com pavimentos superiores, utilizados para residência ou qualquer finalidade, desde que as lajes divisórias sejam exclusivamente de concreto armado.

Art. 10 - Nos casos do artigo anterior, somente poderão estar instaladas lojas desde que distantes:

§ 1º - 50 (cinquenta) metros de:

I - cinemas, teatros, casas de espetáculos, estádios de futebol e praças de esportes;

II - igrejas e/ou locais destinados a encontros e reuniões de caráter religioso;

III - estabelecimentos de ensino de qualquer espécie.

§ 2º - 80 (oitenta) metros de:

I - hospitais, maternidades, pronto socorros, clínicas e similares, excetuando-se aqueles locais onde não sejam feitas internações;

II - postos de combustíveis, inflamáveis, abastecimento de gás liquefeito de petróleo e similares;

III - edifícios públicos, quando o órgão ou entidade julgar necessário.

§ 3º - 200 (duzentos) metros de:

I - indústrias e depósitos de explosivos e seus acessórios, fogos de artifício, pólvoras de qualquer natureza, produtos químicos utilizados na fabricação de artifícios pirotécnicos e produtos afins.

Art. 11 - As instalações elétricas deverão estar totalmente embutidas em conduítes, em qualquer tipo de edificação destinada ao comércio de fogos de artifício.

Parágrafo Único - Não manter dentro dos estabelecimentos, fogões, fogareiros, aquecedores, velas acesas, bem como quaisquer aparelhos que possam promover chamas e/ou faíscas.

Art. 12 - Na área de comercialização deverão ser colocados extintores de incêndio, de água pressurizada, espuma mecânica ou pó químico e um de CO₂, a critério do Corpo de Bombeiros. Manter ainda em local visível, placas alertas com os dizeres: "CUIDADO EXPLOSIVOS" e "NÃO FUMAR", mínimo três de cada.

Parágrafo Único - Será admitido na área de vendas, pequena quantidade de fogos de artifício a título de mostruário, preferencialmente inertes. É proibido estocar e/ou comercializar fogos de artifício junto com pólvoras, armas, munições, materiais inflamáveis, combustíveis, alimentos de consumo humano ou animal e remédios.

Art. 13 - O local destinado a estoque de fogos de artifício - anexo às lojas - deverá ser construído em alvenaria ou concreto, com paredes bem acabadas, cobertura de laje de concreto simples ou telhas.

§ 1º - A metragem desse cômodo, não poderá ultrapassar 48 (quarenta e oito) metros cúbicos. Deverá possuir pelo menos 01 (uma) entrada, sendo esta com porta corta fogo em aço, com abertura para fora, janelas para ventilação cruzada com tela de aço malha 100 (cem) ou interior, ou sistema de ventilação forçada. Este depósito deverá preencher as exigências do artigo 12 (doze) desta lei.

§ 2º - A estocagem do material não deverá ser feita diretamente no chão e/ou encostada em paredes e teto, sendo necessário, estrados de madeira para acondicionamento e isolamento.

§ 3º - O material estocado não poderá ocupar 2/3 (dois terços) da metragem cúbica deste depósito, ou seja, 32 (trinta e dois) metros cúbicos.

§ 4º - Os depósitos anexos às lojas já existentes, cujas medidas ultrapassem o prescrito no § 1º desta lei, terão sua capacidade de estocagem limitada a 32 (trinta e dois) metros cúbicos.

Art. 14 - Caso seja conveniente, é facultado ao comerciante acondicionar seu estoque em container de carregamento marítimo, desde que este tenha sido pré-visoriado por empresa especializada, e pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, que expedirá uma licença específica, cujo container preencha as exigências dos arti-

gos 12 (doze) e 13 (treze), observando-se ainda o disposto no parágrafo único deste último.

Parágrafo Único - O estoque principal do comerciante, deverá ser mantido em zona rural, atendendo ao que preceituam os artigos 19 e seus parágrafos e 20.

Art. 15 - Todas as lojas deverão ter pelo menos uma saída de emergência.

Art. 16 - Todas as lojas deverão ter pelo menos um funcionário formado em curso de prevenção e combate a incêndios e primeiro socorros.

Parágrafo Único - O certificado de curso de prevenção e combate a incêndios e primeiro socorros, terá validade de dois anos. É obrigatória a reciclagem do curso após este período.

Art. 17 - É proibido vender, fornecer ou entregar a menores de 8 anos os fogos das classes "C" e "D", observando-se o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 81 e 244. Apenas os fogos das classes "A" e "B" podem ser vendidos a quaisquer pessoas.

Subseção II Do Comércio Atacadista

Art. 18 - Só será permitido o comércio atacadista para as empresas que possuírem autorização da Secretaria de Segurança Pública.

Parágrafo Único - A venda no atacado deverá ser feita por catálogo(s) e/ou produto(s) inerte(s), não sendo permitida a carga e descarga de fogos de artifício em zona urbana a título de pronta entrega.

Art. 19 - A empresa atacadista deverá manter seu estoque em depósito localizado em zona rural, devidamente licenciado pela Secretaria da Segurança Pública, em cuja área permita o afastamento mínimo de sessenta metros de rodovias, ferrovias, construções habitadas e de duzentos metros de indústrias de fogos e demais indústrias citadas no § 2º do artigo 10.

§ 1º - O depósito referido no *caput*, deverá ser construído de acordo com o prescrito nos capítulos IV e V, do título V do Decreto nº 3665 de 20 de novembro de 2000. As condições de armazenagem, deverão obedecer ao prescrito no capítulo VI do título V, daquele Decreto.

§ 2º - Deverão ser observadas as normas dispostas no artigo 12.

§ 3º - A metragem máxima permitida do depósito, será de 2.500 (dois mil e quinhentos) metros cúbicos por módulo, limitado o máximo a cinco módulos. Cada módulo deverá ser construído distante no mínimo 50 metros um do outro.

§ 4º - Não serão admitidos nos mesmos, estoques que ultrapassem 2/3 (dois terços) da metragem cúbica.

§ 5º - A empresa atacadista deverá ter veículo apropriado para o transporte dos fogos de artifício, devendo este ser licenciado pela autoridade competente.

Art. 20 - Para empresas atacadistas, deverá ser observado o disposto no artigo 16 *caput* e seu parágrafo único.

Seção IV Da Queima e Uso

Art. 21 - A queima de fogos, quanto a sua classificação, deverá obedecer a seguinte prescrição:

§ 1º - Classe "A", queima livre, exceto nas portas, janelas, terraços, etc, dando para a via pública.

§ 2º - Classe "B", queima proibida nos seguintes lugares:

I - portas, janelas, terraços, etc, dando para a via pública e na própria via pública; e

II - nas proximidades dos hospitais, estabelecimentos de ensino e outros locais determinados pela autoridade competente.

§ 3º - Classes "C" e "D", sua queima depende da licença da autoridade competente, com hora e local previamente designados, nos seguintes casos:

I - festa pública, seja qual for o local; e

II - dentro do perímetro urbano, seja qual for o objetivo.

Art. 22 - A queima dos fogos das classes "A" e "B", quando feitas por crianças e adolescentes, deverá ter a supervisão e orientação de adultos.

Art. 23 - A queima deverá obedecer às especificações e normas de segurança constantes das embalagens.

Art. 24 - A queima dos fogos de estampido, somente poderá ser feita no período das 7h às 22h, salvo os casos em que haja licença da autoridade competente.

Seção V Do Transporte

Art. 25 - O transporte de fogos de artifício em todo o território estadual, fica sujeito à autorização e expedição de licença da Secretaria da Segurança Pública e deverá obedecer ao prescrito no capítulo XI do título V do Decreto Federal nº 3665 de 20 de novembro de 2000.

Parágrafo Único - Nenhum veículo transportando fogos de artifício poderá trafegar no território do Estado do Paraná sem comunicação prévia à Secretaria da Segurança Pública.

Seção VI Dos Shows Pirotécnicos

Art. 26 - Serão considerados shows ou espetáculos pirotécnicos, aqueles onde forem queimados fogos de artifício cujo calibre exceda a 3,5 (três e meia) polegadas, salvo quando realizados em propriedades particulares, observados os preceitos legais.

§ 1º - Deverão ser observadas as seguintes distâncias entre o local da queima e expectadores, edificações e veículos:

Calibres (pol)	3,5	4	5	6	7	8	9	10	12	>12
Distâncias (m)	60	70	100	100	120	120	130	140	150	170

§ 2º - Para postos de combustíveis, inflamáveis e outros tipos de explosivos, as distâncias a serem observadas são as seguintes:

Calibres (pol)	3,5	4	5	6	7	8	9	10	12	>12
Distâncias (m)	100	100	140	140	150	170	180	200	200	240

§ 3º - Se no local da queima, houver barracas, quiosques, vegetação seca, balões infláveis de qualquer natureza, cujo gás utilizado seja inflamável ou explosivo, serão observadas as distâncias do § 2º.

§ 4º - As distâncias fixadas no § 1º poderão ser reduzidas em até 1/3 (um terço), se o show for montado em local que conte com barricada natural ou anteparo construído especialmente para este fim, depois de vistoria efetuada pela Secretaria da Segurança Pública.

§ 5º - As distâncias fixadas no § 2º poderão ser reduzidas em até 1/3 (um terço), se no local do show houver uma guarnição do Corpo de Bombeiros ou uma Brigada de Incêndio.

§ 6º - Em qualquer das hipóteses anteriores, deverá ser promovido o isolamento do local, que garantirá o afastamento dos espectadores, de modo a garantir-lhes a segurança. Em caso contrário, o show não poderá ser realizado.

Art. 27 - Todos os espetáculos pirotécnicos, depois de montados, devem ficar em área isolada, quando possível, barricada e protegidos contra agentes da natureza, como chuva e umidade.

Art. 28 - Em todo espetáculo pirotécnico é obrigatória a presença de blaster, técnico em pirotecnia, o qual se responsabilizará civil e criminalmente pela queima, juntamente com a empresa na qual trabalhe.

Parágrafo Único - O contratante responderá solidariamente aos profissionais e empresa citados no *caput*.

Art. 29 - Fica proibida a utilização de tubos avulsos soltos, em montagem de shows em terra firme e locais pavimentados. Referidos artifícios, deverão ser fixados em grades de madeira ou ferro e estas por sua vez deverão estar fixadas ao solo, de forma a promover a estabilidade do conjunto e de cada componente individualmente.

Parágrafo Único - Admite-se a montagem do show em plataformas fixas ou móveis, especialmente desenvolvidas para a execução de espetáculos pirotécnicos.

Art. 30 - Após o término do espetáculo pirotécnico deverá ser realizada rigorosa vistoria no local, num raio proporcional ao poder das bombas utilizadas, a fim de recolherem-se materiais eventualmente não deflagrados.

Parágrafo Único - A vistoria referida no "caput" deverá ser executada pelo blaster técnico em pirotecnia, responsável pelo evento.

Art. 31 - É proibida a execução de show pirotécnico no território do Estado do Paraná, sem a expedição da devida licença, na capital e região metropolitana, pela DEAM e nas demais cidades, pela autoridade policial local.

§ 1º - Os requerimentos solicitando a licença para a realização de show pirotécnico, deverão ser protocolizados com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência mínima, sob pena de indeferimento, ressalvando-se casos excepcionais que, devidamente justificados, serão decididos pela autoridade policial competente.

§ 2º - É vedada a terceirização do show ou espetáculo pirotécnico, por parte da empresa contratada, sem prévio requerimento justificativo firmado pelas partes, com firma reconhecida, o qual será submetido à apreciação da autoridade competente que poderá ou não deferir-lo, expedindo-se nova licença, mediante recolhimento da taxa de segurança pública, quando devida.

§ 3º - É obrigatória a comunicação por escrito, pelo contrato, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ao Corpo de Bombeiros ou Brigada de Incêndio Municipal, notificando-os da data, local e horário do evento.

Seção VII

Da Carteira de Habilitação para Blaster Pirotécnico

Art. 32 - O credenciamento de blaster pirotécnico, será procedido exclusivamente pela DEAM, mediante requerimento protocolizado junto aquela delegacia, devendo o candidato instruí-lo com os seguintes documentos:

I - cópias autenticadas do RG; CPF; certificado de curso especializado oferecido nas fábricas de fogos de artifício, associações legalmente constituídas e empresas com capacitação técnica, devidamente licenciadas; comprovante de residência e vínculo empregatício;

II - uma fotografia 2x2 recente;

III - atestado de antecedentes criminais;

VI - original da carteira de habilitação vencida (em caso de renovação);

V - atestado de saúde ocupacional; e

VI - taxa de segurança pública.

§ 1º - Poderão ser credenciados blaster técnicos em pirotecnia na categoria autônoma, desde que preencham os requisitos previstos neste artigo e que estejam devidamente registrados junto às Prefeituras Municipais. Deverão instruir seus pedidos de credenciamento, juntando ao mesmo os documentos comprobatórios desta condição.

§ 2º - O blaster referido no parágrafo anterior, deverá possuir local apropriado para montagem do show e veículo para transporte do material. Serão aplicadas as normas dispostas na Seção III, Subseções I e II e na Seção V.

Art. 33 - O curso especializado referido no inciso I do artigo 32, terá validade de dois anos. É obrigatória sua reciclagem após este período.

Art. 34 - A validade da carteira de habilitação para blaster pirotécnico, será de um ano.

Seção VIII

Das Licenças

Art. 35 - A expedição de licenças para o funcionamento de indústrias, comércio, depósito, uso e transporte de fogos de artifício, obedecerão aos seguintes critérios:

§ 1º - Os pedidos de licenças para o funcionamento de indústrias do ramo deverão preencher as exigências previstas no artigo 1º, desta lei.

§ 2º - A autoridade policial da DEAM, fará publicar as normas e documentação necessária para a obtenção de licenças para fabricação, comércio, depósito, uso e transporte de fogos de artifício. As licenças terão validade até o dia 31 de dezembro do ano de fluência.

§ 3º - O prazo para renovação das licenças, expira em 31 de março do ano subsequente ao do vencimento.

Seção IX

Das Vistorias e Fiscalizações

Art. 36 - As vistorias e fiscalizações de indústrias, comércio e locais de espetáculos pirotécnicos são de responsabilidade da autoridade policial competente, e a critério desta, poderão ser executadas em conjunto com associações legalmente constituídas, com base territorial no Estado do Paraná, desde que devidamente habilitadas.

Seção X

Das Proibições

Art. 37 - Serão permitidos a confecção, comércio e utilização de fogos de artifício, senão aqueles citados no Decreto Lei Federal nº 4.238, de 08 de abril de 1942 e o Decreto Federal nº 2998, de 23 de março de 1999, alte-

rado pelo Decreto Federal nº 3665, de 20 de novembro de 2000 (R-105).

Art. 38 - Fica proibida a manipulação, desmanche, ou qualquer outra alteração das características iniciais e originais de fabricação dos fogos de artifício, bem como a comercialização por unidade, salvo quando assim vier embalado para venda a granel.

Art. 39 - É expressamente proibido fumar em instalações industriais, comerciais e em espetáculos pirotécnicos, sendo obrigatória a fixação de pelo menos 03 (três) placas legíveis, em locais visíveis, relativo a esta proibição.

Art. 40 - É proibida a fabricação e a comercialização de qualquer espécie de balão.

Art. 41 - Ficam proibidos em todo o território do Estado do Paraná, a fabricação, comércio, depósito, uso e trânsito, dos seguintes artigos:

I - diabinho maluco, busca-pés sem varetas e similares;

II - espanta coiós, arrasta-pés e similares, bolas metralhas confeccionadas em cimento ou qualquer outro material, as quais contenham pólvora e outros produtos compostos com massa tóxica ou venenosa, principalmente à base de fósforo branco;

III - bombas de parede;

IV - trepas moleque com ou sem bombas;

V - fogos contendo nitroglicerina, sob qualquer forma, ou qualquer material explosivo ou inflamável capaz de, por si só, ou combinado com outros elementos, provocar autocombustão ou autodetonação;

VI - fogos importados, salvos os autorizados pelo Ministério do Exército e cujas embalagens tragam informações precisas, em língua portuguesa, acerca de sua origem, classe, quantidade, composição química, prazos de validade, além de informações sobre riscos eventuais e instruções de uso, tudo conforme o previsto no artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Único - Ficam também terminantemente proibidos:

I - fazer e alimentar fogueira em ruas e demais logradouros públicos;

II - queimar bombas de riscar a menos de 20 (vinte) metros de pessoas, veículos, edificações inflamáveis e explosivos;

III - atirar bombas do interior de veículos para as vias públicas;

IV - estocagem e comércio no estabelecimento de venda e varejo, de produtos de qualquer calibre que contenham no total, mais de 20 (vinte) gramas de massa explosiva e os acima de 03 (três) polegadas com qualquer outro efeito.

Subseção I Das Penas

Art. 42 - A inobservância de quaisquer dos princípios prescritos nesta lei, acarretará a aplicação, pela autoridade policial da DEAM, das sanções previstas no Decreto Federal nº 2998, de 23 de março de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3665, de 20 de novembro de 2000 (R-105), bem como a regular apreensão dos fogos de artifício.

§ 1º - Os fogos de artifício proibidos serão destruídos conforme preceitos e normas legais. Os permitidos, a critério da autoridade competente, uma vez regularizada a situação, poderão ser devolvidos ao infrator, desde que a devolução seja formalmente requerida no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data de apreensão. O silêncio do infrator no prazo legal implicará na distribuição do material apreendido.

§ 2º - Todas as medidas administrativas dispostas nesta lei serão aplicadas sem prejuízo de outras sanções, inclusive penais.

§ 3º - A pena de multa, a ser aplicada a critério da autoridade policial da DEAM, variará de acordo com a gravidade do fato, nos valores de um (um) a vinte (20) salários mínimos, aplicada em dobro em caso de reincidência, e assim sucessivamente.

§ 4º - As infrações às disposições desta lei serão apuradas em procedimento administrativo instaurado pela DEAM, ou por outra autoridade, por delegação, sendo iniciado com a lavratura de Auto de Infração, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Seção XI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 43 - Compete à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições - DEAM, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, a fiscalização regulada na presente lei.

Parágrafo Único - Nos municípios do interior, por ato delegatário, a fiscalização poderá ser efetuada pelas Subdivisões Policiais e Delegacias Regionais, sob orientação e controle da DEAM.

Art. 44 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e havendo lacunas, aplicar-se-ão os preceitos do Decreto Federal nº 2998, de 23 de março de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 3665, de 20 de novembro de 2000 (R-105).

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A fabricação, o comércio, o transporte, assim como, o depósito e o uso de fogos de artifício são atividades de alta periculosidade para a população se não reali-

zadas com o extremo cuidado com o manejo de material explosivo e volátil.

O uso de fogos encanta as pessoas pela beleza e seu espetáculo. Contudo, os graves acidentes ocorridos pela falta de cuidado no seu manejo ou no seu uso por pessoas desqualificadas, recheiam os noticiários nacionais de tragédias. Não menos grave, são os acontecimentos divulgados pela imprensa, do descuido e da falta de segurança dos locais de depósito e do transporte de fogos de artifício.

Assim sendo, necessário se faz haver regulamentação estadual sobre esta matéria, já que sua importância tem correlação direta com o bem maior do ser humano - A Vida!

Pelo acima exposto e pela relevância da matéria aqui proposta, esperamos poder contar com o apoio de nossos pares para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero neste dia, rememorar a esta Casa o pronunciamento feito pelo ilustre deputado Tony Garcia, quando respondia, em uma das oportunidades que ocupou a tribuna, aos ataques feitos à sua pessoa pelo governador Jaime Lerner. Quero também ratificar, neste instante, as denúncias feitas pelo deputado Neivo Beraldin, que em diversas e inúmeras oportunidades nos trouxe números, documentos e apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Paraná contra o governo do Estado.

E hoje, transcrito na Gazeta do Paraná, na página 7: "Corregedor do Tribunal de Contas denuncia Ficinski ao Ministério Público". A denúncia reuniu processos de prestação de contas, onde são detectadas flagrantes agressões contra a Constituição Federal, processos de prestação de contas, comprovação de convênios celebrados entre o município e o ParanáCidade, onde são flagrantes as agressões praticadas contra a Constituição Federal, a mando de Lubomir Ficinski. O secretário, mesmo após sofrer advertência pública do Tribunal de Contas, continua se negando a franquear informações administrativas ao órgão fiscalizador de contas, desobedecendo disposições constitucionais.

Quero, senhor presidente e senhores deputados, dizer que estarei entrando com requerimento nesta Casa e peço a aprovação, principalmente pela bancada de Situação, para que essas celeumas, essas nebulosidades das contas do Paraná, relacionadas principalmente ao ParanáCidade, junto ao seu secretário e junto ao Tribunal de Contas, através de um requerimento desta Casa, possamos oferecer ao conselheiro Nestor Baptista, porque as portas da Secretaria estão fechadas a este conselheiro e ao Tribunal de Contas do Paraná.

(Lê):

"O conselheiro e corregedor-geral do Tribunal de Contas do Estado, Nestor Baptista, entregou em mãos, ontem ao subprocurador-geral de Justiça, Lineu Walter Kirchner, denúncia contra atos praticados pelo secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e superintendente do Serviço Social Autônomo ParanáCidade, Lubomir Ficinski Dunin.

A denúncia reuniu processos de prestação de contas e comprovação de convênios celebrados entre municípios e o ParanáCidade; onde são detectados flagrantes agressões praticadas contra a Constituição Federal a mando de Lubomir Ficinski. O secretário, mesmo após sofrer advertência pública do Tribunal de Contas, continua se negando a franquear informações administrativas ao órgão fiscalizador de contas, desobedecendo disposições constitucionais. A denúncia teve como motivo o fato de o corregedor ter de responder ao subprocurador, a origem das informações publicadas em matéria veiculada pela Gazeta do Paraná no último dia 7 de março, onde contratos de serviços para realização de levantamentos aerofotogramétricos celebrados entre o ParanáCidade e municípios são denunciados.

Segundo a matéria, os diretores do ParanáCidade, capitaneados pelo secretário Ficinski, conseguiram induzir 130 prefeitos a assinarem os chamados convênios para elaboração de bases cartográficas, que nada mais é do que um levantamento aerofotográfico do município. Pelos termos do convênio, cabia às prefeituras oferecer uma contrapartida de 20% do valor do contrato, como não dispunham do dinheiro a solução foi recorrer a empréstimos tomados junto ao então pré-falimento Banestado. Até aqui nenhum problema legal, não fosse por um importante detalhe. A nenhum prefeito foi permitido ver um centavo do empréstimo feito em nome do município, sendo todo dinheiro expropriado pelo ParanáCidade, que contratou os serviços sem licitação e jamais prestou contas deste dinheiro ao Tribunal de Contas do Estado, conforme determina a lei. O valor total da empreitada foi de R\$5 milhões. Lubomir Ficinski recorreu à Procuradoria Geral de Justiça, alegando que a matéria foi elaborada com base na quebra de sigilo de informação dos processos em trâmite no TC e pediu ao MP que as circunstâncias em que as informações foram repassadas fossem esclarecidas. Ficinski, em sua reclamação à Procuradoria, atribuiu ao conselheiro Nestor Baptista a origem do vazamento de informações ditas sigilosas e que teriam sido publicadas pela Gazeta do Paraná. Em resposta à acusação, o conselheiro defende que o caráter público dos debates em plenário não pode ser restringido à qualquer cidadão, muito menos à imprensa. "Não será a decisão a portas fechadas que preservará a atuação desta Corte de Contas. A Carta da República e o Estado Democrático de Direito que ela contempla exige uma atuação transparente, pública como única garantidora da mencionada isen-

ção e legalidade”, argumentou o conselheiro. E continua: “Fica, em resumo, a impressão de que o secretário considera levianas as decisões (e também as discussões) desta Corte, quando identificadoras de desvio ou abuso cometidos por administradores público.”

Inconstitucionalidade

Baptista encaminhou ao subprocurador documentos que comprovam as ilegalidades praticadas pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano em licitações em diversos municípios, entre eles Cafezal do Sul, Ibaiti, Marechal Cândido Rondon, Floresta e São João da Boa Vista.

Em todos os casos, o Banestado era autorizado a reter ICMS do município para pagar as parcelas do empréstimo, o que afronta o artigo 167 da Constituição Federal, que veda “a vinculação de receita de impostos (...)”. Ao mesmo tempo, todos os prefeitos que autorizaram o Banestado a reter ICMS estão passíveis de crime de responsabilidade, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independente do pronunciamento da Câmara de Vereadores, pois constitui-se desvio ou aplicação irregular de verba pública, com base no artigo 1º do Decreto-Lei nº 201/67.

Estas irregularidades tiveram reflexo visível em dois municípios, Francisco Beltrão e Contenda, pois os prefeitos não tinham como legalmente registrar na contabilidade a saída de recursos da conta do ICMS para o pagamento direto de parcela do empréstimo ao Banestado.

Outras ilegalidades praticadas pelo secretário Lubomir Ficinski foram anexadas à denúncia, além de documentos que apontam indícios fortes de licitação dirigida para compra de ambulâncias, equipamentos rodoviários, criação de “licitação privada” (sic). O pagamento de 10% do valor do contrato à Femupar (Federação dos Municípios do Paraná), encarregada pelo ParanáCidade de “fiscalizar” as obras também foi denunciado ao Ministério Público.

Nestor Baptista, embora considere que os programas executados pela Secretaria levam benefícios à população, ressaltou que eles ocorrem à margem de disposições legais e distantes dos conceitos exigíveis de correção com os negócios públicos. “Todo o quadro agrava-se quando temos um secretário que é obstinado em não reconhecer a atribuição constitucional dos Tribunais de Contas, lançando dúvidas em relação ao seus conhecimentos administrativos, bem como sobre o conteúdo de sua atuação pública.”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a Vossa Excelência, um minuto para encerrar o seu pronunciamento, porque teremos uma longa pauta hoje, inclusive receberemos, dentro de alguns minutos, o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho.

Então, concedo mais um minuto para que Vossa Excelência conclua o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Encerrando, senhor presidente, quero uma vez mais, dizer neste Plenário, que aquilo que era apontado em diversas e inúmeras oportunidades, por colegas nossos, estão constatadas, através do conselheiro Nestor Baptista, em documentos que a bancada da Situação não deixou vir ocupar este microfone que falo neste instante, do empresário que dirige um dos maiores jornais do Paraná, vir aqui fazer as acusações, com provas do governo Jaime Lerner, colocando ele realmente nos desvios que aqui estão denunciados pelo Tribunal de Contas do Estado.

Uma vez mais, fica registrado nos Anais desta Casa, que a Oposição, comandada pelo ilustre deputado Waldyr Pugliesi, e somada com outros companheiros da base governista, querem realmente dar ao Paraná, a verdade sobre a administração Jaime Lerner, quando aqui o corregedor fala em roubo, corrupção e que, infelizmente, nesta Casa não temos a somatória de votos para trazer o Marcos Formighieri neste plenário, neste local, nesta tribuna, com provas contra o governo do Estado.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Luiz Fernandes Litro.

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Senhor presidente, senhores deputados e deputadas.

Queria falar sobre projetos de lei, de recursos para o Sudoeste do Paraná, mas não poderia ficar sem me pronunciar nesta tribuna porque moro em uma cidade do interior, muito pequena, onde os meios de comunicação, muitos, não nos deixam falar as verdades sobre a eleição de 2000 que ocorreu na minha cidade, com dois candidatos. Um, que eu apoiava e o outro, que os nossos opositores apoiavam. Disparamos nas pesquisas e o candidato atual renunciou e veio para a nossa cidade, um padre que fazia mais de três anos que estava fora do nosso município, que veio fazer um discurso, de que salvaria Dois Vizinhos. Veio com dois capangas, usando coletes à prova de bala e isso tornou-se uma revolta na minha cidade.

Quando empatamos nas eleições, o padre saiu à frente nas pesquisas. Empatamos nas pesquisas e, faltando oito dias, tínhamos uma carreata que teve aproximadamente um mil e quinhentos carros.

Naquela noite o padre sofreu um atentado, três tiros no carro, e no outro dia amanhece o discurso, no programa eleitoral, dizendo que os opositores dele que vieram para calar a voz que vinha para o bem de Dois Vizinhos, que o mal não queria deixar Dois Vizinhos em paz, que ele seria do bem.

Em nenhum momento me pronunciei e quero dizer que um delegado foi nomeado, Edson da Rosa, pelo padre, na segurança do nosso município.

Começam os trabalhos e foi numa PR daquele município e nem chamaram a Polícia Rodoviária para que fizesse o laudo. O processo andava muito lento, e foi tirado aquele delegado.

Nós colocamos num requerimento, com o apoio dos parlamentares desta Casa, para que fosse apurado e um delegado especial veio, doutor Pedro Jesus Coloço, fez um brilhante trabalho, e viu que não foi atentado.

Tem dez itens que é simulação; atentado não foi. então, a pessoa que veio para o "bem daquela cidade", veio para ganhar as eleições em cima dum atentado, provocando ele uma simulação para poder ganhar as eleições.

Temos que dar um basta neste tipo, dar um basta, porque hoje foi na minha cidade, amanhã pode ser na sua, não é, deputado Tureck?

Pode ser na sua com essa vergonha que vem manchar a nossa cidade de Dois Vizinhos.

A sociedade, o povo, as entidades querem saber quem foi. A resposta está aí, o processo foi encaminhado para a Corregedoria, para o secretário da Segurança, para a Promotoria Pública e para o juiz de direito daquela comarca. Quero dizer que nós temos que parar com esta vergonheira, e este delegado que está hoje na minha cidade, posto pelo prefeito padre, que o seu segurança nomeou o segurança para o Conselho Comunitário e jogando na delegacia para poder lhe dar proteção, usando os coletes de aço e agora graças ao Secretário, tirou-o de dentro da delegacia, a pedido meu.

Então, quero dizer que nós temos que parar, ele está lá para proteger muita gente. Lá tem muitos desmanches de carro e motores de carros roubados, e lá foi presa uma caminhonete.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto Vossa Excelência se usará o Horário da Liderança de seu partido?

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO

E quero dizer que aquele carro preso, ele liberou sem perícia. Daí veio essa denúncia para o meu gabinete. A pessoa comprou o carro aqui em Curitiba, um rapaz, que é filho do vice-prefeito de Dois Vizinhos, Douglas Rodrigues Zanella, comprou por treze mil reais uma caminhonete a gasolina e levando para Sinópolis, emplacando com motor a diesel, na Rua das Avenças, 1670, e trazendo para Dois Vizinhos, vendeu-o para o rapaz Patrick Saturno Marafon. Então, ele chamou o Patrick devolvendo a caminhonete, sem perícia. Quando eu o denunciei na Corregedoria da Polícia Civil, e o delgado pediu os documentos, ele chamou o Patrick lá, o fez depositário fiel, e então fez a documentação.

Essa é a segurança do nosso prefeito, do nosso município. Então, eu queria fazer essa denúncia e tenho

toda a documentação aqui. Por que comprar o carro aqui em Curitiba, levar para colocar motor a diesel lá em Sinópolis? Por que não chamou a polícia e não fez a perícia para depois largar o carro?

Se foi suspeito de estar com o motor roubado, a P2 prendeu e por que é que foi liberado? Eu tenho toda a documentação e chegou a denúncia ao meu gabinete.

O Sr. Nelson Tureck

Agradeço o aparte e quero dizer que estou de acordo e a seu favor, porque na verdade, na política, não pode acontecer isso como o senhor está relatando nesta tribuna onde, inclusive, entrando com requerimento de políticos que queriam se aproveitar fazendo suas denúncias, praticadas por eles mesmos. O exemplo que você está dando aí, eu tive quando fui prefeito em Luisiana, quando apoiando o meu candidato, nossos adversários simularam com a própria polícia, dando tiro no veículo do candidato a prefeito, contrário. E nós provamos, a polícia provou. E felizmente não ganharam as eleições, porque o povo sabia da nossa índole, da nossa responsabilidade.

Por isso, dou todo o apoio ao seu pronunciamento, para que realmente a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Magistratura tomem as devidas providências para resolver esse problema, que é grave. Nós não podemos aceitar políticos que usam dessa artimanha para enganar o povo, para se elegerem e chegarem ao cargo de prefeito.

O Sr. Cesar Seleme

Deputado Litro, estou ouvindo atentamente sua colocação. Acho que Vossa Excelência está bastante motivado, por questões políticas regionais do município de Dois Vizinhos.

Mas, quanto à documentação daquela caminhonete que Vossa Excelência comentou, eu desafio e me proponho a apresentar a nota fiscal e toda essa documentação, para que não pare dúvida nenhuma neste Plenário, juntamente à própria Polícia. Acho que cabe o ônus da prova a quem a alega. É uma coisa de muita responsabilidade envolver pessoas de bem, pessoas idôneas, pessoas de tradição, de família na cidade, simplesmente jogar no ar o nome, pairando uma dúvida.

Eu proponho que Vossa Excelência também traga o comprovante de que essas caminhonetes ou esses motores eram falsificados.

Da minha parte, representando essas pessoas, me coloco inteiramente à disposição da própria Corregedoria de Polícia e a Vossa Excelência para esclarecermos, no foro que Vossa Excelência achar competente.

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Quero agradecer o Tureck e dizer que é isto o que deve acontecer.

Quero dizer ao deputado Seleme, como é que um delegado que Vossa Excelência levou para nossa cidade, vai liberar, sem perícia? E agora liberou a caminhonete.

Pode ser trocado o motor e arrumada a nota fiscal. Por que é que não levaram a nota fiscal naquele ato, na delegacia? Ficam oito dias presos e depois chamar para quê? Para ser depositário fiel.

Quero dizer que a documentação está aqui. E nós queremos esclarecer à população do Estado do Paraná e do Brasil, que manchou minha cidade, por políticos incompetentes...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Seu tempo está esgotado. Concedo-lhe mais um minuto para terminar seu pronunciamento.

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Quero dizer que manchou a sociedade, o povo de Dois Vizinhos, um político incompetente ganhar as eleições com seus capangas. E tenho dito que as pessoas que o acompanham, como o ex-policial que estava na hora em que fizeram o atentado, a simulação, são as que mandam no município.

Quero pedir desculpas porque é um discurso polêmico e nós não podemos deixar de fazê-lo porque pode acontecer para qualquer deputado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão: senhoras e senhores deputados.

Quero aqui deixar registrado que sempre tenho estado presente nos trabalhos, nas cotações no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E quando este parlamentar não está aqui, está representando a Casa em inaugurações, em assinaturas de convênios e eventos no interior do Estado do Paraná.

Outro dia, tivemos políticos querendo denegrir a imagem do deputado, dizendo que faltei 40% das Sessões. E que, na verdade, foram faltas do deputado que esteve representando esta Casa em Campo Mourão, na aula inaugural de direito, no Cies, na Universidade de Campo Mourão, um curso importante liberado pelo governo federal, para aquela entidade.

Estivemos no município de Goioerê, inaugurando obras, estivemos também, na extensão da Universidade Estadual de Maringá, em Goioerê, dando a posse para o presidente da fundação daquela entidade.

Senhor presidente, registro aqui neste momento, que também estivemos, juntamente com o secretário do Trabalho, lá no município de Goioerê, onde foi feito lançamento de um programa social do governo Jaime Lerner, que é o Banco social, tanto no município de Goioerê, como no município de Campina da Lagoa, junto com o secretário Wilton Greim, programa social de grande relevância para o Estado do Paraná, principalmente para o

pequeno empreendedor, como a dona Maria que faz a sua bolacha, que muitas vezes não tem 3 mil reais, não tem 4 mil reais ou cinco, através do banco Social, em parceria com as prefeituras, esse recurso é liberado, sem burocracia.

Esse é um recurso para o pequeno empreendedor. Em 72 horas, o recurso está nas mãos dele. É para o pequeno, mesmo. Esse é um programa de desenvolvimento, de ajuda, que o governo do Estado do Paraná vem desenvolvendo junto ao pequeno investidor.

Um exemplo: temos um mecânico lá em Campina da Lagoa que trabalha com dificuldade na sua oficina e muitas vezes não tem como comprar um aparelho de solda; ali está o Banco Social para ajudá-lo a obter esses recursos e poder fazer o seu trabalho com eficiência e segurança ao cliente.

Senhor presidente, nós que somos deputado do interior, que ontem estivemos com vários deputados aqui desta Casa em uma solenidade importante no Palácio Iguaçu, onde o Governo, através da Secretaria da Criança, da primeira dama Fani Lerner, já completa 400 creches no Estado do Paraná. São 50% do que tinha até 31.12.1994.

Quatrocentas creches. Só na minha região, são 29 creches do governo do Estado do Paraná. É um programa social de um alcance muito grande. Vejo ali a alegria dos prefeitos, tanto faz, de qualquer partido político, qualquer que seja a sigla partidária, dos vereadores, das entidades, de ver uma obra bonita como são as creches -padrão da Secretaria da Criança.

São 40 mil crianças já beneficiadas por esse programa. Eu que já fui prefeito, tenho que testemunhar, e como um deputado que defende o governo, que realmente a Fani Lerner e o governo Jaime Lerner têm olhado para a área social, como nenhum outro governo.

Eram esses os registros, senhor presidente, que tínhamos para fazer hoje, nesta tarde, na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Caíto Quintana, no Pequeno Expediente.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Queria apenas colocar rapidamente, porque na semana passada, quase que a semana toda, estive em viagem. Tivemos um encontro em Campo Grande, quando passamos a presidência do Parlasul para o deputado da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, deputado Picarelli.

Agradeço o deputado Ademir Bier, que esteve junto. Acho que é um ato de unificação de quatro Estados do sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, que passam a ter um contato mais constante, para poder analisar as suas leis, as suas peculiaridades, a sua cultura.

Gostaria de comunicar a esta Casa que fomos a Brasília, por solicitação do presidente Hermas Brandão, que ficou retido em uma viagem, não pôde comparecer, para levarmos um convite ao ministro Nelson Jobin, que acabou de assumir o Superior Tribunal Eleitoral, para que no mês de agosto possamos fazer aqui, promovido pela Assembléia Legislativa, uma palestra, uma discussão a respeito da lei eleitoral, da lei de inelegibilidade, enfim, das normas que vão reger o pleito do ano de 2002.

E o ministro Jobin nos confirmou que estará presente, bastando definir a data, de acordo com a sua agenda, e nos honrará com essa presença aqui, e outros palestrantes, deputados estaduais, federais, segmentos da sociedade, presidentes de partidos, interessados possam comparecer para dirimir todas as dúvidas sobre processo eleitoral.

Gostaria de não me tornar mais intenso nesta colocação, mas infelizmente, eu vi na tribuna, uma acusação inverídica, que levou o deputado Nelson Tureck, inclusive em aparte, desconhecendo o fato, dar apoio a colocações profundamente lamentáveis do deputado Litro, que pelo que recordo, deve ser a primeira vez que sobe à tribuna nesta Casa, para assacar um monte de inverdades contra o prefeito de Dois Vizinhos, eleito pelo voto do povo daquele município, num processo democrático e soberano.

Aliás, um processo pelo qual, nos últimos dias, foi exigido que a Justiça Eleitoral suspendesse comícios e encontros políticos, porque estava se tornando fato de terror.

Aonde essa própria Casa sabe, que o ex-colega nosso, ex-deputado Nereu Massignam, foi violentamente agredido, em uma política absolutamente fora do normal, e aonde o então candidato a prefeito, sofreu um atentado.

E um atentado que a perícia, como não pode ser diferente, chega à conclusão de que houve um tiro desferido contra o veículo do padre.

O que acontece, senhor presidente, senhores parlamentares, na dúvida que levanta o deputado na tribuna, é que em um acordo entre o delegado de polícia e o perito contratado pela parte a quem interessa, no final, depois de todas as perguntas, o delegado reformula, senhores parlamentares. O fato poderá ter sido formulado?

Ora, o perito, evidentemente, só tem uma resposta. Poderá!

Porque eu posso pegar uma arma agora aqui, e atirar em uma pessoa que está sentado em uma cadeira, estou praticando um atentado. Agora, a bala teve um trajeto. Se essa pessoa não estivesse sentado na cadeira, poderia ter havido um atentado ou não. Quer dizer: Não há definição de atentado. Não existe razão de um atentado.

O candidato a prefeito estava largamente à frente, nas pesquisas eleitorais.

Pelo contrário. Tentou-se inibir a ação policial, porque existiam verdadeiras brigadas estabelecidas nas

entradas de bairros de Dois Vizinhos, proibindo a entrada do grupo do atual prefeito, para fazer a campanha.

(O orador passa a usar o Horário de Liderança do Partido PMDB)

Senhor presidente, propiciar apartes inclusive de quem acusou, se necessário for, para estabelecer aqui, agora sim, não venhamos em cima de assaques, de acusações inverídicas manchar o nome de uma cidade que orgulha o Sudoeste do Paraná.

Sei o que se passou. Sei o quanto foi sofrido. As dificuldades que tivemos para poder suportar o quadro político que se estabeleceu. Houve deslocamento de tropas solicitadas aqui de Curitiba, de Pato Branco, houve policiamento de ruas pelo aspecto que se criou naquele município e não é possível que nós venhamos, em cima de dados que não são verdadeiros, de conclusões de inquéritos que não existem, de coordenações que não têm, assacar uma afirmativa de que houve uma simulação.

Ora, uma simulação só quem tem bola de cristal vai poder dizer que existe. Existem laudos de perícia que mostram a total e absoluta impossibilidade de comprovação de que se você tem um ato praticado, não tem uma testemunha, não tem uma pessoa presente, não tem nada, houve um atentado. Agora, supostamente, pelo lado político perdedor, acha que foi uma simulação, aí acha-se no direito de vir a esta Assembléia, e olha, não sou filho de Dois Vizinhos, mas não gostaria que o Plenário desta casa levasse esse tipo de impressão daquela cidade que é administrada por uma pessoa do mais alto bom senso, uma cidade respeitável, uma cidade trabalhadora e orgulhosa, uma cidade que tem um dos melhores planos industriais do Sudoeste do Paraná, uma cidade de gente trabalhadora e daqui a pouco nós chegamos aqui no plenário, deputado Litro, Vossa Excelência que é de lá, para dizer que a cidade está manchada por um episódio que não aconteceu. Aconteceu na sua cabeça e na do seu grupo, que quer justificar uma derrota através de um ato que qualificam como simulação.

Não é possível que venhamos a admitir que isto aconteça, nós que participamos da polícia daquele município, nos que tivemos que ir a Dois Vizinhos conversar com o juiz, com o promotor e com o delegado porque existia um clima de brigadas na rua, à noite trancavam a entrada nas vilas, nos distritos, nas localidades onde não se poderia exercer o direito democrático da luta pelo voto. Estava deflagrado um processo de terror.

Ora, barbaridade! Nunca toquei nesse assunto nesta Casa, mas seria um covarde se não viesse aqui, já que tocado foi por Vossa Excelência, para dar a outra versão do fato das coisas que lá aconteceram, como por exemplo, a surra dada no ex-deputado, advogado do partido Nereu Massignam, que estava no exercício de sua atividade profissional, conferindo um encontro político fora do prazo eleitoral previsto.

Sr. Luiz Fernandes da Silva Litro

Permite um parte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Caíto: quero dizer que Vossa Excelência quando foi a primeira vez deputado, teve o meu apoio na minha cidade e ganhou muitos votos.

Sou nascido numa comunidade que se chama Fazenda Amazurana (?) naquele município e não gostaria também de discutir esse assunto na Assembléia Legislativa.

Mas, quando foi feito o laudo com a perícia o constou no laudo da polícia técnica de Cascavel, foi que atiraram no carro parado. E nos depoimentos as pessoas dizem que vinham a mais de 80 por hora. Enquanto isto, o delegado, doutor Pedro Jesus Colaço, homem sério, honesto, que fez todo esse relatório, ouviu várias pessoas, e principalmente o capanga do padre, José C. Soares Colares, vulgo "Zangão", este usava colete de aço e não quis prestar depoimento na hora. Se é uma testemunha, que estava presente na hora, por que não prestou depoimento?

E vou dizer a Vossa Excelência que o Nereu Carlos Massignam, apanhou, não sei se apanhou ou surrou, e Vossa Excelência foi defendê-lo, mas eu não pedi socorro nenhum quando em frente àquela rádio educadora de Dois Vizinhos, quando me agrediram e me bateram. Vossa Excelência não fala desse momento, e nem eu vou reclamar, porque eu estou num processo de política e política séria. Não tem mais ninguém que não me conheça naquela município - nascido e criado. Vem uma pessoa, um padre, para salvar Dois Vizinhos. Está na simulação, que não fui eu quem fez. Foi o doutor Pedro Jesus Colasso e sua equipe. Quero lhe dizer que precisamos limpar essa mancha da sociedade. Todas as entidades muito têm nos cobrado.

Agradeço o aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Para concluir, vou ressaltar, deputado Litro, que não conhece muito de Direito. Em um processo ambas as partes têm direito de requerer perícia. O senhor colocou um perito, que julgou por bem dizer, de que o carro estava parado, enquanto que outro perito, designado pelo juiz, foi lá e rebateu item por item - um dos peritos mais conceituados de Curitiba, dentro do processo.

O Sr. Luiz Fernandes da Silva Litro

A perícia do Estado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Como perícia do Estado? Não existe perícia do Estado, deputado Litro! Vossa Excelência não entende de Direito e vou lhe perdoar a falta de conhecimento, na colocação da tramitação do processo. Qualquer uma das partes envolvidas tem direito a requerer perícia, para poder comprovar a sua versão. Foi o que aconteceu.

Infelizmente, para Vossa Excelência, a sua perícia foi totalmente desmoralizada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero abordar nesta Casa, dois assuntos, no dia de hoje. O primeiro, diz respeito à cidade de Pato Branco, que é a Capital do Sudoeste do Paraná, e que vive momentos de grande turbulência, na questão política. Tudo por causa do chefe da Casa Civil, Alcení Ângelo Guerra.

Ocorre que em 1996, o povo de Pato Branco elegeu o atual chefe da Casa Civil, para ser o seu prefeito municipal. Guiado por promessa mirabolantes, aliás, copiando exatamente a fórmula desenvolvida por seu chefe, Jaime Lerner, Alcení Guerra chegou à chefia do Poder Executivo de Pato Branco, destruiu o patrimônio de Pato Branco, que até então era uma das cidades mais bem governadas do Sudoeste do Paraná. Todos os prefeitos, que por lá passaram, deixaram marcas de competência, seriedade e de gestão, à frente do poder público municipal, mas, com a chegada de Alcení Guerra, essa realidade se transformou. Pato Branco, infelizmente, perdeu essa condição de cidade exponencial, de bons governantes. Porque a idéia e as atitudes do ex-ministro do Collor de Mello eram mirabolantes, como eu disse aqui.

Só para que os senhores deputados tenham uma idéia, só de gasto com aeronaves, com aviões, Alcení Guerra gastou mais de R\$400.000,00 dos cofres públicos, da cidade de Pato Branco. vendeu a prefeitura, vendeu a rodoviária, retirou o fundo dos funcionários públicos municipais e ainda deixou para o município uma dívida perversa e cruel! Atrasou, por diversos meses, a folha de pagamento dos funcionários públicos municipais, enfim, foi uma verdadeira lástima à frente do município de Pato Branco, o senhor Alcení Guerra!

Mas, se isso não bastasse, senhor presidente, quando viu que seria derrotado pelo povo daquele município, numa jogada política, usando o Bornhauser e o Marco Maciel, se tornou chefe da Casa Civil do Paraná, e assim livrou-se das urnas, porque queria candidatar-se à reeleição no município de Pato Branco.

O que aconteceu, de lá para cá? O senhor Alcení Guerra teve as suas contas rejeitadas pela Câmara Municipal, pelos vereadores, legítima e democraticamente eleitos pelo povo de Pato Branco. E aí, inconformado com a situação, porque os vereadores contataram irregularidades das mais elevadas monta, em todos os atos, na publicidade, na contratação de firmas, em todos os atos levados a cabo pelo senhor Alcení Ângelo Guerra, os vereadores rejeitaram as suas contas, mandou à cidade de Pato Branco, - e isso que é mais lamentável, além de toda

lambança que ele praticou, naquele município, orgulho para o Sudoeste do Paraná -, um delegado especial, mais uma delegada adjunta, com mais assessores, para investigar a eleição da Câmara Municipal de Pato Branco!

Nem na época da ditadura militar havia um procedimento vergonhoso, como esse, que o chefe da Casa Civil do governo Jaime Lerner, procede naquele município! Mandou uma equipe especial para Pato Branco para investigar a votação da Câmara Municipal! E hoje estão lá, os vereadores sobrevivendo, num momento de angústia, porque a democracia está sendo aviltada, está sendo rasgada, com as atitudes do chefe da Casa Civil!

Não tem delegado para mandar para o interior, não tem delegado para investigar os crimes que sucedem, neste Paraná, mas tem delegado para investigar uma votação ocorrida na Câmara Municipal de Pato Branco!

Senhor presidente, estamos acompanhando, apressivos, essa posição, porque a Justiça de Pato Branco, estranhamente, determinou a busca e apreensão das cédulas originais da votação secreta para a rejeição das contas do senhor Alceni Guerra.

Ora, senhor presidente, se a votação é secreta, como pode a Justiça mandar apreender as cédulas, fazer o levantamento pericial das cédulas para saber em quem e como os senhores vereadores votaram? É a quebra do sigilo do voto, é na verdade, a destruição da democracia, é a imposição de um sentimento tirano, de um sentimento de pessoas que não se comportam da forma adequada e depois querem fazer os seus sentimentos prevalecerem sobre o sentimento da população.

Senhor presidente, o fato é grave e merece o nosso repúdio, o fato é tenebroso e merece desta Casa o nosso mais fervoroso grito de inconformismo, porque não se pode, seria a mesma coisa que o governador Jaime Lerner mandar o delegado de polícia investigar uma votação aqui nesta Casa, seria a mesma coisa que nas votações quando nós aqui, utilizando do mandamento do Regimento Interno, quando votamos os vetos do Governador, seria a mesma coisa que o governador mandar aqui uma equipe de polícia investigar os votos dos senhores deputados. É assim que o Alceni Guerra está se comportando em relação à cidade de Pato Branco!

Senhor presidente, a auditoria que foi realizada na Prefeitura de Pato Branco, traz uma conclusão horrível, desastrosa, mais desastrosa que a passagem do senhor Alceni Guerra no Ministério da Saúde do Governo Collor de Mello, quando de lá foi chutado, envolvido em denúncias de corrupção, em denúncias de compra de bicicletas, de guarda-chuvas, de mochilas e de seringas.

Foi pior, porque lá em Pato Branco as denúncias são graves, são extraordinariamente graves, e exatamente por isso a Câmara de Vereadores, cumprindo com o seu papel, revogou, rejeitou as contas.

O Ministério Público encaminhou uma denúncia à Justiça, contra as atitudes incompatíveis do senhor Alceni Ângelo Guerra.

Por isso, trago a esta Casa essas denúncias, e amanhã estaremos acompanhando uma delegação de vereadores de Pato Branco, que irá ao Ministério Público Estadual, que irá ao Poder Judiciário reclamar o seu direito inequívoco, lógico, certo, exacerbado e na constituição da república de exercer um mandato legítimo e consagrado pela opinião pública do Ministério de Pato Branco.

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Muito obrigado, deputado Nereu Moura pelo aparte.

Vossa Excelência já disse aqui em uma oportunidade, que como homem do Sudoeste, é muito aguerrido, muito determinado, é ousado, e às vezes fica até um pouco nervoso, deputado Nereu, nós reconhecemos até porque a gente do Sudoeste do Paraná tem esse estilo.

Mas, quero lhe contestar em algumas coisas. Primeiro, eu vou lhe dizer, deputado Nereu, que faz voto na microrregião de Francisco Beltrão, que a capital do Sudoeste é Francisco Beltrão e não Pato Branco.

Gostaria de lhe contestar, até pelo bairrismo que eu tenho por Francisco Beltrão; é a cidade-pólo regional, maior colégio eleitoral da região, a maior receita da região Sudoeste do Paraná, e além disso, deputado Nereu, acho prematuro fazer qualquer julgamento antecipado de qualquer pessoa, seja ela quem for, principalmente nós, que vivemos nesse mundo político, temos que ter muita cautela, muita precaução, até para não incorrerem no erro de que amanhã teremos que fazer aí retratação em função de decisões que possam ocorrer no campo jurídico.

Eu não quero, de forma alguma, entrar no mérito das acusações feitas ao chefe da Casa Civil e ex-prefeito de Pato Branco. Faço algumas considerações em respeito ao homem Alceni Guerra, a um contemporâneo da região Sudoeste do Paraná, que tem toda uma história com a região e também com o Brasil, apesar de ter sido denunciado quando ministro, mas a Justiça, até o presente momento, pelo contrário, não o condenou, o absolveu, e a imprensa nacional teve a oportunidade de fazer esse registro, e quero dizer, deputado Nereu, sem querer contestar as acusações feitas pela Câmara Municipal de Pato Branco, até porque tenho o devido respeito ao legislador municipal e com certeza, esse registro é recíproco para com os deputados estaduais, mas há insinuações de que o processo de votação na Câmara Municipal de Pato Branco tenha sido um processo de condenação política. Há rumores muito fortes de que os votos tenham sido todos marcados; as informações que foram trazidas, pelo menos, até o presente momento, são de que cada partido colocou no voto uma letra, o "y", o "x", "bolinhas". Há um cheiro muito forte de uma armação política contra o ex-prefeito de Pato Branco.

Ora, se condenamos tanto, e Vossa Excelência também condenou aquilo que aconteceu em Brasília, com

a violação do Senado, é realmente algo condenável e não pode ser aceitável por nós parlamentares. Da mesma forma, se isso for verdadeiro, não quero fazer nenhuma acusação, mas se for verdadeiro, nós temos que ressaltar que o ex-prefeito de Pato Branco tem todo o direito de fazer a sua defesa, calcada nas informações que até o presente momento ele tem.

Nesse instante, seria prematuro, falta de responsabilidade fazermos acusações contra o ex-prefeito, porque até esse instante, nada de concreto existe, a não ser uma votação na Câmara Municipal de Pato Branco, rejeitando as contas, municipais, o que é perfeitamente normal e o ex-secretário e ex-prefeito terá amplo direito na Justiça Comum, de rechaçar as acusações que foram feitas e lá, com certeza, terá a oportunidade de fazer a sua defesa ampla e se condenado for, aí sim, admito que Vossa Excelência possa subir à tribuna e fazer as acusações.

Faço essa defesa do homem do Sudoeste do Paraná, porque conheço o secretário Alcení Guerra, como prefeito e há que se ressaltar aqui que todo homem tem qualidades e defeitos. Eu não quero dizer que o ex-prefeito tenha feito um extraordinário ou brilhante governo no município, tenha deixado contas a pagar. Não quero entrar nesse mérito. Agora, tem que se ressaltar, o ex-prefeito deixou registrado no município e olhem, fala aqui um cidadão de Francisco Beltrão que tem uma rivalidade extrema com o município de Pato Branco, deixou lá registrada a sua marca através do pólo eletroeletrônico, hoje, o segundo maior pólo eletroeletrônico do Brasil e só com isso, com certeza, a população de Pato Branco deveria reconhecer o nosso secretário Alcení para sempre. Deixou lá a sua marca, como o Cefet, que é a sua identidade no município de Pato Branco, em conjunto com todas as forças vivas do município.

Quero encerrar o meu pronunciamento, o meu aparte, dizendo que é importante e oportuno que não façamos nenhuma condenação antecipada do secretário Alcení, até porque nós, homens públicos, estamos sempre expostos, estamos correndo o risco de recebermos acusações infundadas a qualquer momento, e sermos capas de manchetes de jornais e revistas e muitas vezes temos a culpa devida, como a sociedade nos imputa.

Era apenas esse o aparte.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte, deputado Traiano, e quero dizer a Vossa Excelência que, primeiramente, o Sudoeste é uma região única, mas lá é dividida, basicamente, em duas: Beltrão lidera uma parte e Pato Branco lidera outra parte. Beltrão, sim, é uma cidade bonita, progressista. Pato Branco não fica para trás! Pato Branco, da parte que lhe cabe, podemos dizer que é o coração do Sudoeste do Paraná, e o deputado Augustinho Zucchi é de lá, sabe disso.

Quero dizer também a Vossa Excelência que o prefeito Alcení Guerra tem todo o direito de se defender. A lei lhe garante isso. Agora ele não tem o direito de man-

dar a polícia invadir a Câmara Municipal, porque nem na época da ditadura se procedia dessa forma! Ele não tem o direito de mandar a polícia rasgar o Regimento Interno do Poder Legislativo de Pato Branco, de mandar delegados de polícia quebrar o sigilo dos votos dos vereadores, para querer saber para quem este ou aquele vereador votou - para depois, talvez, usar dessa mesma aberração da perseguição, para tentar intimidar os vereadores de Pato Branco.

Não tem o direito. Aliás, a Câmara Municipal de Pato Branco instituiu uma Comissão de Inquérito para averiguar sobre essas denúncias: se houve ou não o voto marcado. A própria Câmara está investigando, assim como foi lá no Senado Federal, quando houve a denúncia da quebra do sigilo do voto. O que o Senado Federal fez? Ele próprio investigou e concluiu que os senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda haviam cometido um crime. Assim a Câmara de Pato Branco está também procedendo.

O chefe da Casa Civil, tem contas a prestar com o povo de Pato Branco, porque governou mal aquela cidade, como disse aqui: só de bônus, só de passagem aérea gastou mais de 400 mil reais quando esteve à frente da prefeitura. Parece que é um mal que acomete esse governo. Começa ali no Palácio Iguaçu: um viajante de carteirinha, o governador Jaime Lerner e aí vai por todos os seus compadres e comadres que fazem parte do seu governo.

Assim, é, senhor presidente, que trago esta denúncia e que iremos acompanhar, para não permitir que o Poder Legislativo seja vítima de uma ação truculenta, de uma ação firme da época da ditadura. Nem na época da ditadura se verificou tamanha agressão contra um Poder legitimamente constituído pela população, no caso de Pato Branco.

Falei que o meu pronunciamento seria desdobrado em dois.

Para concluir os minutos que ainda me restam, quero voltar a falar sobre a educação no Paraná, sobre o projeto de lei que está na Casa, propondo a eleição direta para as escolas do nosso Estado do Paraná. A democracia tem que imperar, avançar, sempre; regredir nunca. Evoluir, sempre. Atrasar, jamais! É este o pensamento básico de uma sociedade que progride, de uma sociedade que quer evoluir e é assim que o nosso País - nós imaginamos - esteja buscando o caminho do progresso e de desenvolvimento. Mas não se verifica isso no Paraná em relação à educação.

Senhor presidente, em 1984 este Poder, esta Casa, com deputados diferentes, alguns ainda estão aqui, poucos, como é o caso dos deputados Basílio Zanusso, Hermas Brandão, Caíto Quintana, Orlando Pessuti e alguns outros, aprovaram a Lei 7961 da obra do deputado estadual Rubens Bueno, hoje deputado federal, que instituiu as eleições diretas nas escolas do Paraná.

Senhor presidente, de lá para cá, o Paraná viveu essa democracia no seio das escolas. De lá para cá, o

Paraná teve o gosto bonito, o gosto da democracia. Os alunos, os pais, os professores, os funcionários das escolas votando para escolher o seu representante, o seu dirigente.

Ora, senhor presidente, isso é que nós podemos elogiar, e agora, o governo Lerner quer jogar tudo isso na lata do lixo, quer pisar em cima, quer jogar isso para fazer sabão, rejeitando o que ele prometeu nesse panfleto que ele mandou como candidato: "O homem que vai transformar a Educação do Paraná"! Mandou para todos os professores do nosso Estado, criando com essa promessa um sentimento de esperança, um sentimento de alegria nos nossos professores, nos pais, nos alunos e na comunidade educacional do Paraná, porque a promessa era grande.

Em que pese um ditado: "quando a reza é demais a gente tem que desconfiar". O governador disse num dos compromissos: "Aumento progressivo da remuneração do magistério público, através do plano de carreira, capaz de assegurar salários dignos; recuperação da dignidade profissional; reconhecimento público da função social do professor; data-base para recuperação das perdas salariais; espaço de negociação; diálogo permanente; gestão democrática nas escolas com a eleição direta para diretor."

É promessa de campanha, senhores deputados. Não cumpriu uma. Pelo contrário, o governador Jaime Lerner, desmantelou a escola pública no nosso Paraná, acabou com as conquistas, amontoou os alunos nas salas de aula, diminuiu o padrão das escolas e por aí fora.

Como um gafanhoto destrói a plantação, assim o governador está destruindo a educação do nosso Estado do Paraná.

Por isso, a Assembléia Legislativa do nosso Estado pode fazer ainda uma justiça ao magistério, à educação do Paraná: votar favoravelmente ao projeto de lei, para que os professores, os alunos, os funcionários das escolas, os pais, escolham os seus representantes, porque são eles que vivem no ambiente escolar, não é o governador, não é o chefe do núcleo. Aqueles que vem lá perto da escola é que têm o direito sagrado de escolher o seu diretor.

Por isso o mínimo que nós deputados, podemos fazer, senhor presidente, é votar, aprovar o projeto de lei de autoria do deputado Irineu Colombo, para que os diretores sejam eleitos democraticamente, e não por nomeação política. Aí vem o discurso da inconstitucionalidade. Mas desde 86, a lei caiu. Na época do Requião, ele estabeleceu eleição através de decreto. No próprio governo Lerner, no início do governo, através de portaria, ele estabeleceu a eleição direta nas escolas.

Por isso, se a lei for inconstitucional, vamos fazer o decreto, vamos fazer a portaria, vamos fazer a regulamentação, para que os professores do nosso Estado do Paraná possam livre, democrática e soberanamente, eleger, fazendo uma gestão democrática no seu estabelecimento.

É essa a nossa mensagem, senhor presidente, que deixamos aqui, em nome do PMDB, para que esta Assembléia não se curve, não dobre a espinha para o Poder, para o governador Jaime Lerner, porque ele está longe dos interesses do povo do Paraná.

Eu concedo um aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Nereu Moura, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Da mesma forma que Vossa Excelência coloca a opinião do seu partido, o PMDB, eu também gostaria de colocar o posicionamento do nosso partido o PPD.

Como Vossa Excelência muito bem lembrou, a lei que instituiu as eleições democráticas aos nossos diretores das nossas escolas estaduais de autoria do líder do nosso partido, do ex-deputado estadual e atual deputado federal, Rubens Bueno. Foi um avanço. Foi um avanço extremamente importante que todos os nossos professores tiveram, não só os professores, os pais, os alunos, enfim, a comunidade educacional do Estado do Paraná.

E, infelizmente, não cumprindo com aquilo que prometeu nos palanques eleitorais, o governador Jaime Lerner, através da secretária da Educação, volta atrás, desrespeitando, inclusive os professores estaduais, e o que é mais lamentável, instituindo uma maneira totalmente anti-democrática e ditatorial para a eleição dos nossos diretores. eu acredito que a sua voz terá muitos seguidores.

Eu vi, aqui, o deputado Tureck, há dias atrás, falar que é professor, que a sua filha é professora e que também votaria conosco.

Quero aqui parabenizar o deputado Tureck. E tenho certeza, absoluta que não só o Tureck, deputados da Base Aliada, de todos os partidos políticos, somarão com Vossa Excelência, somarão com o deputado Irineu Colombo, e, se Deus quiser, teremos aqui a aprovação, por unanimidade do projeto de autoria do deputado Irineu Colombo, porque é a vontade, tenho certeza, de todos os deputados e da comunidade paranaense.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Nereu Moura, poderá usar o Horário das Psicores.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Nereu Moura, Vossa Excelência passa a falar no Horário da Liderança das Oposições.

O SR. NEREU MOURA

Eu uso o Horário da Oposição para não ser indelicado com os deputados Nelson Tureck e Augustinho Zucchi.

Gostaria, deputado Nelson Tureck que Vossa Excelência fosse breve, para que eu pudesse concluir o meu pronunciamento dentro do prazo regimental.

O Sr. Nelson Tureck

Obrigado deputado, vou ser breve e rápido.

Para nós é um orgulho quando o Paraná, o governo federal escolhe um ministro, não interessa qual é o partido político. Neste momento, vemos um ex-ministro da Saúde, o Borges da Silveira, e para nós é um orgulho, assim como o Governo Federal, escolheu o Alcení Guerra, pela sua competência, pela sua administração, que tantos benefícios trouxe ao Paraná. O problema é o seguinte: temos aí políticos de São Paulo, do Rio, da Bahia, que gostam de denegrir a imagem dos políticos do Paraná.

O Alcení Guerra é do nosso partido, o PFL. Nós vemos aí empresários de todo o Paraná que visitaram Pato Branco, aquilo que o Alcení Guerra fez em Pato Branco, fazendo uma transformação para ser uma cidade independente, vendendo a sua vocação econômica, criando o pólo eletrônico.

E esses dias, deputado Nereu Moura, fui a um evento em Campo Mourão e me surpreendi quando ali, no dia da indústria, veio um palestrista de Brasília e ao encerrar o seu pronunciamento, e mostrou Pato Branco como exemplo no Paraná, por causa do pólo eletrônico, das áreas industriais e, acima de tudo, o paradigma, um salto de Pato Branco, sem falar no prefeito, mas da gestão, porque tem a sua vocação.

Então, na verdade o Alcení Guerra hoje é um exemplo no Paraná. É um exemplo. Por isso é que o governo Jaime Lerner chamou o Alcení para ser o chefe da Casa Civil. E nós temos que, realmente aqui, defender aqueles que têm proposta, que tem trabalho. Agora, desaprovação de contas, na política existe dois lados. Está certo; o candidato dele não venceu, a Câmara de Vereadores optou por rejeitar, o Tribunal de Contas, com ressalva, porque isso acontece com qualquer prefeito do Paraná que perde as eleições e tem uma Câmara de Vereadores contra, eles fazem isso.

Então, quero aqui dizer, que é um orgulho para o Paraná, aquilo que fez pela industrialização, o Cefet, que é um exemplo, hoje, do Paraná também, de Pato Branco, do Alcení Guerra. Era isso que eu queria colocar.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte deputado Nelson Tureck, e digo a Vossa Excelência, que de fato é um orgulho quando um paranaense vai para o governo federal, assim como foi o Borges da Silveira, que saiu de lá ileso, sem denúncias de corrupção. Agora, é uma tragédia para nós, é uma vergonha, quando os paranaenses vão para Brasília e nos envergonham, como foi o caso do senhor Alcení Guerra, como foi o caso do senhor Rafael Greca, denunciados e esculhambados pela mídia nacional.

Mas, tivemos paranaenses, sim, como Borges da Silveira, Ney Braga, Bento Munhoz da Rocha e outros tantos que foram ministros desta República e que não nos envergonharam.

Pelo contrário, saíram do governo federal com a marca da descência, do trabalho e da honestidade e não como esses que saíram chutados pela porta dos fundos do governo federal.

Concedo aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Nereu Moura, agradeço o aparte concedido por Vossa Excelência, e quero me referir à primeira parte do vosso pronunciamento, e ao cumprimentar aqui, o ministro Borges da Silveira, ele que é patobranquense, foi vice-prefeito, ministro, deputado federal, dizer a Vossa Excelência que, realmente, paira uma turbulência na política patobranquense, tendo em vista essa discussão.

Quero dizer aos nobres parlamentares que participei da eleição onde o prefeito Alcení Guerra foi eleito majoritariamente. Não o apoiei: apoiei o candidato adversário: estivemos em palanques opostos na última eleição. Tenho um bom relacionamento pessoal com o chefe da Casa Civil, o senhor Alcení Guerra, e realmente, deputado Nereu Moura, eu apenas gostaria de comunicar a Casa, que, como patobranquense de extraordinária votação que recebi lá, onde moro atualmente, onde tenho me dedicado na minha vida parlamentar, todo final de semana estou lá.

Vou fazer nesta Casa, provavelmente no início do segundo semestre, no início do período legislativo, com certeza absoluta, um pronunciamento sobre as questões de Pato Branco. Quero fazer um pronunciamento sem absolutamente nenhuma paixão, sem nenhuma conotação política, mas apenas e tão somente restabelecendo a verdade para os nossos deputados estaduais e para a Assembleia Legislativa.

Mas, quero comungar de Vossa Excelência, apenas com um item com relação a este questionamento: a votação que lá houve, que aliás, pode-se questionar, deputado Nereu Moura, pode-se questionar se a votação se deu corretamente ou não; acho que isso é direito para qualquer pessoa, para qualquer cidadão questionar se houve na verdade, um processo de votação na Câmara, se foi um processo conduzido com lisura ou não.

Agora, é claro, deputado Nereu Moura, Vossa Excelência tem razão, se for fazer um exame grafotécnico no voto, para identificar de quem é o voto, então o voto não é mais secreto.

Quer dizer, há obviamente, uma deturpação daquilo que se pode ter como recorrência a uma decisão que não se concorde.

E me reservo, deputado Nereu Moura, por isso que não fiz nenhum pronunciamento, após a decisão, porque há um questionamento, uma decisão da Justiça, dizendo que os vereadores apresentem a cédula de votação.

Acho que a cédula foi conferida na Mesa, por todos os vereadores, mas também não vejo razão nenhuma para não apresentar as cédulas. Que apresentem as cédulas que se faça todo o processo, posteriormente a isso, Deputado Nereu Moura, vou realmente falar sobre a

nossa querida cidade de Pato Branco, sobre a situação em que se encontra o nosso município e sobre a questão que causa dúvida.

Acho que há uma coisa fundamental em tudo isso: a pior coisa que existe é se procurar culpado. Perdi a eleição, tem um culpado. Roubaram meu carro, além do sujeito que roubou, tem um culpado. É o filho que não avisou, é o guarda que não estava passando ali na hora. Antes de se procurar a solução, procura-se culpados. Acho que Pato Branco está passando por uma fase em que vai haver um encontro com a verdade, e a verdade é como óleo sobre a água, sempre se sobrepõe, nunca submerge, então eu me reservo o direito de fazer esse pronunciamento quando estiver de posse de todos os dados, e inquestionavelmente, deputado Nereu Moura, nós temos que também, respeitar o Poder Legislativo de Pato Branco, porque nós somos uma extensão de todos os Poderes Legislativos do Paraná.

Acho que o direito de defesa de quem se sentir prejudicado é líquido e certo e é realmente próprio de cada um que se sentir prejudicado recorrer à defesa.

Aguardo para, posteriormente, me pronunciar.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, lamento não poder dar aparte ao deputado Plauto, porque o meu tempo já estourou. Quero dizer que não tenho nada, pessoalmente, contra o Alcení Guerra, porque eu não faço política com mágoas ou com rancor. A questão é política, não é pessoal, não tenho convivência com o senhor Alcení Guerra, nunca me fez mal pessoalmente; o problema é político, com relação aos seus atos frente ao município de Pato Branco, frente ao Governo do Paraná que não é dos mais corretos e tem a minha reprovação.

Não gosto do jeito que ele faz política. É um homem que vive no mundo da fantasia, viaja de avião, gasta o dinheiro do povo, gasta de forma errada o dinheiro público e daí, por último, agride ao Poder Legislativo de Pato Branco.

Então, não tenho nada pessoalmente contra ele; a minha questão é política, a nossa maneira de ver as coisas é política.

Ele tem um jeito e nós temos outro jeito.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário das Lideranças.

PL, PSB, PSC, PST, PPS, PT, PTB, PFL, deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ

Senhor presidente, senhores deputados.

Não posso deixar de vir a esta tribuna para colocar aqui aquilo que é devido e analiso que é correto.

Questão do pronunciamento do nobre deputado Nereu Moura, com relação a tudo aquilo que vem acontecendo no município de Pato Branco, município do qual o ex-ministro, hoje ex-prefeito e secretário da Casa Civil,

Alcení Guerra esteve à frente da prefeitura nesses quatro últimos anos e hoje, nesta Casa, vem à tona uma série de questões relacionadas à Câmara Municipal, com relação à prestação de contas do prefeito Alcení Guerra, à administração do prefeito Alcení Guerra.

Inicialmente, quero - às críticas feitas ao ministro Alcení Guerra, deixar claro, a Justiça absolveu tudo aquilo que foi levantado contra ele. Deixar claro, foi absolvido pela Justiça. Segundo, o que se discute na Câmara Municipal de Pato Branco é com relação à votação, uma votação que aconteceu e foi denunciada pelos vereadores daquela Casa de Leis, uma parte dos vereadores de que a votação teve a cédula marcada e em cima dessa discussão se foi a Justiça, e o secretário da Segurança do Estado do Paraná indicou um delegado especial para poder investigar tudo aquilo que aconteceu com relação à votação de prestação de contas do Alcení Guerra.

Questão como esta, senhor presidente, de votar, marcar votos, adulterar painel eletrônico, deu na cassação de dois senadores do Senado Federal: do senador Arruda e do senador Antônio Carlos Magalhães.

Então, deixar claro: tem que ser investigado, sim. Trazer à tona, à realidade. Ou tirar fora a bronca política local. Não sou de lá. Respeito os políticos daquela cidade, daquela região. Vamos esperar chegar ao fim as investigações, porque os próprios vereadores que participaram da votação, denunciaram que as cédulas eram marcadas.

Então, realmente deve ter muita coisa para ser investigada, e depois de investigada, vamos analisar, para daí, sim, acusar, como vem acusando o ex-ministro, ex-prefeito, ex-deputado e hoje chefe da Casa Civil, Alcení Guerra.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra o PTB.

(Pausa)

Liderança do Governo.

(Pausa).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar ao nosso Plenário, a presença nas nossas galerias, do prefeito de Brasilândia do Sul, em meu nome e em nome do companheiro Duílio Genari, o companheiro prefeito Djalma.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem)

Só para registrar a presença de suas grandes lideranças políticas do Noroeste do Paraná, que é o prefeito

Osvaldo Frazatto, de Japurá, e Jonas Guimarães, presidente do PMDB de Cianorte.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Pela Ordem)

Senhor presidente, queremos também registrar a presença do 1º secretário geral da Femocra (?) Paulo Roberto, conhecido como Paulinho Paiakan, que também está presente na tarde de hoje, nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

As presenças estão devidamente registradas.

Sobre a mesa, Mensagem nº 024/2001, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento da Polícia Civil, 328 Cargos em Comissão com a denominação de Assistente de Segurança e simbologia 9-C, assim como adotar outras providências. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Hermes Fonseca, na qualidade de líder do PT, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem a CPI da telefonia. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Quero fazer aqui um agradecimento aos deputados que fazem parte da Comissão de redação, que tem sido a Comissão que mais tem trabalhado nesses últimos dias, porque há uma pressa de se aprovar tudo nesta Casa na última hora, no apagar das luzes.

E isso, evidentemente, ocasiona um congestionamento de projeto, que dependem de redação final. Estivemos reunidos extraordinariamente, às 13h30min de hoje. Quero agradecer aos deputados Orlando Pessuti, Custódio da Silva, Luiz Fernandes Litro, Luiz Carlos Martins, que puderam nos ajudar a esvaziar uma pauta e propiciar que esta Casa tenha, constantemente na sua Ordem do Dia, uma média de oito a dez projetos de redação final.

Inclusive hoje o projeto de autoria do presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, que trata das alterações, das mudanças do ICMS, e que teve como relator o deputado Orlando Pessuti, que fez um trabalho brilhante, um trabalho de alta qualidade. E tenho certeza, que é um dos pareceres mais completos, não desmerecendo os demais que passaram por essa Comissão, devido à complexidade da matéria que foi colocada nesses últimos dias, aqui nesta Casa.

E já aviso aos senhores parlamentares que fazem parte dessa Comissão, que como amanhã é o último dia

deste período legislativo, certamente todos os projetos que serão votados hoje, em terceira discussão, vão exigir da Comissão de Redação, Sessões Extraordinárias, durante a parte da manhã, antes das 10 horas, possivelmente, para que possamos refazer ou concluir todos esses pareceres, para que a pauta seja abastecida no dia de amanhã.

Também sou grato a todos os assessores, à dona Elisa Sotto Maior, que é a nossa secretária da comissão, o doutor Severo Sotto Maior, também. Enfim, todos aqueles que fazem o momento e o dia-a-dia dessa comissão.

Faço questão aqui, de dar esses nomes. Faço questão de enaltecer que, às vezes, imagina-se que, tudo que se vota aqui, se resolve aqui; não é; se resolve lá na comissão, onde os assessores, os funcionários dessas comissões, são exigidos. Enquanto nós discutimos aqui, já estão se debruçando em cima de leis, para melhorar, para melhor qualificar os nossos projetos. Por isso faço questão aqui, de enaltecer esses funcionários e mais uma vez, refazer o convite aos parlamentares, como presidente da Comissão de Redação, para que fiquem atentos ao final dos trabalhos de hoje: estaremos marcando o horário para reunião do dia de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Esta Presidência também quer enaltecer e parabenizar a Comissão, pelo trabalho que tem realizado. Não só essa comissão, mas as demais comissões permanentes da Assembléia Legislativa, que não têm faltado com a sua responsabilidade, com o trabalho. E todos os projetos que foram encaminhados a ela, as comissões têm exarado parecer dentro dos seus prazos, discutido com a sociedade e principalmente com os componentes das respectivas comissões.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de pedir a Vossa Excelência, se o projeto que tramita nesta Casa, de eleições diretas para os diretores nas escolas, projeto do deputado Irineu Colombo, e bem defendido pelo deputado Nereu Moura na tribuna, neste dia, vai entrar em pauta antes do recesso, tendo em vista que é um projeto importante e que precisa, necessariamente, ser votado antes do recesso.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário das Lideranças, hoje, ficou estabelecido que esse projeto virá para a pauta somente em agosto.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, quero registrar aqui a presença do professor Romeu Gomes de Miranda, presidente da APP, e para dizer o seguinte: esse projeto do deputado Irineu Colombo, vai fazer aniversário.

Estamos chegando a uma data, senhor presidente, que é o primeiro aniversário da presença desse projeto.

Estou vendo aqui também um folheto que diz o seguinte: "O homem que vai transformar a educação do Paraná", se refere ao governador Jaime Lerner.

Mas, transformar como, senhor presidente? Será que voltaremos aos tempos ditatoriais? Será que estão com saudades daquele tempo? Será que trazer esse projeto à votação aqui no plenário, traria prejuízo a quem?

Gostaria de lembrar a Vossa Excelência que o projeto empunhado pelo deputado Irineu Colombo, foi discutido com toda a comunidade, com os professores, com os sindicatos. Então, gostaria, senhor presidente, apesar de ter havido, não estive presente nessa discussão que fez a pauta das reuniões de hoje e amanhã, mas gostaria que houvesse um entendimento de Vossa Excelência com a liderança do Governo, mas que pudéssemos trazer ainda neste período legislativo, esse projeto, para que ele fosse definitivamente votado.

Cada um vai exercer, da maneira que bem entender, o seu direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 221/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a "Associação Creche Branca de Neve" com sede e foro no município de Faxinal. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04.06.2001)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 224/2001, de autoria do deputado Antonio Baratter, que altera o artigo 1º da Lei nº 7.417/80, que declarou de Utilidade Pública a Associação Educacional Lins de Vasconcelos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04.06.2001)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 017/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que institui na Assembléia Legislativa do Estado o evento "Parlamento da Melhor Idade". **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2001, de 05.06.2001)**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão e outros, que denomina prefeito Plauto Miró Guimarães o trecho da PR-438 que liga o município de Ponta Grossa ao município de Teixeira Soares. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. EMENDA DA CCJ. EMENDA MODIFICATIVA DA CO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA**

APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EMENDA. Aprovada.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Autoriza o poder Executivo a doar à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA, imóvel situado nesta capital. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. SUBSTITUTIVO GERAL DA CO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EMENDA. Aprovada.**

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, preocupa-me no próximos item, e faço questão de pedir "questão de ordem", antes de Vossa Excelência anunciar, porque daí ele já está em processo de votação.

Há rumores, há informações correndo aqui pelo plenário, de que há novo substitutivo nessa matéria da Polícia Civil.

Se existir, senhor presidente, quero pedir a compreensão do líder do Governo, deputado Durval Amaral, que seria preferível tirarmos da Ordem do Dia, sentarmos, analisarmos, se existir, pelas informações que correm pelos bastidores do plenário. Isso me preocupa.

A partir do momento que Vossa Excelência anuncia a matéria, está em votação, não dá para retirar mais.

Queria encarecer o líder do Governo, que vamos saber compreender perfeitamente, e vamos discutir essa questão, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Informo Vossa Excelência, que o projeto está em Regime de Urgência e não poderá ser retirado da pauta.

Pela ordem, o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

A indagação que faço, senhor presidente, o projeto a que se refere o deputado Algaci Tulio, é o item nº 6, Lei Complementar nº 015/2001. Ele está em 2ª Discussão. Tem evidentemente, um substitutivo da CCJ, um substitutivo da Segurança Pública, da Comissão, e agora uma proposta de substitutivo do Plenário.

Recebido o substitutivo, esse projeto teria que sair para as Comissões novamente, ou qual é o encaminhamento que Vossa Excelência vai dar?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar a Vossa Excelência, que conforme requerimento aprovado anteriormente, dia 25 de junho, transforma o Plenário em Comissão Geral nos dias 26 a 29 do corrente.

Então, vamos dar oportunidade a um companheiro parlamentar, que está no plenário, a relatar as Emendas recebidas.

O SR. ORLANDO PESSUTI

É justamente isso que gostaria de ter o esclarecimento de Vossa Excelência, porque talvez pelo pouco tempo que temos, não dê tempo para analisar numa outra Sessão Extraordinária, mas poderia, quem sabe, se adiar para Sessão Extraordinária a discussão e o parecer desse projeto, porque, normalmente, quando se recebe uma emenda, volta-se à Comissão de Constituição e Justiça para a próxima Sessão, vamos dizer assim.

Se pudéssemos, talvez, ao invés de nessa Sessão Ordinária, mas recebido o substitutivo transferir a discussão e votação dele para a próxima Sessão, quer dizer, nós teríamos aí, pelo menos, uma ou duas horas de tempo.

SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu, na condição de presidente da Comissão de Segurança e os demais deputados que compõem a Comissão de Segurança, ontem, conforme nós explicamos na Sessão, foram feitas três audiências públicas; ouvimos vários segmentos da sociedade e na verdade o substitutivo apresentado pela Comissão de Segurança Pública, não é vontade minha pessoal, muito menos do deputado Alborghetti, de qualquer membro da Comissão de Segurança, é, sim, vontade da população.

Então, sugiro, senhor presidente, nesta sessão, que votemos o Substitutivo da Comissão de Segurança Pública, caso o Plenário aprove. É uma sugestão minha para Vossa Excelência e que aí nós possamos votar algumas emendas em separação dentro do Substitutivo apresentado pela Comissão de Segurança, porque daí nós estaremos votando exatamente o que pensa a população, o que quer a sociedade que são alguns avanços que nós tivemos. Quando eu falo avanço, falo avanço sem punição, falo avanço realmente em vantagens para as entidades de classe da Polícia Civil e falo também no avanço da abertura da Polícia Civil para a sociedade.

Então, eu sugiro ao líder do Governo neste exato momento, que a gente coloque em votação o Substitutivo de Comissão de Segurança Pública e na próxima Sessão, votar em separado as emendas, caso algum deputado queira apresentar emenda em cima do Substitutivo da Segurança. Assim, a gente estaria salvaguardando a vontade popular.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo à questão de ordem do deputado Ricardo Chab, esta Presidência não tem autonomia para decidir conforme solicitação. O Plenário desta Casa está em Comissão Geral e teria que ser analisado. Eu poderia fazer aqui um apelo, se o deputado líder do Governo deixasse, porque estamos recebendo também a visita do governador Anthony Garotinho, deixarmos para o item final da discussão da pauta aqui estabelecida.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Sugiro que o senhor coloque em votação então o Substitutivo. Aí vamos ver se o Plenário acata a vontade da população ou não, porque senão, vamos ficar aí neste chove não molha. O governo...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não só o Substitutivo, como todas as emendas.

O SR. RICARDO CHAB

Não, aí as emendas em separado o senhor votaria, porque há uma emenda aqui que quero deixar claro...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Perfeitamente. As emendas serão colocadas isoladamente em votação.

O SR. RICARDO CHAB

Se o senhor me permite, eu quero fazer até a minha culpa aqui com relação aos senhores telecomunicadores e há uma emenda do deputado Alborghetti que é extremamente importante e que não foi contemplada no Substitutivo e que se faz necessária. Só estou explicando esse item porque é pormenor que nós temos que explicar para que todos possam entender.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Mas eu consultaria o Plenário se nós poderíamos fazer alteração da pauta - deixar o item sexto para ser discutido como último item da pauta desta Sessão.

Um requerimento do presidente. Coloco em votação o requerimento:

O SR. DURVAL AMARAL

Tudo bem, senhor presidente, nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Daí nós teremos mais tempo para que todos os parlamentares discutam.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CDC.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Ficam portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 092/2001.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2001. Dispõe sobre diretrizes para elaboração da proposta orçamentária

para o exercício de 2002. PARECER FAVORÁVEL DA CO. SUBSTITUTIVO GERAL DA CO.

Vamos votar, neste turno, Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação nos casos em que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Vamos aprovar, nesta Sessão, emenda aprovada, em 2ª Discussão. **Aprovada.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o senhor está submetendo à apreciação quais emendas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A emenda de Vossa Excelência que foi aprovada na Sessão de ontem.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu gostaria de dizer que ontem, em função, deixamos de aprovar uma emenda que trouxe e vai trazer problema para o projeto, porque vai tirar recurso dos municípios, porque considera como não receita tributária, a permuta entre a compensação, entre o crédito da dívida ativa e os precatórios. Com isso, os municípios ficarão sem fazer parte do bojo dos 25%. Aqui, é quando pedimos a revogação naquela do Artigo 3º. Era justamente para que pudessemos preservar a arrecadação dos municípios.

Era só esse registro que eu gostaria de fazer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, nobre deputado.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária denominada "Pilcha Gaúcha! PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CECI e EMENDA DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 115/2001

O Artigo 1º do presente projeto de lei, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica oficializado como um dos trajes de honra no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária denominada Pilcha Gaúcha.

Sala das Comissões, em 05.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÓNIDAS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 115/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo oficializar como traje de honra e de uso preferencial no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária "Pilcha Gaúcha".

Chamada esta comissão a se manifestar, de acordo com que preceitua o Regimento Interno desta Casa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Está em votação, ressalvada a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu gostaria, para entender melhor o projeto, o conteúdo da emenda, para ver no que resulta a emenda, porque tenho um juízo do projeto quem sabe a emenda que será votada "a posteriori", pode ajudar no meu juízo, para discernimento da minha votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º secretário, Valdir Rossoni a leitura da emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Lê a Emenda**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

Com a abstenção desta matéria dos seguintes deputados: José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Hermas Fonseca, Luiz Carlos Zuk - do PDT.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, fica também registrada a minha abstenção ao projeto de lei, na medida que tenho dúvida entre traje oficial e traje de honra. Essa dúvida deveria ser esclarecida, porque não gostaria que esta Assembléia, por exemplo, tivesse um deputado trajando - ficaria a banalização do traje, que tanto identifica o gaúcho.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, abstenho-me de votar nesse projeto e gostaria que ficasse registrado essa minha posição.

O SR. ELI GHELERE

Gostaria que registrasse o meu voto favorável.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, da mesma forma, quero declarar a abstenção do meu voto, até porque, da mesma forma que o deputado Irineu Colombo, eu tenho dúvidas do alcance do projeto do deputado Cesar Seleme.

Falo isso com tranquilidade porque tanto meu pai, como a minha mãe e avós são gaúchos, respeito toda população do Rio Grande do Sul, mas aqui quero me abastecer de voto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Suspendemos a Sessão para receber nosso Governador do Estado do Rio de Janeiro, Antonio Garotinho.

(Reaberta a Sessão)

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se honrada, hoje, com a presença do Excelentíssimo senhor governador do Estado do Rio de Janeiro, senhor Anthony William Garotinho de Oliveira. As boas vindas do Paraná.

Também registramos a visita do deputado federal pelo Rio de Janeiro, doutor Francisco Silva, e nosso colega, deputado estadual de São Paulo, doutor Gilberto Nascimento, as boas vindas do Parlamento do Paraná.

Com a palavra, nosso ilustre visitante.

O GOVERNADOR ANTHONY GAROTINHO

Senhor presidente, senhores deputados, companheiros do Partido Socialista Brasileiro, querido companheiro, deputado Takayama, a quem cumprimento pelo seu ingresso, hoje, no partido...

(Apupos e vaias)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de cumprimentar o governador Antony Garotinho, e dizer senhor presidente, eu nunca ouvi, pessoalmente, o governador, mas como deputado estadual e não pertencente à sua corrente política, gostaria de cumprimentar a Vossa Excelência, agradecer a sua visita à Assembléia Legislativa do Paraná, e solicitar ao senhor presidente que solicitasse às galerias o respeito ao visitante.

(Aplausos)

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero, antes de mais nada, saudar Sua Excelência o governador do Rio de Janeiro. Não

pertence à minha corrente política mas o saudamos porque teve a legitimidade na urna, teve a legitimidade do povo do Rio de Janeiro, portanto, é governador e merece o nosso respeito.

Gostaria, senhor presidente, que o senhor, que conduz brilhantemente a Sessão, mantivesse a ordem. É inconcebível que aqui na nossa Casa, um convidado nosso, de repente seja vaiado, nessas circunstâncias.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Faço o mesmo apelo, e quero também dizer não pertencer à mesma corrente partidária do governador do Rio, mas já que já pertenceu ao PDT, ao qual eu também pertenci, mas cumprimentá-lo, porque hoje, governador, a Assembléia está votando o Estatuto da Polícia Civil. E Vossa Excelência que assumiu recentemente o governo do Rio de Janeiro, tem dado uma demonstração de preocupação com a área de Segurança Pública e recentemente deu um aumento de até 98% para a Polícia Civil e para a Polícia Militar.

(Aplausos)

E esta Casa está recebendo os companheiros da Polícia Civil, por isso gostaria que o governador do Paraná se espelhasse em Vossa Excelência.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Da mesma forma, eu gostaria de saudar o ilustre visitante e dizer que não é costume do povo do Paraná recepcionar os nossos visitantes dessa forma, sobretudo aqui nesta Casa, que tem um espaço democrático, onde todos os partidos estão representados. Queria considerar ao ilustre visitante que não atribuisse a nenhuma corrente partidária, porque essa é uma atitude menor.

Vossa Excelência é um homem que evidentemente como governador de um Estado progressista que é, de um Estado conhecido no mundo inteiro, Vossa Excelência saberá não dar importância a esta deselegante manifestação.

Muito obrigado!

O SR. ANTHONY GAROTINHO

Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NEIVO BERARDIN

Pois não!

O SR. ANTHONY GAROTINHO

Eu jamais levaria em consideração como uma manifestação do povo do Paraná, até porque na luta pela moralização do Brasil, enquanto eu estava no palanque pedindo o "fora Collor", os rapazes desse Partido estavam juntos com o Brizola apoiando Collor e contra a CPI.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor governador, para encerrar, gostaria então de dizer que Vossa Excelência fique absolutamente à von-

tade, que o presidente, evidentemente, vai pedir para que a segurança da Casa determine que os que estão incomodando a boa recepção do governador, se retirem ou que se comportem, dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós solicitamos aos nossos visitantes das galerias que se mantenham da forma que nós paranaenses sempre nos mantemos, recebendo bem os visitantes, senão vou solicitar o esvaziamento das galerias.

Com a palavra, o governador Antony Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO

Senhor presidente, o motivo da minha visita aqui ao Estado do Paraná tem dois objetivos: fui convidado pela convenção geral da Assembléia de Deus para participar, em Paranaguá, do evento lá realizado. Como Vossa Excelência, sabe, eu sou cristão e professor de escola dominical, da classe de casais, e assim estive hoje cedo em Paranaguá, e agora à tarde com muita honra compareço a esta Casa para a filiação do deputado Takayama, um deputado que tem tido aqui nesta Casa um posicionamento sempre honrado e que certamente vai somar à Bancada do Partido Socialista Brasileiro.

Gostaria de, nesta oportunidade, agradecer a manifestação do deputado que se referiu a respeito do aumento que foi dado à Polícia Civil no Rio de Janeiro. Na verdade, estamos modificando todo o sistema policial do Estado, que vinha podre há muito tempo, tanto a Polícia Civil, quanto a Polícia Militar. Não havia um plano de segurança pública capaz de fazer com que o Estado sáísse daquela situação de refém do crime organizado, e nós investimos na criação desse plano de segurança pública, e não poderíamos deixar de valorizar o material humano, porque você não faz segurança pública apenas com viatura, não faz apenas com delegacia, não faz apenas com armamento; é preciso ter um policial bem pago, é preciso ter um policial treinado, psicologicamente apto a enfrentar as situações de adversidades que normalmente ocorrem.

Temos obtido bons resultados. Em relação ao crime organizado, principalmente, a violência se divide em dois pilares: o crime organizado e a delinquência. Quanto ao crime organizado, nós praticamente eliminamos o sequestro do Estado.

Quando assumi o Governo do Estado, o Rio de Janeiro já chegou a ter, na época em que o senhor Leonel Brizola era governador do Rio de Janeiro, 108 seqüestros por ano; este anos tivemos um caso de seqüestro resolvido e sem pagamento de resgate, com a quadrilha presa. Conseguimos reduzir o preço do seguro de automóveis do Rio de Janeiro em 20% porque houve uma queda do número de carros roubados e furtados através de um trabalho que estamos fazendo em conjunto com as seguradoras de automóveis no Estado do Rio de Janeiro.

Acho que esta questão da segurança pública vem obtendo bastante êxito no Rio de Janeiro no que tange à questão do crime organizado.

A delinquência é um pouco mais difícil, porque os estudiosos de segurança pública sabem que as razões da delinquência são outras, estão ligadas à ordem econômica, à pobreza, ao desemprego, aos fatores sociais, estruturais e também, à falta de uma legislação mais dura no Brasil, de um Código de Processo Penal e de um Código Penal que seja mais rígido contra o crime.

Senhor presidente, vou ser muito breve.

Nesta oportunidade em que estamos visitando o Estado do Paraná, quero aproveitar para expor rapidamente aqui, a nossa visão a respeito do País em que estamos vivendo e as nossas propostas para essa situação.

Ao contrário do que afirma constantemente o senhor ministro da Economia, Pedro Malan, que diz que os fundamentos da economia brasileira são sólidos, isso é uma falácia; eles são extremamente frágeis. O País vive com a maior dívida interna de sua história, que multiplicou por onze, na era Fernando Henrique Cardoso. O País tem déficit na balança comercial, tem a segunda maior taxa de juros real do Planeta. Tem a maior quantidade de necessidade de dólares, de entrada de dólares constantemente de toda sua história. Não tem política agrícola, não tem política industrial. Então, a história de dizer que os fundamentos da economia brasileira são sólidos, é uma falácia. Qualquer espirro na Argentina, qualquer gripezinha na Rússia, qualquer crise em qualquer País do mundo, e a economia brasileira mergulha numa crise tremenda.

Visto isso, é necessário que se adotem algumas medidas. As pessoas poderiam perguntar: "Mas que medidas o senhor proporia para que o País sáísse dessa situação?" Estamos propondo, e essa é a visão do Partido Socialista Brasileiro, é a visão dos economistas que trabalham comigo num projeto chamado "Crédito Brasil". O Brasil tem um PIB de um trilhão e a média de crédito oferecido nos países do mundo - não vou citar a Alemanha, não vou citar o Japão, nem os Estados Unidos, porque esses países não são parâmetros para o Brasil, porque emprestam mais de cem por cento do PIB em crédito para o setor privado e para o setor público, mas a média de crédito do setor no mundo, de países iguais ao Brasil, é de 60%.

O Brasil tem 30% apenas de crédito oferecido ao setor público e ao setor privado. O senhor sabe que é o crédito que alavanca a economia. Sem crédito não há circulação de riqueza. Então, esse modelo adotado de elevar taxas de juros e restringir o crédito, levou o País à situação medíocre de um crescimento igual ao da década de 80, chamada "Década Perdida", no nosso País.

O que propomos? Propomos a fixação de uma taxa de juro anual, de 4% ao ano, com meta inflacionária de 4% ao ano, ou seja, juros de 8%. Quatro por cento de juros reais. Taxa de crescimento da ordem de 7% ao ano,

como o Brasil cresceu na década de 50, a taxas de 7% ao ano.

Balanço comercial com superávit de 6 milhões.

Isso é perfeitamente normal num país que tem as dimensões e as potencialidades econômicas que o nosso País tem.

E por que isso não é feito? Isso não é feito porque, em economia, há uma pergunta que se faz claramente: "quem ganha e quem perde?"

Com esse modelo, ganhou o sistema financeiro. O governo Fernando Henrique foi um pai e uma mãe para os banqueiros do País. Hoje, o dinheiro de qualquer cidadão, que é depositado no banco, é remunerado pela caderneta de poupança a 0,5% e esse mesmo dinheiro, quando você usa para cheque especial ou para cartão de crédito, lhe cobram 145% ao ano.

Então é preciso romper esse "acordo" entre o sistema financeiro e a política econômica do País e implementar a política de crédito. O que é a política de crédito? Se você injeta mais 300 bilhões, elevando de 30% do PIB para 60 do PIB, o dinheiro no País, vamos ter crédito para o comércio. Tendo crédito para o comércio, o comerciante vai empregar mais; vai pagar mais impostos. Consequentemente, vai ter que comprar mais. Se compra mais, vai empregar mais e vai pagar mais impostos. E aí vamos criar um círculo de prosperidade no País contra esse ciclo de miséria, que, infelizmente, vive a nossa Nação.

Não vou me alongar mais.

Fico à disposição dos senhores deputados para responder qualquer questão de ordem, qualquer pergunta. Já me comprometi com o nosso partido aqui no Estado, o Partido Socialista Brasileiro. Estaremos mensalmente visitando o Paraná, em atividades políticas. Já estamos programando nossa próxima ida a Londrina e sempre, senhor presidente, que for possível, estarei aqui, porque, como democrata que sou, fui deputado estadual com 25 anos, fui prefeito a primeira vez da minha cidade, com 27 anos, Campos. Fui secretário de Estado da Agricultura do Rio de Janeiro com 32 anos. Fui prefeito novamente com 36 anos e governador do Rio de Janeiro com 38 anos. Passei a respeitar o Parlamento e sei que o Parlamento é a base da democracia. Sem Parlamento não existe democracia. E só aqueles que são contra o Parlamento é que podem ser contra a democracia.

Defendemos uma democracia ampla em nosso País. Por isso defendemos o fortalecimento do Parlamento.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui. E me coloco à disposição para responder às perguntas dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Custódio da Silva.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA

Quero parabenizar o governador do Rio de Janeiro.

Senhor presidente, quando estivemos num congresso no Rio de Janeiro, convidado pelos deputados Cesar Seleme e Orlando Pessuti, estivemos conversando com os trabalhadores, taxistas, estivemos falando com todos os segmentos do Rio de Janeiro. E lá governador, o senhor está de parabéns. Faz uma administração com dignidade com respeito.

Também sou cristão, e tem o seguinte ditado: "O homem pode mentir; a palavra, não" - Vossa Excelência está fazendo um mandato dentro da palavra. Parabéns, continue desta forma. E se for candidato a Presidente da República o meu voto será seu.

Muito obrigado.

O SR. ANTHONY GAROTINHO

Só para agradecer ao deputado, o Ibope soltou neste final de semana a avaliação dos governadores. O meu governo tem 81% de aprovação no Estado do Rio de Janeiro.

Este ano vamos investir 1,9 bilhões de reais na construção de 40 mil casas populares, asfaltamento de 1500 km de estradas, na construção de restaurantes populares, 5 estações gigantes de tratamento de esgoto.

A aprovação de um governo vem das realizações que ele faz. O governo trabalha, o povo entende e aprova; se o governo não faz nada, infelizmente a população tem o dever e o direito de cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Governador, quando fiz aquela referência no início, primeiro gostaria de dizer que sempre fui um eleitor do Leonel Brizola.

Tive sempre uma admiração pelo político Leonel Brizola. Gostaria de dizer a Vossa Excelência que isso independe do posicionamento político. Isso é uma questão de respeito à liberdade pessoal de opinião.

Estive no Rio de Janeiro e conversando com as pessoas lá, elas aprovam - na grande maioria que pude receber, o seu governo. Quero parabenizá-lo trabalho que vem fazendo. E gostaria de fazer uma pergunta a Vossa Excelência.

Vossa Excelência tem acompanhado pelos meios de comunicação, surge como uma das novas lideranças do nosso País, tem calcado no seu trabalho, na forma de atuação que Vossa Excelência tem colocado no governo do Rio de Janeiro. E temos vivenciado nos últimos tempos, e Vossa Excelência, pela brevidade de tempo, certeza absoluta, não citou essa questão do país, porque, embora seja uma questão conjuntural, hoje, se transformou praticamente numa questão específica, que é a questão energética.

Também sou um crítico do presidente Fernando Henrique Cardoso; embora seja do PSDB, não votei para ele para presidente. Até estamos sofrendo aqui no Estado

do Paraná, uma realização pela posição dos nossos dois senadores, com relação à CPI da Corrupção. Mas sei que essa questão das privatizações, realmente, nos enseja uma reflexão bastante grande.

Embora Vossa Excelência não tenha comentado no seu pronunciamento, sei que é um homem de visão, uma liderança já nacional. Imagino que Vossa Excelência tenha uma preocupação com essa questão energética que assola o nosso Brasil hoje.

Gostaria de saber se Vossa Excelência fosse governador do nosso Paraná, ou presidente da nossa República privatizaria a nossa Copel, a melhor empresa de energia elétrica do nosso Brasil? E como líder partidário, qual é o aconselhamento, qual é o direcionamento, qual é a sugestão que Vossa Excelência daria aos seus deputados com relação a esta decisão de o Paraná privatizar ou não a Copel?

Muito obrigado.

O SR. ANTHONY GAROTINHO

Gostaria de dizer que no dia 8 de junho de 99, enviei uma carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso alertando para os graves problemas que o Brasil teria, caso não fossem feitos investimentos no setor energético do País. Os membros da Secretaria Estadual de Minas e Energia são todos oriundos da Eletrobrás, são técnicos e já me alertavam. Mande a carta no dia 8. O "Jornal do Brasil" publicou a carta. Vinte dias depois Sua Excelência o Presidente, me respondeu dizendo que eu ficasse tranqüilo, que todas as medidas seriam adotadas.

Pois bem Furnas ficou com o dinheiro em caixa podendo fazer a linha de transmissão, que diminuiria e muito o problema; não fez por imposição do Fundo Monetário Internacional.

Então, a minha orientação, não é minha, é do meu partido, nós somos radicalmente contra a privatização no setor energético. Essa é a posição do nosso partido, do Partido Socialista Brasileiro.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Governador Anthony Garotinho, com todo o respeito que tenho pelo líder Leonel Brizola, também tenho por Vossa Excelência, como tenho por todos os políticos deste País que tenham vergonha na cara, que tenham honra, que tenham dignidade e lealdade em servir à população.

No começo da sua administração, eu entrava com o meu programa no Rio de Janeiro e fiquei meio apavorado de ver a Rede Globo constantemente narrar, dava-se a nítida impressão de querer acabar com a cidade maravilhosa. O Rio de Janeiro, de Ipanema, do Leblom, da Barra, de Copacabana, da Rocinha, de Vila Izabel, conheço a tua cidade, como conheço a palma das minhas mãos. Amo o Rio de Janeiro. E ficava triste de ver aquilo.

De repente, de um tempo para cá, a Globo parou. E comecei a ler os jornais e ver o seu plano de governo na área de segurança pública, comecei a ver a sua segurança,

a sua firmeza em ser governador, de bater na mesa e dizer: Aqui é do jeito que eu quero. e o senhor humanizou novamente o Rio de Janeiro. Fico feliz.

E hoje, no meu programa de televisão, dei uma pesquisa em que vem em 1º- Lula, 2º- Itamar, 3º - Ciro depois vem Vossa Excelência...

O SR. ANTONY GAROTINHO

Já saiu uma outra agora à tarde, do Ibope diferente.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Perdoe-me, é que o meu programa é às 13h15min da tarde para todo o Estado do Paraná. Eu estava com a pesquisa, e nessa pesquisa o senador Álvaro Dias ganha também em todas as cidades do Estado do Paraná.

Eu relatei aquilo que diz a pesquisa. Então, obviamente, haverá segundo turno no Brasil.

Mas, o mais importante do meu aparte, é transmitir a Vossa Excelência, o abraço. Cometi alguns erros na televisão, me censurei algumas vezes como homem de televisão, porque via muitos policiais serem assassinados e via aquela explosão do narcotráfico matar a gloriosa Polícia Militar Carioca, a gloriosa Polícia Civil Carioca. E, de repente, tudo mudou. Hoje, quem manda no Rio, não é apenas o governador Anthony Garotinho, hoje o Rio de Janeiro tem respeito pela Polícia Civil, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal Carioca.

Então, meus parabéns e que Vossa Excelência continue trilhando esse caminho de servir, de dar de si antes de pensar em si. Esse, além de ser o slogan rotariano, que eu fui rotariano, muitos anos da minha vida, tenho certeza, cabe bem a Vossa Excelência e desejo que Vossa Excelência saia daqui com a certeza, absoluta que o seu nome é, hoje, Rio de Janeiro.

Recentemente andando com um taxista, no Rio, indo para o Shopping da Barra, ele me dizia: "- O senhor não acredita, deputado Alborghetti, o Garotinho ainda vai ser uma grande surpresa no Rio de Janeiro, ele vai transformar o Rio, na Cidade Maravilhosa que ela, realmente o é, a cidade que enaltece o turismo de toda a nação brasileira".

Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhor governador.

Eu falo em nome da liderança das Oposições, e gostaria de dizer o seguinte: Vossa Excelência é muito jovem ainda, mas nós viemos de uma luta muito grande para construir o patrimônio público brasileiro, das lutas estudantis e tudo mais que todo mundo, mais ou menos, conhece.

No meu tempo, quando alguns se manifestavam, se a polícia estivesse perto dos governantes, nós éramos espancados.

Nós lutamos governador para que, democraticamente, possam se manifestar, e Vossa Excelência também, acredito, que defende esse ponto de vista democrático de todos nós; vi no breve relato de Vossa Excelência, quero dizer que, acompanhando a política brasileira, há muitos e muitos anos, eu vi o nascimento do seu caminhar político. Vossa Excelência não pode negar, na totalidade, para compreender aquilo que estão dizendo, que Vossa Excelência, já trabalhou muito com o Brizola e, eu acredito, que no interesse do povo fluminense e do povo brasileiro. Logicamente que divergências aconteceram. Mas, eu faço um apelo: Vossa Excelência que está começando, praticamente, um novo caminhar, que tenha bem clara essa posição. A rebeldia está inclusive na bíblia que Vossa Excelência fez referência: “não vos conformeis com o mundo que tens”. Eu não me conformo com esse mundo que Vossa Excelência condenou, a política brasileira é equivocada, ela empobrece o povo brasileiro e estamos vendo com muita alegria que Vossa Excelência esteja aqui, porque se abre uma grande possibilidade de discussão, até para nós, amanhã, alcançarmos o nosso verdadeiro caminho.

Veja bem, Vossa Excelência já trouxe ao Paraná, no meu entendimento, no entendimento dos deputados da Oposição, um benefício. Nós estamos aqui, senhor governador, e digo mais uma vez, sem querer ser arrogante, nós somos minoria dentro deste Plenário, mas somos maioria na rua. Aqui nós somos minoria nesse problema muito grande que é a venda da Copel.

Senhor governador, Vossa Excelência fez um caminhar democrático. Vossa Excelência caminhou na direção ideológica onde me encontro, sou um homem de Esquerda. Vossa Excelência estava no PDT, se dirigiu ao PSB e aqui temos vinte e quatro votos e Vossa Excelência, senhor governador, falou que seu partido é radicalmente contra a venda das empresas de energia elétrica. Se Vossa Excelência convencesse os membros da bancada do PSB, aqui no Paraná nós impediríamos, senhor governador, que se cometesse um crime contra o futuro do Paraná.

Veja bem, talvez seja providencial a presença de Vossa Excelência aqui. E outra coisa que eu gostaria também de pedir com a presença de Vossa Excelência, para que mudássemos as leis, para que a fidelidade partidária, essa fidelidade que o senhor está dizendo que tem ao texto público, pudesse também ser uma fidelidade no campo político, onde pessoas muitas vezes, não saíssem do primeiro partido, do segundo, do terceiro, do quarto, do décimo, do vigésimo quinto, Vossa Excelência tem uma tarefa, creio eu, para desempenhar neste País.

Quero, em nome da Oposição, cumprimentá-lo pela vinda, pelo espírito democrático.

O SR. ANTHONY GAROTINHO

Vossa Excelência me permite aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sim.

O Sr. Anthony Garotinho

Quanto à primeira colocação de Vossa Excelência, eu conversarei com a Bancada do Partido Socialista Brasileiro, para que ela siga a diretriz nacional e vote de acordo com a diretriz nacional. Quanto à segunda colocação, quero dizer a Vossa Excelência que militei durante dezoito anos no Partido Democrático Trabalhista, o PDT foi meu partido durante dezoito anos.

Acontece, que uma das coisas mais importantes para o homem público, chama-se palavra. Um homem que não tem palavra, principalmente um líder partidário, é um homem que não pode conduzir o seu partido. Vossa Excelência sabe que quando me candidatei ao governo do Estado do Rio de Janeiro, houve um acordo entre o presidente nacional do PDT, o senhor Leonel Brizola, e o presidente nacional do PT, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva, para que a minha vice-governadora Benedita da Silva, fosse a candidata a Prefeita do Rio de Janeiro, com o apoio dos dois partidos. Simplesmente, o senhor Leonel Brizola, na última hora disse que como não tinha nada escrito, ele não se sentia na obrigação de cumprir. Homem, tem que ter palavra. Política não se faz com papel assinado, política se faz com palavra.

Então, me senti no direito de, com tristeza, deixar o partido com que vivi durante dezoito anos.

Mas, para minha alegria, e para a tristeza de alguns, nós tínhamos uma bancada no Rio de Janeiro, de dezessete deputados estaduais, saíram quinze conosco. Dos noventa e dois municípios do Estado, o nosso partido elegeu prefeitos em trinta e oito, trinta e seis saíram conosco para o Partido Socialista Brasileiro. O Partido tinha duzentos e cinquenta vereadores do Estado, duzentos e trinta saíram conosco para o Partido Socialista Brasileiro.

Por quê? Porque não podem ser dirigidos por alguém que em determinado momento de sua história não quis cumprir com a sua palavra, foi incoerente.

E a resposta veio na urna, porque, descumprindo o acordo, foi candidato e chegou amargando um quarto vergonhoso lugar na Prefeitura do Rio de Janeiro.

Então, quero dizer que não tenho nada de pessoal, eu sou um democrata, sempre defendi a democracia, sou um socialista, socialismo não é rótulo não é segurar uma bandeirinha; é uma prática de vida. Tem gente que fala em democracia e não pratica. Democracia, socialismo, isso é prática de vida não é discurso. Eu estou de pleno acordo com Vossa Excelência que os direitos de as pessoas se manifestarem devem ser garantidos, devem ser assegurados, mas as pessoas precisam conhecer a verdade. A verdade é que com a falta de democracia que existiu dentro deste partido, durante um longo período, não fui eu que saí; saiu todo o partido. Ficou a minoria, não só no Rio de Janeiro, mas todo o País, até no Rio Grande do Sul saíram mais 70% dos filiados do partido.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, só para agradecer a compreensão para aquilo que eu disse aqui e quero dizer o seguinte,

governador, nós que somos fundadores do MDB, que formamos o nosso caráter ao longo de todo esse caminhar, estamos também vivendo dentro do PMDB um drama muito grande.

Olha, vou dizer para Vossa Excelência um peemedebista, como eu, ver o ex-presidente Sarney no PMDB, é uma agressão. Nós da base governador, queremos nos distanciar deste governo anticristão, fabricante da fome, da miséria e desemprego, mas a cúpula está dominando o partido.

É aquilo que Vossa Excelência falou. Eu não quero entrar na discussão dentro do nosso partido irmão que é o PDT, e eu sei que Vossa Excelência guarda muitos momentos bons de vivência dentro do PDT.

Portanto, o agradecimento dos deputados de Oposição, e que Vossa Excelência tenha um caminhar feliz rumo aos objetivos que tem colocado em todo País.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhor governador.

Talvez a semelhança de vida que tenhamos, porque entrei nesta Casa aos 22 anos de idade. E tenho, realmente, acompanhado a sua carreira política, como evangélico, como um sonhador que faz valer a sua palavra. e o parabenizo, primeiro pela aquisição de um grande deputado, talvez um dos melhores deputados na área evangélica que nós tivemos no Estado do Paraná, Hidekazu Takayama, mas faço uma pergunta como deputado municipalista, governador.

Nós temos muitas notícias do Rio de Janeiro. Esta renovação que o senhor fez no aspecto de apoio às Polícias Civil e Militar, a reestruturação urbana que fez nos municípios, a reestruturação que fez nas estradas, que até o momento passam de 1500 quilômetros de rodovias pavimentadas no seu governo, mais de 40 mil casas populares feitas e entregues no seu governo e incrivelmente feitas com recursos do Estado.

Por isso, nós temos que aprender o seu segredo, senhor governador, porque a história do político realmente é baseada em recursos que você possa oferecer ao seu povo. Eu queria esta resposta.

Como é que foi feita a reestruturação financeira dentro do seu governo, visto que todos os governos do País estão realmente, ou no caos financeiro do pagamento dos funcionários, e eu sei que o senhor está em dia, ou na dificuldade de recursos para financiar e também favorecer o seu povo com obras essenciais como essas que o senhor já fez. Não é uma pergunta, um questionamento. É pessoal e estrutural, que venhamos um dia a executar da mesma forma.

O SR. ANTHONY GAROTINHO

Propusemos ao governo federal o contrato da negociação do Rio de Janeiro. Quando assumimos, ele estava assinado pelo governador que me antecedeu, porém ainda não aprovado no Senado. E o contrato só

tem eficácia após aprovado no Senado. Então, propusemos ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, que respeitando as regras de trinta anos de financiamento, juros de 6% ao ano e comprometimento de 13% da receita líquida real, nós pudéssemos fazer uma nova proposta ao Governo Federal. E a proposta que apresentamos consistia no seguinte: royalties do petróleo não é imposto; royalties do petróleo não é taxa. O sistema tributário nacional define royalties do petróleo como indenização de ativo. Então, propusemos a securitização por 30 anos dos royalties do petróleo. Isto, trazido a valor presente com uma taxa de desconto de 12% ao ano, deu 13,4 bilhões de reais.

Então, propusemos dar uma parte à União, para abater do estoque da dívida e os outros 9 bilhões nós criamos um fundo de pensão de aposentadorias e pensões e colocamos lá em títulos públicos federais. Tiramos da nossa folha de pagamento os aposentados e pensionistas, que representavam um grande peso.

Com isto, ficamos com um comprometimento de menos de 50% da folha de pagamento. E aí o Estado, que tinha déficit de 50 milhões por mês, em torno de 600 milhões por ano. Passou, e já este ano terá um superávit de 1,9 bilhões.

Não bastasse isto, quando nós fomos assinar o acordo da dívida, o secretário do Tesouro Nacional à época, hoje ministro da Casa Civil, Pedro Parente, levantou uma tese: ele não poderia assinar daquela forma que eu havia proposto, porque o preço do petróleo é variável. E eu propunha o encontro, ao final de 30 anos, uma conta gráfica. Se ao final de 30 anos houvesse diferença em favor do Estado, a União indenizaria. Ou vice-versa. Ele disse que não, porque o preço do petróleo estava muito alto, àquela época. Dezessete dólares o barril. E ele propunha o encontro de contas anual, ano a ano.

Resultado: nós assinamos num dia. Dois dias depois o barril de petróleo subiu de dezessete para trinta e cinco dólares. Então, só a diferença a favor do Estado, no primeiro ano, deu mais de 750 milhões de reais, a favor do Estado. Tínhamos um déficit. Passamos a ter um superávit. E ainda mais: a diferença a favor do petróleo fez com que as finanças do Rio de Janeiro, realmente, ficassem numa situação bastante favorável.

Esta foi a engenharia financeira para negociação da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Com a palavra o deputado Ricardo Maia. Posteriormente, teremos o deputado Neivo Beraldin, e finalmente o deputado Moysés Leônidas, para agradecer em nome do Parlamento do Paraná, a visita do nosso ilustre visitante.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam.

Quero cumprimentar o governador pela sua vinda ao nosso Estado do Paraná e a este Parlamento, bem como sua comitiva, os colegas deputados do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Santa Catarina, que também se fazem presentes, aqui hoje.

Governador, é uma satisfação muito grande recebê-lo em nosso Estado. Já estivemos juntos em várias ocasiões. Fui eleito deputado estadual pelo PSB, um dos fundadores do partido, no Estado. E hoje, nós vemos em âmbito nacional, uma luz na escuridão, que caminha o nosso País, hoje.

Sabemos que o senhor fez e está fazendo, como governador do Rio de Janeiro: equilibrando as finanças do Estado; uma atuação forte na área social; uma atuação fortíssima na área da segurança pública; que é modelo do nosso País na área da saúde; na área da educação; enfim, governando o Estado com muita força, que isso leva hoje, a estar entre os quatro nomes na corrida presidencial.

Um índice altíssimo, ocupando já hoje, a segunda, terceira e quarta colocação em todas as pesquisas, mesmo sem ter sido lançado candidato ainda, uma pré-candidatura de poucos dias.

Então, seja bem-vindo ao Estado do Paraná. Estaremos em outras oportunidades juntos.

Queremos cumprimentar a adesão do deputado Takayama, um grande parlamentar, que tem feito um grande trabalho na área evangélica no Estado do Paraná. É uma satisfação muito grande, tê-lo conosco no nosso partido, PSB.

Não é o momento de falar, porque em cada Estado, cada ocasião, o senhor, como candidato a presidente, terá as peculiaridades locais, da política local.

E no Estado do Paraná, falamos muito hoje, sobre a privatização da companhia energética, conforme o senhor ouviu. Mas, fico analisando, como socialista que sou, sempre militei, sempre fui oposição nos dois mandatos de vereador da minha cidade de Maringá. Ficamos pensando hoje, qual é o verdadeiro papel dos Estados? Dos governos de Estado? Qual é o verdadeiro papel do município?

O senhor, como cristão, todos achamos justo o governo ter uma companhia energética, que vale bilhões de reais. Ao mesmo tempo, ontem neste Plenário, estávamos discutindo uma diferença para educação especial no Estado do Paraná, que o governo não está repassando.

De 7 a 15 milhões de reais por ano, está dando um grande transtorno à educação especial. O senhor acha justo termos uma Companhia de Energia Elétrica, de bilhões de reais e os professores do Paraná, estarem a 5, 6 anos sem reajuste? As escolas em dificuldade, a área da segurança pública em dificuldade, que é tido hoje, em todo nosso País?

Então, são as coisas que temos que repensar: qual é o verdadeiro papel do Estado? Qual é o verdadeiro papel do município?

Hoje, o que mais ocorre no Estado do Paraná, talvez, é a confiança e a credibilidade do governo no vender

a Copel e colocar os recursos onde tem que ser, os recursos onde pregamos, que com a venda da privatização, 70% será para capitalizar o Fundo de Previdência do Estado. O senhor já capitalizou no Rio de Janeiro, há vários anos, dando condição ao aposentado e pensionista ter sua aposentadoria digna e os 30% o governo vai investir no Estado.

Agora, senhor governador e companheiros de partido: o que mais hoje ocorre no Estado do Paraná, é a falta de confiança e credibilidade, no investimento dos recursos junto à população do Paraná.

Tenho certeza, se tivéssemos, se o governo tivesse essa credibilidade perante o povo do Paraná, nenhum paranaense estaria preocupado em vender ou não vender, e sim, se o governo investisse pesadamente na área da segurança pública, dando condições aos companheiros das Polícias Civil e Militar, investisse pesadamente na área de educação e na área de saúde, essa discussão não estaria aqui hoje, muito menos em outra ocasião.

Então, bem-vindo ao nosso Estado do Paraná. Toda sua comitiva. Estaremos juntos em outra oportunidade. Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor Governador.

Vou tentar ser o mais rápido possível. Apenas dizer a Vossa Excelência que sou um companheiro do ex-governador Álvaro Dias, que foi um grande governador do Estado e pelo que tudo indica, juntos estaremos desalojados do PSDB.

Quero dizer, que o Paraná, quando o atual governo assumiu, a dívida do Estado era em torno de um bilhão e quatrocentos milhões. Hoje, a dívida é em torno de 17 bilhões de reais.

Quero dizer que São Paulo gastou em publicidade e propaganda, 0,06 de sua receita; a Bahia gastou 0,52; o Paraná gastou 2,24 da sua receita.

Quero dizer também que o governador do Paraná vendeu parte dos ativos da Copel, seja em torno de 24% das ações, e não fez constar no Orçamento, nem de 97, nem de 98 e nem de 99, e que paira enorme dúvida, e que na verdade, os técnicos do Tribunal de Contas escreveram, é o que estamos falando.

E não é o que transparece para o povo do Estado.

Sobretudo, falta ao governo Lerner, credibilidade.

Por isso, quero saudar a sua presença aqui, e que Vossa Excelência leve uma informação: 132 mil pessoas no Estado, subscreveram um projeto de lei, de iniciativa popular, o primeiro da história do Estado, para que o atual governo não venda a Copel.

Sobretudo, além de dizermos que temos 17 hidrelétricas. Temos, portanto, excedente de produção de energia.

Temos 650 quilômetros de rede.

A Copel, ninguém poderá concorrer com ela, sobretudo na eficiência dos técnicos e na geração de energia.

Temos algumas injustiças. Por exemplo, a Itaipu.

Quem recebe ICMS da produção de energia de Itaipu, é o consumidor.

Uma injustiça que o ministro Serra colocou na Constituição, onde daria em torno de 600 milhões/ano para o Estado do Paraná. E o Rio de Janeiro perdeu também com o petróleo.

Então, essas contestações, é preciso que Vossa Excelência leve aqui do Paraná, e quero saudar a sua presença aqui, porque tenho certeza, que a sua vinda vai fazer com que seus três deputados, já do partido, a sua vinda aqui pode significar uma reversão da situação desesperadora que vivem aqueles que enxergam os números e que conhecem os fatos, e defendem o Estado com amor.

Então, seja bem-vindo, governador.

Convença a sua bancada que não vamos vender a Copel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para agradecer a visita do nosso ilustre visitante, governador do Rio de Janeiro...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, antes do deputado Moysés Leônidas, gostaria que Vossa Excelência me permitisse 1 minuto.

(Assentimento)

Senhor presidente, falo como deputado desta Casa, mas falo também na condição de ex-presidente na União Nacional dos Legislativos Estaduais, a Unale.

E quero neste momento, em meu nome e em nome dos deputados desta Casa - já o fizemos em nome dos mais de 300 deputados estaduais do Brasil, que lá estiveram - formalizar de público, um agradecimento ao governador Anthony Garotinho, por tudo aquilo que nos propiciou, de forma antecipada, nos preparativos da nossa Conferência que aconteceu no final do mês de maio, no Rio de Janeiro. Portanto, há 30 dias atrás, quando lá estivemos em mais de 300 parlamentares de todo o Brasil.

Agradecer a Vossa Excelência, agradecer a sua esposa, dona Rosinha, que também foi calorosa na sua recepção que ofereceu e que prestou às esposas e namoradas dos nossos parlamentares que lá estavam.

E peço também, que mais uma vez, transmita aos companheiros deputados, José Távora, Magali Machado, André Luís, que são membros integrantes da diretoria da Unale, atual exemplo do deputado Cesar Seleme que está aí à Mesa, a exemplo do deputado José Maria, que permanece na diretoria da União Nacional, o Seleme e o deputado José Maria, e que transmita a esses três parlamentares, e muito especialmente ao deputado Sérgio

Cabral, presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

O nosso agradecimento, porque sem sombra de dúvida, a Conferência do Rio de Janeiro foi a melhor de todas. E não poderia ter sido diferente. Esperamos que ela não seja melhor do que a próxima. Certamente haverá uma próxima do Rio de Janeiro; haverá de ser melhor que todas as outras.

Agradeço a Vossa Excelência pela deferência que teve com a minha pessoa, para com os deputados do Paraná que lá estiveram, e para com todos os parlamentares do Brasil.

Muito obrigado, em nome da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Moysés Leônidas com a palavra.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente Hermas Brandão, senhores secretários, senhoras e senhores deputados e muito especialmente ao governador Garotinho.

Pela experiência que Vossa Excelência tem, governador, futuro presidente Anthony Garotinho, o Parlamento é assim: quando chega no final do semestre, na entrada do recesso, é esta luta.

Mas eu queria, até designado pelo presidente, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, cumprimentá-lo e agradecer sua visita. E dar um depoimento aqui aos demais deputados e a todos os presentes que hoje passamos o dia com esta figura humana, singular, ímpar e exemplar de Anthony Garotinho, ao lado de alguns companheiros deputado, tanto do Estado de Santa Catarina como de São Paulo que estão aqui conosco e que acompanham o governador Garotinho e pude constatar, e posso aqui agora, governador Garotinho, dizer a Vossa Excelência que o filósofo Jean Paul Sartre escreveu certa vez que a estatura de um homem a gente mede é na infância.

Vossa Excelência que traz no nome a felicidade de ser um eterno garotinho, pela sua formação já testada aqui na Assembléia Legislativa através da sua fala, de um homem que prima pelo bem-estar dos seus concidadãos, pela sua formação política, pelo democrata que é, pela sua grande carreira e pela sua vida lá em Campos e pela sua vida de homem casado que cuida de seus filhos naturais e daqueles que Vossa Excelência com sua esposa puderam adotar, mostra a estatura desde a sua infância lá em Campos, que o Brasil inteiro sabe, de que já seria indiscutivelmente um grande homem.

Então, quero aqui, em poucas palavras, dizer a Vossa Excelência que o Estado do Paraná passa, quem sabe, pelo período de maior expectativa da história do nosso Estado, que as pesquisas indicam exatamente aquilo que Vossa Excelência está sentindo nesta cruzada que faz pelo país afora. Nós precisamos evitar o apagão social, precisamos evitar o apagão social, precisamos evi-

tar o apagão moral e aí ganha espaço o novo, aquele que traz a idéia nova.

Estivemos, como já disse aqui o deputado Pessuti, lá no Rio de Janeiro e pudemos constatar que a pesquisa que Vossa Excelência ostenta de ser o governador mais popular do Brasil, com 80% de aceitação do seu povo, daquele povo que viu o prefeito humilde do interior sair e ganhar o Estado, é porque Vossa Excelência tem um compromisso muito maior que é o compromisso principalmente com o povo humilde e com o povo simples.

As manifestações aqui existentes são fatos pequenos perto da grandeza do Paraná, de uma terra abençoada por Deus, e que Vossa Excelência que já foi secretário da Agricultura, está junto como presidente Hermas Brandão que também já foi secretário da Agricultura do Paraná, deve saber e por certo sabe que o Paraná é uma terra realmente, como diz o poeta, abençoada por Deus, porque aqui se plantando tudo dá. Somos um povo ordeiro, somos um povo acolhedor, somos um povo trabalhador e somos um povo que dá muito à República e que pouco recebemos.

Então, queremos até que Vossa Excelência, e aqui não falo só como seu companheiro de partido, falo como um homem que representa uma boa parcela da segunda maior região do Estado do Paraná que é a região Norte. Queremos que Vossa Excelência chegue a essa destinação que tem, na vida pública, que ninguém chega à posição que Vossa Excelência está senão designado por aquilo que prega ou à crença que tem, que é uma designação, realmente divina.

Que Vossa Excelência chegue à Presidência da República e que tenha, aqui no Paraná, um grande parceiro. E que possamos bebericar, sobretudo, dessa convivência com Vossa Excelência, para transformá-lo em um homem poderoso, no primeiro homem da República. E através, sobretudo, desse poder, dessa forma humilde, que Vossa Excelência tem tocado a sua vida, que possamos também, não só bebericar, mas abocanhar uma boa parte, do que o Estado do Paraná tem e que a República nos deve.

Queira aceitar aqui os sinceros cumprimentos desse Parlamento, da simplicidade desse homem humilde também e do interior, que tem representado o presidente desta Casa, como democrata que é, Hermas Brandão. De todos os companheiros, de todos os partidos que aqui fazem parte nesta Casa, de que somos um Estado que temos a fama de não termos dono, porque aqui reina a democracia e esta Casa, é esta miscelânea que está dentro da democracia, representada por quase todos os partidos existentes na República, e que faz deste Paraná, um Estado que marca ponto na República, de debate, pelo melhor e pelo bem-estar do nosso povo.

Parabéns a Vossa Excelência, pelo que representa hoje no País. Temos conhecimento da pesquisa, em que Vossa Excelência está entre os três mais votados da Nação, com apenas 30 dias dessa cruzada via à Presidência da República.

Fica aqui, um incentivo a Vossa Excelência. Vá em frente, porque o filósofo Jean Paul Sartre escreveu, e é verdade: "A estatura de um homem, a gente mede na sua infância." Seja o grande homem que Vossa Excelência tem sido.

Parabéns!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao governador Anthony Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO

Senhor Presidente, quero agradecer a todas as manifestações que foram feitas aqui. Agradecer ao líder do Partido Socialista Brasileiro, as suas palavras.

Apenas, para concluir, gostaria de enviar a esta Casa, como sugestão de apreciação daquilo que considero ser hoje um programa, que mais está encantando a área rural do nosso Estado.

Vossa Excelência sabe que sou governador do Estado, mas sou oriundo do interior do Estado. Não sou da cidade do Rio de Janeiro. Tive a oportunidade de ser secretário da Agricultura, durante um ano e meio - durante o ano de 93, até meados de 94.

Agora, no governo do Estado, criamos um programa chamado Frutificar, que tem feito a alegria dos produtores do Estado do Rio de Janeiro. Há poucos dias, vimos emocionados, agricultores lotando a sede da Federação dos Agricultores do Estado, para fazer agradecimentos. É um projeto tão simples de ser aplicado, onde o Estado financia, para o plantio de abacaxi, maracujá, coco, mamão, papaia e goiaba, com dinheiro do Estado, com juros de 02% ao ano, sem correção monetária, sem necessidade de hipoteca e de aval e com a assinatura do contrato do empréstimo e a assinatura da garantia da compra, da metade da produção daquilo que for produzido ou parar em uma empresa ou para a merenda escolar do próprio Estado. Para que Vossa Excelência tenha idéia do tamanho desse projeto, em 120 dias de implantado, o Estado deu 33 milhões de crédito.

As agências do Banco do Brasil - não temos mais Banco. O Banco lá foi privatizado, pelo governo anterior, usamos o Banco do Brasil como nosso agente financeiro, embora o dinheiro seja do Estado. As agências do Banco do Brasil ficaram lotadas de pequenos e médios agricultores, felizes, porque têm crédito garantido e têm a venda do seu produto garantida, em pelo menos 50%. É um projeto simples e acredito que o Estado do Paraná, pelo potencial agrícola que tem, poderia, fazendo algumas adaptações aqui, pela própria Casa, poderia ser um projeto de grande sucesso, no Estado do Paraná.

Muito obrigado pela oportunidade. Muito obrigado pelo carinho. Eu vou, nessa cruzada que faremos até a Presidência da República, estar muitas vezes, aqui no Paraná. E Vossas Excelências podem ter certeza que, se

for da vontade de Deus, ganhando a Presidência da República, o Paraná estará no coração de Anthony Garotinho
Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecendo a visita do governador e colocando sempre a Assembléia à sua disposição, o governador receberá os cumprimentos dos senhores parlamentares agora.

Suspendemos a Sessão por 10 minutos.

(Suspensa a Sessão)

Está reaberta a Sessão, retornando à Ordem do Dia.

Como já votamos o item 10, o projeto, vamos votar a Emenda. Os senhores deputados que aprovam a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, permaneçam como estão.

Aprovada.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Quanto ao projeto do deputado Cesar Seleme que acabamos de votar, apenas para justificativa de voto, quero dizer que em respeito à gauchada que tem aqui neste Paraná, que basicamente ajudam o crescimento deste Estado, em homenagem ao nosso amigo Lucena, da Secretaria da Fazenda que está aqui, que é também um gaúcho que anda bastante pilchado, e eu, como também já tive a honra de andar pilchado, voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será registrado seu voto.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre as tabelas I, II, III, VII, IX e X, do Regimento dos Atos Judiciais e adota outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 029/2001, de 29.03.2001**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 132/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, visa dispor sobre as tabelas I, II, III VII, IX e X, do Regimento Interno de Custas dos Atos Judiciais e adota outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma do substitutivo geral anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 132/2000

Artigo Único - O Projeto de Lei nº 132/2000 passa a ter a seguinte redação.

Art. 1º - As custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis, conforme estabelecem o artigo 51, § 2º, o artigo 54, parágrafo único e o artigo 55, incisos I, II e III da Lei Federal nº 9.099 de 26 de setembro de 1995 são devidas nas seguintes hipóteses:

I - no preparo do recurso nominado, que compreenderá todas as despesas, inclusive as dispensadas em primeiro grau;

II - na extinção do processo motivada pelo não comparecimento do autor;

III - quando reconhecida a litigância de má-fé, tanto no processo de conhecimento quanto no de execução;

IV - quando os embargos do devedor forem julgados improcedentes;

V - quando se tratar de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso desprovido do devedor.

Art. 2º - As custas processuais, nos Juizados Especiais Criminais, são devidas nas hipóteses:

I - de descumprimento da composição civil;

II - de decisão condenatória.

Art. 3º - As custas processuais estabelecidas no artigo 1º, inciso I, serão depositadas em caderneta de poupança à disposição do juízo.

§ 1º - Se provido o recurso, após o trânsito em julgado da decisão, será devolvido ao recorrente o valor que lhe couber.

§ 2º - Se desprovido ou não conhecido, uma vez transitada em julgado a decisão, o valor deverá ser transferido, desde logo, mediante guia, para a conta do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

Art. 4º - As custas processuais, previstas nos incisos II, III, IV e V do art. 1º e incisos I e II do art. 2º, bem como as custas recursais nos Juizados Especiais, serão recolhidas por ocasião do preparo, ao fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

Art. 5º - As custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis serão calculadas nos percentuais de 50% (cinquenta por cento) dos valores estipulados na Tabela IX, item I, do Regimento de Custas.

Art. 6º - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais serão calculadas no percentual de 50% (cinquenta por cento) dos valores estipulados na Tabela X, item III, letra "a" do Regimento de Custas.

Art. 7º - Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética serão cobrados em valor igual ao constante na letra "a" do item V da Tabela IX do Regimento de Custas.

Art. 8º - As Tabelas II, III e VII do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, referidas no art. 49 da Lei 6149/70 ficam restabelecidas e passam a vigorar conforme anexo.

Art. 9º - As Tabelas I, IX e X do Regimento de Custas dos Atos Judiciais a que se refere o artigo 49 da Lei 6149/70, atualizadas pela Lei nº 11.960/97, passam a vigorar conforme anexo.

Art. 10 - Fica revogado o artigo 43 da Lei nº 6149/70.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ANEXO

TABELA I

Dos Atos dos Tribunais de Justiça e Alçada Secretarias

	R\$
I Recursos interpostos para o Tribunal de Justiça ou de Alçada e para os Tribunais Superiores	25,00
II Reclamações, Correções Parciais e Conflitos de Competência	25,00
III Mandato de Segurança	25,00
IV Ação Rescisória - 4% sobre o valor da causa:	
mínimo	13,00
máximo	60,00
V Deserção	25,00
VI Alvará, Ofício, Editais e Traslado:	
a) uma folha	5,00
b) por folha que exercer	1,50
VII Carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença	22,50

Obs:

A esse valor será acrescido o montante necessário para o porte postal devido para a devolução.

NOTA 1

Nos demais processos originários e nos casos omissos serão cobradas as mesmas custas fixadas para a primeira instância.

NOTA 2

A arrecadação total será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

TABELA II

Atos dos Tribunais de Justiça e Alçada Secretários

	RS
I Certidões	
a) pela primeira folha	5,00
b) por folha que exceder	1,50
II Registros de Diplomas de bachareis ou cartas de doutores em direito	10,00
III Autenticações de cópias reprográficas extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria	1,50

NOTA

A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS

TABELA III

Atos da Procuradoria Geral da Justiça Secretário

	RS
I Certidões	
a) pela primeira folha	5,00
b) por folha que exceder	1,50
II Autenticações de cópias reprográficas extraídas de processos ou em andamento na secretaria	1,50

NOTA

A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo Especial do Ministérios Públicos do Estado do Paraná - FUEMP/PR.

TABELA VII

Ministério Público do Estado do Paraná

RS

I	Ao Ministério Público Estadual, nos feitos em que intervém, inclusive notariais e registrais	3,00
---	--	------

NOTA

A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR.

TABELA IX

I - Arrolamentos, inventários, sobre partilhas, partilha de bens, embargos, processos com procedimentos especiais de jurisdição voluntária, de conhecimento (incluindo procedimentos especiais de jurisdição, contenciosa), incidentes procedimentais, mandatos de segurança, medidas cautelares, alvará, retificações, processos de execuções em geral, execuções de sentenças, separações, divórcios e dissolução da sociedade conjugal, alimentos em geral, reconvenções, falências, concordatas, restituição de mercadoria, extinção de obrigações, recursos, exceções e demais ações, as mesmas custas previstas na atual tabela XIX do regimento.

II - Buscas cada 10 anos, autuação e desarquivamento de processos	66,66 VRCs	R\$5,00
---	------------	---------

III - Certidões extraídas de autos, livros ou documentos, e por ofício, edital e alvará expedido.

Primeira folha	66,66 VRCs	R\$5,00
Por folha que exceder	20,00 VRCs	R\$1,50

IV - Conferência e reprodução, cópia ou via de qualquer papel com o original; conferência e conserto de traslado ou pública forma, avisos e publicações de avisos

20,00 VRCs	R\$1,50
------------	---------

V - Carta Precatória:

a) Recebidas, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação, exceto diligência, condução e porte postal devido pela devolução

1.000,00 VRCs	R\$75,00
---------------	----------

b) Recebidas, pelo respectivo cumprimento, para atos executivos ou avaliação de bens, pagamento de impostos expedidas em processos de inventário, arrolamento e partilha de bens, em processos de execuções em geral, prisão, inquirição, perícia e busca e apreensão - metade das custas previstas no item I, mais porte postal.

c) expedida, para o respectivo cumprimento, além do porte postal, quando houver

66,66 VRCs	R\$5,00
------------	---------

VI - Por carta de sentença, rogatória e mandato de averbação

300,00 VRCs	R\$22,50
-------------	----------

VII - Por carta de Adjudicação e forma de partilha expedido

1.000,00 VRCs	R\$75,00
---------------	----------

a) carta de arrematação, Remissão e requisitória de pagamento, as mesmas custas previstas no item I

VIII - Separações, divórcios, Conversões e dissoluções de sociedade conjugal.

2.400,00 VRCs	R\$180,00
---------------	-----------

a) Havendo bens, acrescentam-se as custas previstas no item I

IX - Declaração de habilitação de crédito:

a) no prazo - 25% das custas taxadas no item I.

b) retardatária ou impugnação de crédito - 50% das custas taxadas no item I

X - Procedimentos administrativos, justificações, protestos, notificações, interpelações

600,00 VRCs	R\$45,00
-------------	----------

Nota 01 - Nos processos de inventários, arrolamentos, sobre partilhas e partilhas de bens, as custas serão calculadas sobre o valor integral dos bens objeto dos mesmos.

Nota 02 - As custas processuais não poderão ser dispensadas, parceladas ou negociadas sem a expressa concordância de seus favorecidos.

Nota 03 - Nos processos em geral, o cálculo das custas incidirá sobre o valor legal da ação devidamente corrigido, devendo ser observado, para efeito de atribuição ao valor da causa, o contido nos artigos 258, 259 e 260m do CPC.

Nota 04 - O recolhimento contido CPC referente às custas devidas pelos atos praticados, seguirá os critérios da lei vigente.

Nota 05 - As custas decorrentes das ações com o benefício da gratuidade processual, tomarão por base a presente tabela, devendo ser obedecido o artigo 1º, IV da Constituição Estadual.

Nota 06 - As custas remanescentes deverão ser pagas antes do julgamento da causa e sobre elas incidirão correção monetária e juros na forma de lei, a partir de sua inadimplência, podendo as partes devedoras serem inscritas nos bancos de dados dos órgãos distribuidores.

Nota 07 - As custas dos processos de alvarás, serão cobradas na proporção de 50% das previstas no item I.

Nota 08 - Fica revogado o artigo nº 43 da Lei nº 6.149/70.

Nota 09 - Na renovação de inventários por morte do cônjuge ou herdeiro, as custas serão acrescidas de mais 10%.

Nota 10 - As custas serão devidas na base de 100% quando da efetivação do depósito inicial ou do início da execução da sentença e demais ações.

Nota 11 - O valor do VCR será reajustado anualmente na forma disposta no Decreto nº 1544/95 e, na hipótese de sua revogação, pelo índice legal que venha a substituí-lo. A tabela será automaticamente elaborada no primeiro dia útil de cada ano, pelo senhor Contador Judicial, tomando-se por base, janeiro de 2.001.

Nota 12 - Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética nos Juizados Especiais serão cobrados conforme o item V letra "a".

Nota 13 - As custas processuais dos Juizados Especiais Cíveis correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item I e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

Nota 14 - Ficam revogados todos os outros itens e notas, constantes da tabela IX do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e as disposições em contrário.

TABELA X

(...)

III - Processo em espécie:

a)

b) (...)

NOTA - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item III, letra "a" e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

JUSTIFICATIVA:

O ingresso ao Juizado Especial independe do pagamento de custas, taxas ou despesas, visando o acesso à Justiça em primeira instância. Para facilitação deste acesso à Justiça, o Poder Judiciário custeia as despesas de manutenção do referido órgão. Assim o cidadão comum, desprovido de capacidade econômica, para propor ação nos Juizados Especiais, é isento de qualquer desembolso; entretanto, a gratuidade estabelecida pela Lei Federal 9.099/95 cessa com a prolação da sentença.

Há estudos que indicam que, aproximadamente, 90% das sentenças de primeiro grau são confirmadas pelos Tribunais, o que pode significar serem os recursos, na maioria das vezes, meramente protelatórios.

Considerando que a Lei Federal nº 9.099/95, disciplina em que situações incidirão custas processuais nos Juizados Especiais, que há necessidade de se estabelecer, com urgência, o quantum devido nesse caso e que cabe ao Poder Legislativo Estadual disciplinar esses valores, conforme previsto na Constituição Federal, pretende-se, com este anteprojeto, a cobrança de custas nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, objetivando o desestímulo aos recursos protelatórios, incentivando o término da demanda em primeira instância.

As custas dos recursos nos Juizados Especiais são depositadas em conta especial e serão integral-

mente devolvidas ao recorrente, caso seja vencedor perante a Turma Recursal. Só aqueles recorrentes que perderam a demanda, em grau de recurso, responderão pelo pagamento das despesas que serão revertidas a favor do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

As demais hipóteses de custas referem-se a caso de má-fé processual, que necessitam ser coibidos.

Nos Juizados Criminais propõe-se a cobrança de custas apenas nos casos de sentença condenatória e descumprimento de acordo civil.

Por derradeiro, convém acrescentar que o regimento de Custas dos Atos Judiciais, em sua Tabela I e IX, na parte referente aos Atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, estabelece valores irrisórios de custas e para a interposição de recursos.

Exemplifica-se. Atualmente, na interposição de um recurso para o Tribunal de Justiça ou para o Tribunal de Alçada é recolhido, a título de custas, o valor simbólico de R\$3,75 (três reais e setenta e cinco centavos).

Este substitutivo propõe a revisão na base de cálculo estabelecida na referida Tabela I, cujos recursos serão destinados ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus (100%) - em virtude de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 2.040, que suspende o repasse dos recursos destinados à Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

O Ministério Público, pelo seu ilustre procurador geral da Justiça, propôs os valores consignados nas tabelas III e VII, cuja arrecadação será integralmente destinada ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP-PR, que também são submetidas à apreciação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O presente substitutivo geral, faz-se necessário, tendo em vista o tempo em que o projeto se encontra nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 132/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do Tribunal de Justiça, visa dispor sobre as tabelas I, II, III, VII, IX e X, do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e adota outras providências.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável com apresentação de Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o § 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, entendemos não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em tela, na forma da

Emenda Substitutiva Geral, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Não recebido.**

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões. **Não recebido.**

Informo aos senhores deputados que esses requerimentos estão solicitando o adiamento por 5 sessões, mas como o projeto encontra-se em Regime de Urgência e como foi adiado anteriormente por 5 sessões, não podemos recebê-los, de acordo com o nosso Regimento Interno.

Para encaminhar, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores parlamentares. Encaminhando esse requerimento gostaria que os nobres parlamentares procurassem entendê-lo porque eu percebo que esse projeto tem uma série de dúvidas que individualmente tenho conversado para expor, mas no conjunto vamos avaliar o que enfim diz esse projeto.

Ele dispõe sobre as tabelas I, II, III, VII, IX, X do regimento de custas de atos judiciais.

O artigo 1º do referido projeto diz o seguinte: as custas processuais dos Juizados Especiais Cíveis conforme estabelece o artigo 51, parágrafo único, e o artigo 55, 1, 2, 3, 4, à Lei Federal nº 9.099 de 1995, senhores deputados eu volto a dizer: as custas aqui estabelecidas são devidos única e exclusivamente nas seguintes condições:

1 - "No preparo do recurso que compreenderá todas as despesas, inclusive de 1º grau".

"Na extinção do processo motivado pelo não comparecimento do autor".

"Quando reconhecida a litigância de má-fé".

"Quando o embargo do devedor for julgado improcedente".

"Quando se trata de execução de sentença que tenha como objeto desprovido do devedor".

Isso vale dizer o seguinte: na 1ª Instância, nos Juizados de 1ª Instância, é absolutamente gratuita a Justiça. Essa é uma conquista da nossa sociedade, o estabelecimento de Juizados Especiais. No Recurso, quando uma das partes, eventualmente e muitas e muitas vezes para ganhar tempo com o não cumprimento do acordado na 1ª Instância recorre, ela passará a ter custas.

O deputado Spada me perguntava sobre a pessoa ter que pagar. Chamo a atenção para o artigo 2º que fala das custas processuais que é o descumprimento da com-

posição civil, que quando a pessoa faz um acordo e não cumpre, ou na decisão condenatória.

O artigo 3º diz:

"As custas processuais estabelecidas no artigo 1º, inciso 1º, serão depositadas em Caderneta de Poupança no Juízo".

§ 1º - Se provido o Recurso, após o trâmite e julgado da decisão, será devolvido ao requerente, a importância que ele depositou".

Quanto é essa importância? Vinte e cinco reais.

Se ele perder o recurso, recolhe ao Funrejus a importância que ele depositou. Por que isso está acontecendo? Porque muitas e muitas vezes na Justiça gratuita de 1º grau, existe uma sentença dada e apenas para ganhar tempo, sabendo que não tem razão. Existe um recurso para uma Instância superior.

Ora, a pessoa que estiver recorrendo de boa-fé, vai depositar vinte e cinco reais, que é o preço maior dessas custas que aqui estão, numa Caderneta de Poupança.

Se for provido o Recurso dela, ela recebe de volta aquilo que depositou. Se ela for condenada, esse recurso vai para o Funrejus, exatamente para compor o Fundo de Justiça que é para o equipamento dos Fóruns e melhoria dos trabalhos da Justiça.

As custas processuais previstas no II, III, IV e V do artigo 1º, como do artigo 2º I e II, serão recolhidos na ocasião do preparo para o Funrejus.

Quais são essas custas?

"Na extinção do projeto, motivado pelo não comparecimento do autor..." (quer dizer, alguém vai num Juízo Especial, depois não comparece, abandona a ação) - "... na extinção do processo quando motivado por má-fé", ela tem que recolher.

Os aumentos que aqui dizem e eu muitas vezes vi na imprensa - aumento de mais de 100%, de 200%, por que se coloca isso?

Senhores, essa lei é de 95. Os aumentos propostos vão de dois reais na Tabela I que é "Ato do Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada" e tem muita gente que confunde com custas de cartórios. Isso são custas de Escrivia e Secretaria do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada.

Aumenta, essas custas, na Tabela, de dois para cinco reais, nos Alvarás, nos Ofícios, Editais, Translados.

Quando se faz um Recurso, você acaba tendo que fotocopiar, fazer um processo, capear um processo, manter um processo para um juízo superior, cobram-se cinco reais. Assim por diante, nas ações que aqui estão.

Depois, temos:

Dos Tribunais de Justiça, Alçada e Secretarias.

Dos Atos da Procuradoria Geral da Justiça e Secretaria.

Quanto cobra para a preparação? Eu volto a insistir. Sempre no recurso que foi feito. Nunca na Instância inicial.

Depois, na seqüência, Tabela dos Atos dos Escrivães.

Quem tem, também, uma proposição, para falarmos de todos os assuntos que aqui temos, tem um aumento propondo, senhor presidente e senhores parlamentares.

Nas buscas, buscas a cada dez anos, quer dizer, quando alguém pede busca sobre um processo de 10 anos, tem que conferir 10 anos atrás, a atuação e o desarquivamento desse processo, está se propondo custa de 5 reais. Notem, por exemplo, que aqui em Curitiba o Arquivo Público está situado lá na BR-116. Quem paga, mesmo de ônibus um funcionário para ir, duas passagens de ida e de volta dando quatro reais e pouco, é exatamente um oficial, e acaba cobrando 5 para fornecer para uma pessoa uma certidão, um desarquivamento de um processo nesse período.

Na certidão extraída de autos, livros ou documentos e por edital oficiado, vai para 5 reais. Isso é um valor de 50% do valor cobrado pelo distribuidor, fica sendo cobrado pelo cível. E para a conferência e produção de cópia com o original conferência, conserto e traslado de forma pública, avisos e publicações, 1 real e cinquenta centavos. É a proposta que tem nesse projeto de lei.

Como ele está na Casa já circulando há muito tempo, já o tiramos uma vez da Ordem do Dia por solicitação dos parlamentares, para que pudéssemos novamente estudar, passamos por todas as comissões. Precisamos dar fim a isso, porque, afinal de contas, precisa-se dotar da capacidade de que as pessoas que trabalham no Judiciário possam ter arrecadação para, no mínimo, cobrir, as despesas nos recursos efetuados. Eu pediria aos senhores parlamentares, que, na dúvida, me ponham à disposição para qualquer questionamento ou então solicitaria que votássemos pelo projeto, porque ele é de justiça e está, exatamente, atualizando uma custa.

Quero repetir uma vez mais: única e exclusivamente essa tabela vale para recursos, após julgamento na 1ª instância. E neste recurso ainda que a parte perdedora fizer, ele deposita em caderneta de poupança. E se, eventualmente, ele ganhar o recurso, esse dinheiro - corrigido pela poupança - lhe será devolvido no final do feito.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Gostaria, deputado Caíto Quintana de pedir para que o senhor retirasse o projeto, neste momento, porque estou sentindo aqui no Plenário que há uma manifestação de muitos deputados, contrários ao projeto. Acho que está faltando uma discussão mais aprofundada sobre o assunto.

É a sugestão que dou para que Vossa Excelência retire o projeto, visto que a matéria em questão, em que pese os valores serem baixos como o senhor colocou, mas, trata-se deputado, da Justiça, que eu diria gratuita à população. portanto, é a Justiça que beneficia os mais pobres. E no momento em que a gente onera as custas em 150%, significa deputado, um aumento considerável nas custas.

Então sugiro a Vossa Excelência a retirada do projeto para que possamos discutir mais. Se não, tenho impressão que, no voto, vamos ter aí uma surpresa.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Veja, o projeto não é de autoria do deputado Caíto Quintana, é de autoria do Tribunal de Justiça, do Poder Judiciário.

Segundo, acho que poderíamos senhor presidente, votar esse projeto na constitucionalidade e amanhã, realizarmos a discussão no mérito dele ou não. Pôr na Ordem do Dia de amanhã, então, para que possamos discutir esse projeto com maior profundidade.

O SR. RICARDO CHAB

Também, muito bom.

O SR. CAÍTO QUINTANA

A sugestão do deputado Nereu Moura, considero razoável, porque eu gostaria deputado Chab, me permite, senhor presidente, de discutir com profundidade, mas tudo bem. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Então, por entendimento do Plenário, votamos só a constitucionalidade do projeto e não retorna hoje, a pauta das demais sessões de hoje.

O SR. CHICO NOROESTE

Senhor presidente, para encaminhar.

Só quero dizer o seguinte: o Projeto 132/00, de autoria do Poder Judiciário, eu fiz uma análise profunda dele, e constatamos que há reajustes de 600, 700, 1000 até 3000%. Então, concordo de votarmos nessa 1ª discussão, que apenas a constitucionalidade da matéria e na 2ª discussão, inclusive nós já protocolamos uma emenda de um projeto substitutivo, em que propõe apenas no período o reajuste do INPC e BGE.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos votar a constitucionalidade.

O SR. EDSON STRAPASSON

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu solicitaria aos senhores deputados, nós temos uma longa pauta, hoje, teremos no mínimo mais duas Sessões, e como estamos só votando a constitucionalidade gostaria que ficasse na discussão da constitucionalidade do projeto.

Pela ordem, deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Senhor presidente, esse projeto, só para fazer uma Questão de Ordem, tramitou, houve um projeto substitui-

tivo que foi apresentado e não há como os deputados, com essa pauta e hoje e amanhã, ficarem estudando um projeto que tem uma nova tabela. então, acredito que esse projeto não poderia voltar em pauta nem amanhã, porque não há condições mínimas de os deputados votarem isso aí.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de consultar à Mesa, se vamos votar o projeto originário do Tribunal ou o Substitutivo Geral proposto pelo deputado Algaci Tulio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O substitutivo será analisado na 2ª discussão. Nós estamos analisando o projeto pela sua constitucionalidade ou não.

O SR. HERMES FONSECA

Porque quero já, antecipadamente, dizer que o substitutivo é inconstitucional e nós, se formos votar a....

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, nobre deputado, nós não vamos votar o substitutivo, vamos votar o projeto, a constitucionalidade do projeto. Está em votação o projeto.

O SR. HERMES FONSECA

É inconstitucional, claro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No devido momento, Vossa Excelência poderá questionar.

Está em votação em 1ª Discussão, Projeto de Lei nº 132/2000.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Só para ficar bem claro, então, ao Plenário e a minha pessoa, esse projeto não volta na Sessão de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas brandão**)

Não.

O SR. RICARDO CHAB

Obrigado.

O SR. HERMES FONSECA

Quero registrar, nessa situação, o meu voto contrário e o voto da deputada Luciana Rafagnin e do deputado Irineu Colombo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/2000, de autoria do Tribunal de Justiça, que dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 7297 de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), cria 08 (oito) cargos de desembargador do Tribunal de Justiça, 20 (vinte) cargos de juiz do Tribunal de Alçada e 12 (doze) cargos de juiz de direito substituto em segundo grau. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 393/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os artigos 4º, 11, 19, 30 e 207, da Lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980, alterado pela Lei Complementar nº 74, de 23 de dezembro de 1994, pela Lei nº 9210, de 23 de janeiro de 1990, e pela Lei nº 12.356, de 08 de dezembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõem-se de quarenta e três (43) desembargadores.

Art. 11 - O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, em Órgão Especial, em Conselho da Magistratura, em Grupo de Câmaras Cíveis e em Grupo de Câmaras Criminais, em oito (08) Câmaras Cíveis Isoladas e duas (02) Câmaras Criminais Isoladas.

Parágrafo Único -

Art. 19 - Os Grupos de Câmaras Cíveis, em número de quatro (04), e o Grupo de Câmaras Criminais, têm a constituição, a competência e o funcionamento estabelecidos no Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Art. 30 - O Tribunal de Alçada, com sede na Capital do Estado e Jurisdição em todo o seu território, compõem-se de 70 (setenta) juízes, cujo número, mediante proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, poderá ser alterado.

Art. 207 - ...

I - quarenta e três (43) Desembargadores;

II - setenta (70) Juízes do Tribunal de Alçada;

III - duzentos e vinte e três (223) Juízes De Direito De Entrância Final, sendo:

a) trinta e dois (32) Juízes De Direito Substitutos Em Segundo Grau;

b) cento e quarenta (140) Juízes De Direito Titulares De Varas;

c) cinqüenta e um (51) Juízes de Direito Substitutos;

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - ...”

Art. 2º - Ficam criados oito (08) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça, vinte (20) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada e doze (12) cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe a criação de oito (08) cargos de Desembargadores, vinte (20) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada e doze (12) cargos de Juiz de Direito Substituto em 2º Grau.

O quadro de atividades procedimentais hoje apresentado na demanda processual, requer solução imediata, visto que a progressão na dimensão jurisdicional revela-se altamente, sendo oportuna e adequada a proposta da criação dos referidos cargos, devido principalmente a avalanche de processos que lhe são encaminhados.

RELATÓRIO DE PROCESSOS AUTUADOS

Exercício Financeiro	Tribunal de Justiça	Tribunal de Alçada
1995	10.520	15.116
1996	12.621	18.071
1997	13.024	20.696
1998	14.468	19.379
1999	17.022	25.716
2000(Previsão)	22.700	26.300

A pretensão ora justificada, tem por escopo maior preservação da prestação jurisdicional, evitando retardar a solução dos litígios e conseqüentemente, desagradando as partes e seus advogados e o que é lamentável, diminuindo a credibilidade da Justiça.

Por todas estas razões, a proposta do anteprojeto para a criação dos almejados cargos, assume prioridade especial para implementação do quadro da magistratura, principalmente diante da necessidade exposta.

DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Estabelece a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que os gastos decorrentes de criação de cargos públicos, são despesas obrigatórias de caráter continuado e se submete a três quesitos: a) tem natureza corrente; b) decorre de ato normativo ou de lei específica, que não a de orçamento; c) prolonga-se por um período superior a dois exercícios (art. 17, *caput*).

Para atender a despesa obrigatória de caráter continuado, os parágrafos do art. 17 da referida lei exigem a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da proposta a qual está demonstrada no Anexo I, bem como a compensação para cobertura das despesas, que ocorrerá pelo aumento permanente da receita com a ampliação da base de cálculo, conforme demonstramos a seguir.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

2000

PODER JUDICIÁRIO - LEI Nº 12825/99 - LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO FINANCEIRO 2000

Receita Total	9.277.873.880
(-) Operações de Crédito	424.595.310
(-) Transferências da União	932.881.500
Cota-Parte do FPE	382.490.000
Transf. União Relativa ao Imposto sobre a Renda	213.000.000

Transf. União Relativa do IPI	142.080.000
Cota Parte do Salário Educação	68.000.000
Convênios com Órgãos Federais	127.311.500
(-) Outras Receitas Vinculadas (Fontes: 05, 12, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 38, 39, 41, 45, 47)	4.819.290.850
(=) Total da Receita Líquida	3.101.106.220 (1)
X 8,5%	263.594.029
Valor Consignado no Orçamento	263.794.030 (2)

2001

PODER JUDICIÁRIO - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2001

Receita Total	10.670.716.000
(-) Transferências Constitucionais aos Municípios	1.335.788.500
(-) Operações de Crédito	300.000.000
(-) Transferências da União	930.634.750
Cota-Parte do FPE	428.433.000
Transf. União Relativa ao Imposto sobre a Renda	216.810.000
Transf. União Relativa do IPI	134.949.750
Cota Parte do Salário Educação	96.442.000
Convênios com Órgãos Federais	54.000.000
(-) Outras Receitas Vinculadas (Fontes: 05, 12, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 38, 39, 41, Fundef, 47)	4.373.937.760
(=) Total da Receita Líquida	3.730.354.990 (1)
X 8,5%	317.080.174
Valor Consignado no Orçamento	317.080.170 (2)

(1) Total Receita Líquida/2000 R\$ 3.101.105.220,00

Total Receita Líquida/2001 R\$ 3.730.354.990,00

Diferença R\$ 629.248.770,00

Representando um acréscimo de 20,29%

(2) Orçamento/2000 263.794.030,00

Orçamento/2001 317.080.170,00

Diferença 53.286.140,00

Representando um acréscimo de 20,20%

O acréscimo da Receita Líquida, que altera a base de cálculo, para consignar o Orçamento do Poder Judiciário, compensará o impacto orçamentário-financeiro da proposta.

A criação de cargos que ora se propõe está prevista na Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2000, na proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2001, assim como no Plano Plurianual 2000/2003.

O limite para despesa de pessoal estabelecido no artigo 20, inciso II, letra "b" da referida lei complementar, definido em 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício financeiro 2000/2001 (Anexos II e III) demonstra que o cálculo do referido percentual excede até dotação orçamentária do Poder Judiciário

ANEXO I

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ Assessoria de Planejamento da Presidência Custo do Foro Judicial Entrância final									
COMARCA	VARA	CARGO	QUANT.	DIF.P.CARGO	CUSTO MENSAL	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Curitiba	Criar 8 Desembargadores	Desembargador	8	679,25	5.434,00	66,66	3.622,30	13	74.264,30
	Criar 6 Câmaras de 2º Grau	Juizes Tribunal de Alçada	20	679,25	13.585,00	66,66	9.055,76	13	185.660,76
	Criar 12 Juizes de 2º Grau	Juiz Substituto	12	1.128,61	13.543,32	66,66	9.027,98	13	185.091,14
Total Geral			40	2.487,11	32.562,32	0,00	12.676,06	13	445.016,20

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ Assessoria de Planejamento da Presidência Custo do Foro Judicial Entrância final									
				EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2000					Exercício Financeiro de 2001
COMARCA	criação	CARGO	QUANT.	CUSTO MENSAL	MÊS OUTUBRO	MÊS NOVEMBRO	MÊS DEZEMBRO	DÉCIMO TERCEIRO	CUSTO ANUAL
Curitiba	Criar 8 Desembargadores	Desembargador	8	5.434,00	5.434,00	5.434,00	5.434,00	5.434,00	74.264,30
	Criar 6 Câmaras de 2º Grau	Juizes Tribunal de Alçada	20	13.585,00	13.585,00	13.585,00	13.585,00	13.585,00	185.660,76
	Criar 12 Juizes de 2º Grau	Juiz Substituto	12	13.543,32	13.543,32	13.543,32	13.543,32	13.543,32	185.091,14
Total Geral			40	32.562,32	32.562,32	32.562,32	32.562,32	32.562,32	445.016,20
				APROVAÇÃO EM OUTUBRO/2000				130.249,28	
				APROVAÇÃO EM NOVEMBRO/2000				97.686,96	
				APROVAÇÃO EM DEZEMBRO/2000				65.124,32	

Quadro VI

ANEXO II

Controladoria-Geral do Paraná

Secretaria de Estado da Fazenda

Coordenação de Administração Financeira do Estado

Fórmula Corrente Líquida Global - 2000 - Artigo 53, inciso I da Lei Complementar 101, de 04/05/2000

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO												TOTAL
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	534.111.748	500.895.487	501.832.748	832.668.971	810.974.448	840.768.329	489.887.735	480.087.052	510.062.887	464.649.695	485.576.133	518.881.273	6.944.365.808
RECEITA TRIBUTÁRIA	307.614.349	277.063.633	251.533.188	257.715.008	264.170.750	255.721.307	257.252.102	257.833.817	254.012.164	203.819.331	202.019.040	259.834.946	3.180.602.794
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	16.371.626	14.272.834	10.153.619	10.800.182	10.012.674	8.621.807	8.821.417	6.114.157	7.513.753	7.159.973	0.825.698	13.325.958	111.817.406
RECEITA DE PATROCÍNIO	0.000.000	0.000.000	0.000.000	0.000.000	0.000.000	0.000.000	0.000.000	0.000.000	0.000.000	0.000.000	0.000.000	0.000.000	0.000.000
RECEITA APROPRIADA	264.124	286.835	491.826	344.820	321.109	291.536	268.184	410.318	59.318	238.318	26.8318	299.318	3.003.238
RECEITA INDUSTRIAL	381.500	801.042	619.915	558.682	1.187.705	888.001	737.620	767.530	754.530	768.530	768.530	735.530	8.833.115
RECEITA DE SERVIÇOS	13.597.735	21.157.853	18.848.115	28.769.151	27.973.874	28.637.267	27.824.043	27.516.710	20.812.860	28.605.040	28.326.077	23.432.307	290.044.209
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	124.051.603	123.201.760	140.177.477	123.445.647	138.270.872	117.380.305	129.868.146	120.161.111	126.412.941	121.106.341	127.168.827	143.703.804	1.530.810.447
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.367.732	65.334.263	74.094.750	71.717.325	67.687.753	68.787.864	58.830.614	65.954.347	65.483.978	64.744.512	64.075.863	66.857.743	802.511.563
(1) Despesas	83.817.841	88.784.321	88.618.318	95.848.889	71.133.888	88.788.795	88.861.350	58.828.168	62.137.100	60.117.275	60.129.850	67.324.100	730.857.541
Contribuição ao FUNDEF	48.703.264	48.014.403	43.780.822	42.734.030	50.530.830	47.433.775	47.481.370	48.408.000	49.817.100	49.787.975	48.820.850	50.854.100	508.308.311
Contribuição Financeira	0.704.616	10.895.387	9.742.422	10.284.617	7.956.820	8.160.872	6.500.000	6.510.000	6.400.000	8.500.000	6.500.000	13.000.000	102.334.728
Contribuição Previdenciária	3.229.533	2.878.448	2.082.072	2.807.843	3.646.136	4.266.397	3.828.008	3.840.008	3.1.000	3.838.000	3.800.000	3.870.000	41.954.873
Duplicatas	1.148.376	463.752	145.764	377.841	643.000	281.801	420.000	410.000	400.000	420.000	420.000	420.000	5.810.804
Transferências Interadministrativas/Condições	2.043.148	2.300.000	1.938.318	2.549.101	2.843.100	3.025.410	3.400.000	3.400.000	3.440.000	3.460.000	3.300.000	3.400.000	39.346.019
Previdência de Serviços Interadministrativos	471.904.214	430.104.978	448.211.431	478.008.882	447.661.418	440.968.535	427.288.375	431.278.932	440.805.787	434.331.720	433.448.211	451.159.115	5.353.777.488
Receita Corrente Líquida Global													

6% = R\$ 321.224.248,08

Antônio Carlos
Antônio Carlos Martins de Oliveira
Coordenador de Administração Financeira do Estado

Rosa Maria Escalante
ROSEMARY ESCALANTE
CHEFE DA DICON
CPF - 22810-PR

ANEXO III

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Receita Corrente Líquida Global - 2001

	ESPECIFICAÇÃO	
Receitas Correntes		7.858.957.910
Receitas de Recolhimento Centralizado		6.866.691.500
Receita de Recolhimento Descentralizado		1.009.895.410
(-) Deduções		773.133.899
Coordenação do Fundef		668.217.650
Compensação Financeira		
Contribuição Previdenciária		105.336.000
Duplicidades		31.632.140
Transferências intragovernamentais/Convênios		
Prestação de serviços intragovernamentais		31.682.310
Receita Corrente Líquida Global		7.121.462.220

6% = R\$427.407.133,20

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 393/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, visa dar nova redação aos artigos 4º, 11, 19, 30 e 207, da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), assim como cria 08 (oito) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça, 20 (vinte) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada e 12 (doze) cargos de Juiz de Direito Substituto em 2º Grau.

Ao analisarmos a presente matéria, constatamos que o mesmo se encontra substanciado plenamente pelas Leis nºs 9.210, de 23 de janeiro de 1990 (que dá nova redação aos artigos 30 e inciso II do artigo 207, da Lei nº 7297/80) e 12.356, de 08 de dezembro de 1998 (que alterou a Lei nº 9.210/90).

Outrossim, o projeto encontra-se em obediência com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com o devido impacto orçamentário-financeiro, bem como, com a compensação para cobertura das despesas, que ocorrerá pelo aumento permanente da receita com a ampliação da base de cálculo.

Assim sendo, pelo objetivo maior que é a preservação da prestação jurisdicional, assumindo prioridade de

escala especial para implementação do Quadro da Magistratura, nada encontramos que obste legal e constitucionalmente o projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente e Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, declara de Utilidade Pública o Projeto Renascer, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 027, de 28.03.2001)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 084/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Projeto Renascer, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente e Recreativa Olympique, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2001, de 05.04.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 110/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente e Recreativa Olympique, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 14/2001, que autoriza o Poder Executivo a anuir na escritura de permuta de imóvel da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, pelo imóvel de propriedade do município de Arapongas, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2001, de 07.05.2001-Mens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 160/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo o mesmo a anuir na estrutura de permuta de imóvel da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, pelo imóvel de propriedade do município de Arapongas.

Constatamos que o projeto de lei, objetiva melhorar a estrutura da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, que contará com uma área mais ampla e adequada ao atendimento, bem como encontra-se em conformidade com o Art. 53, inciso XIV da Constituição Estadual, onde determina a competência deste Poder

Legislativo, dispor sobre matérias de competência do Estado com relação a alienação de bens imóveis do Estado.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 160/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o mesmo a anuir na escritura de permuta de imóvel da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, pelo imóvel de propriedade do município de Arapongas.

Estando em conformidade com o artigo 53, inciso XIV da constituição Estadual no ponto de vista legal, sendo esta comissão chamada a opinar manifesta-se favoravelmente, pois entende ser a propositura meritória, pois com a melhora na estrutura da Associação Comercial, ampliando suas dependências, beneficiará em muito a população local, desta forma não encontrando nenhum motivo de desmerecimento a aprovação deste.

Sala das Comissões, em 06.06.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Karatê do Tradicional, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/2001, de 07.05.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 163/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Federação Paranaense de Karatê do Tradicional, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1 DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tuneiras do Oeste, com sede no município de Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2001, de 09.05.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 172/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tuneiras do Oeste, com sede no município de Cruzeiro do Oeste e foro no município de Tuneiras do Oeste.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Ribeirão-Clarense de Canoagem, com sede e foro no município de Ribeirão Claro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2001, de 15.05.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 181/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Ribeirão-Clarense de Canoagem, com sede e foro no município de Ribeirão Claro.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito

Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, com sede e foro no município de Ribeirão Claro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2001, de 15.05.2001).**

DIRETORIA DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO LEGISLATIVO CATL

ANÁLISE JURÍDICO LEGISLATIVA DA "CATL" DO PROJETO DE LEI Nº 183/2001

Solicitada a manifestar-se esta Coordenadoria de Assessoramento Jurídico Legislativo, com o objetivo de colaborar, fundamentar e embasar os digníssimos senhores deputados, futuros relatores da matéria em epígrafe, consubstanciando seus pareceres conclusivos quando do exame pelas duntas Comissões Temáticas Permanentes.

O Projeto de Lei nº 183/2001, objeto desta análise jurídico-legislativa, é de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, com sede e foro no município de Ribeirão Claro.

O objetivo é composto pelo incentivo ao desenvolvimento comunitário, enfocando os aspectos: educativo, social e cultural entre seus associados no município e também na região, conforme consta na declaração das atividades promovidas em eventos durante o ano 2000.

Foi apresentado o Relatório de Atividades, Estatuto Social e constatada que a mesma possui personalidade jurídica há mais de um ano, bem como a previsão da não-remuneração da diretoria, enfim todo o processo de funcionamento da Associação, para a devida apreciação e aprovação da Casa.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Analizada a matéria no âmbito da Lei nº 6994, de 10/01/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, concluímos pela constitucionalidade e legalidade do projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Hermas Brandão.

Em sendo assim, este Consultor Jurídico manifesta-se pela constitucionalidade e oportunidade da matéria, informando ao futuro relator da proposição, que nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação, nesta Casa de Leis.

Curitiba, 29 de maio de 2001.

(aa) Doutor LUCIANO LACERDA NETO

Consultor Jurídico/CATL

JEFERSON ABADE

Coord. de Asses. Técnico Jurídico Legislativo

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 183/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, com sede e foro no município de Ribeirão Claro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Mão Amiga - AEMA, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 059/2001, de 15/05/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 192/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Evangélica Mão Amiga - AEMA, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Londrina - ADEFIL, com sede e foro no município de Londrina-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 061/2001, de 16/05/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 193/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Londrina - ADEFIL, com sede e foro no município de Londrina-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que cria o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - Funarpen, institui o Selo de Autenticidade de Atos, regulamenta o especificado no artigo 8º da Lei Federal nº 10.169/2000 e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 061/2001, de 16/05/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 194/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por objetivo criar o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - Funarpen, institui o Selo de Autenticidade de Atos, regulamenta o especificado no artigo 8º da Lei Federal nº 10.169/2000 e dá outras providências.

O selo essencial não só dá segurança no Ato Jurídico, bem como a sua aplicação não trará ônus nem ao Poder Público e nem às partes, serão comprados pelos notários e registradores que formarão o Fundo e repassarão aos Ofícios de Registro Civil.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, apresentamos parecer favorável na forma das emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 13.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 194/2001

Emenda Modificativa: altera § 2º e 3º, do artigo 3º, do Projeto de Lei nº 194/2001, ficando com a seguinte redação:

Art. 3º -

§ 2º - Cumpre o IRPEN - Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do Paraná, com as informações prestadas pelos registradores civis, encaminhar a ANOREG - Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná, até o sexto dia de cada mês, relatório

completo dos atos gratuitos praticados pelos oficiais de registro civil no mês anterior, que serão compensados até o dia 12 de cada mês.

§ 3º - Dos recursos recebidos pelo Funarpen, serão destinados 2% (dois por cento) para o INOREG - Instituto dos Escrivães Notários e Registradores do Estado do Paraná, 1,5% (um e meio por cento) para a ANOREG - Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná, e 1,5% (um e meio por cento) para o IRPEN - Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do Paraná.

Sala das Comissões, em 13.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de esclarecer as siglas contidas no citado projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 194/2001

Emenda Modificativa: altera a redação do artigo 10, do Projeto de Lei nº 194/2001, ficando com a seguinte redação:

Art. 10 - Os registradores, notários e distribuidores deverão adquirir antecipadamente os Selos de fiscalização que utilizarão, mediante recolhimento dos respectivos preços ao Funarpen, conforme orientação baixada pelo Conselho Diretor.

Sala das Comissões, em 13.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de assegurar que não haja aumento de custas, onerando-se ainda mais o cidadão.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 194/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Caíto Quintana, o presente projeto visa criar o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - Funarpen, institui o Selo de Autenticidade de Ato e regulamenta o especificado no artigo 8º da Lei Federal nº 10.169/2000.

O presente projeto foi analisado sob o aspecto da sua constitucionalidade pela Comissão de Constituição e Justiça. A mesma se posicionou pela constitucionalidade das matérias, apenas apresentando duas Emendas a ele. Uma sendo Modificativa, com o fim de esclarecer as siglas dos §§ 2º e 3º, do artigo 3º, e outra, igualmente Modificativa, com o propósito de assegurar que não haja aumento de custas, onerando-se, ainda mais, o cidadão.

Esta Comissão, no que lhe compete manifestar-se, conforme preceitua o § 3º do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa, nada encontrou que obste a normal

tramitação do citado projeto, no tocante à sua competência material.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável à aprovação do projeto em epígrafe, na forma das Emendas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/2001, de autoria do deputado Cleiton Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva dos Criadores de Curió do Paraná, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 064/2001, de 21/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 197/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Quielse Crisóstomo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Associação Esportiva dos Criadores de Curió do Paraná", com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2001, de autoria do Ministério Público - Procuradoria Geral de Justiça, que cria 28 (vinte e oito) cargos de promotor substituto em segundo grau no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 260/2001 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 1º - Ficam criados 40 (quarenta) cargos no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná sendo 28 (vinte e oito) de Procurador de Justiça e 12 (doze) de Promotor Substituto em 2º Grau, para o exercício das atribuições de segundo grau e de coordenação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária da

atividade "Administração dos Serviços do Ministério Público".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.2001.

(a) MINISTÉRIO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe a criação de 28 (vinte e oito) cargos de Procurador de Justiça e

12 (doze) cargos de Promotor de Justiça substituto em 2º Grau, no âmbito do Ministério Público do Paraná.

A criação que ora se objetiva será incluída na proposta orçamentária para o exercício de 2002, assim como no Plano Plurianual 2000/2003.

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2002, e relativa ao provimento dos cargos aqui referidos, é a que se encontra demonstrada no seguinte quadro:

COMARCA	CRIAÇÃO	QUANT	DIFPOR. CARGO	CUSTO MENSAL	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Curitiba	28 Procuradores de Justiça	28	1.045,00	29.260,00	13	13	399.884,72
Curitiba	12 Segundo Grau	12	1.045,00	12.540,00	13	13	171.379,16
TOTAL GERAL		40	1.045,00	41.800,00	13	13	571.263,88

Os efeitos financeiros serão compensados pelo aumento permanente da receita considerada para cálculo dos percentuais da LDO para o Ministério Público, cuja

evolução, na ordem de 17,98% de 2001 a 2002 é evidenciada nos quadros a seguir expostos:

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

MINISTÉRIO PÚBLICO - Lei nº 13030/2000 - LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO FINANCEIRO 2001

RECEITA TOTAL	11.171.932.170
(-) Transferências Constitutionais aos Municípios	1.335.788.500
(-) Operações de Crédito	241.034.050
(-) Transferências da União	989.260.870
Cota-Parte do FPE	428.433.000
Transf. União Relativa ao Imposto sobre a Renda	216.810.000
Transf. União Relativa ao IPI	134.949.750
Cota Parte do Salário Educação	96.442.000
Convênios com Órgãos Federais	112.626.120
(-) Outras Receitas Vinculadas (Fontes: 05, 12, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 38, 39, 41, Fundef 47)	4.875.493.760
(=) Total da Receita Líquida	3.730.354.990
X 3,3%	123.101.715
VALOR CONSIGNADO NO ORÇAMENTO	3.730.354.990

MINISTÉRIO PÚBLICO - Cálculo estimativo da Receita Líquida - exercício de 2002 SEFA/COP

RECEITA TOTAL	8.142.792.000
(-) Transferências Constitucionais aos Municípios	1.529.975.000
(-) Operações de Crédito	272.934.000
(-) Transferências da União	1.034.404.000
Cota-Parte do FPE	474.350.000
Transf. União Relativa ao Imposto sobre a Renda	248.918.000
Transf. União Relativa ao IPI	146.977.000
Cota-Parte do Salário Educação	111.991.000
Convênios com Órgãos Federais	52.168.000
(-) Outras Receitas Vinculadas (Fontes: 05, 12, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 38, 39, 41, Fundef, 47)	904.384.000
(=) Total da Receita Líquida	4.401.095.000
X 3,3%	145.236.000
(1) Total Receita Líquida/2001	3.730.354.990
Total Receita Líquida/2002	4.401.095.000
Diferença	670.740.010
(2) Orçamento/2001	123.101.715
Orçamento/2002	145.236.000
Diferença	22.134.285

Representando um acréscimo de 17,98%

Na hipótese de provimento dos cargos no exercício de 2001, em havendo possibilidade le-

gal, a situação é a que consta do seguinte quadro:

COMARCA	CRIAÇÃO	QUANT	CUSTO MENSAL	MES/OUT	MES/NOV	MES/DEZ	13º SAL.
Curitiba	28 Procuradores de Justiça	28	29.260,00	29.260,00	29.260,00	39.012,36	29.260,00
Curitiba	12 Segundo Grau	12	12.540,00	12.540,00	12.540,00	16.719,58	12.540,00
TOTAL GERAL		40	41.800,00	41.800,00	41.800,00	55.731,94	41.800,00
Aprovação em outubro/2001							181.131,94
Aprovação em novembro/2001							139.331,94
Aprovação em dezembro/2001							97.531,94

O limite para despesa de pessoal estabelecido no artigo 20, inciso II, letra d, da referida Lei Complementar, definido em 2% (dois por cento) para o Ministério Público, não será desrespeitado, pois haverá, em 2002,

ampliação da base de cálculo sobre a qual incide naquele percentual, visto que a previsão de aumento da Receita Corrente Líquida atinge 11,92%, compensando assim o incremento da despesa.

A aqui pretendida criação de cargos é plenamente justificada pelo reconhecido aumento de atribuições do Ministério Público a partir de 1980 e, mais intensamente, após a Constituição de 1988. Sua atuação em áreas como o patrimônio público, meio ambiente, infância e juventude, saúde pública, educação, consumidor, direitos humanos, questões fundiárias, pessoas portadoras de deficiência, entre outras, bem refletem o ser absolutamente necessário dotar a Instituição de meios humanos e materiais para fazer frente às demandas sociais. Para ilustrar o quanto aqui exposto, junta-se exemplar do Plano de metas para o biênio 2001/2002.

Além disso, tramita por essa augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 393/2000 de iniciativa do Poder Judiciário, por intermédio do qual se pretende, também, a criação de 40 (quarenta) cargos em segunda instância. Com a aprovação da presente proposta, assim, estar-se-á mantendo a devida equivalência com aquele Poder.

Lembre-se, por fim, que a reivindicação ora apresentada não é nova; quando da remessa em 1995, do Anteprojeto da vigente lei Orgânica Estadual do Ministério Público, a Lei Complementar nº 85, de 27.12.1999, objetivou-se a criação de 100 cargos de promotores e procuradores de Justiça, pleito que, culminou por não ser atendido. Revela-se agora, portanto, ser mais pertinente ainda o momento para que o Legislativo Estadual, sempre sensível às causas que interessam de perto a comunidade paranaense, contemple a Instituição com o Instrumental necessário para melhor atendê-la, pois é em prol do povo que se busca o seu aperfeiçoamento.

Curitiba, 22 de junho de 2001

(a) MARCO ANTONIO TEIXEIRA
Procurador Geral de Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 260/2001

P A R E C E R :

A proposição em exame é de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, através de manifestação do Procurador Geral de Justiça.

Do Objeto da Proposta

A intenção do autor é a criação no âmbito do Ministério Público, de 28 (vinte e oito) cargos de Procurador de Justiça e 12 (doze) cargos de Promotor Substituto em Segundo Grau.

Do fundamento da proposta

Em tramitação processual legislativa encontra-se o Projeto de Lei nº 393/2000, oriundo do Poder Judiciário que está criando no âmbito do Judiciário 40 cargos de Juízes de Segunda Instância.

Para que haja equanimidade, mister é que também se elevem o número de cargos de Procuradores e Promotores de Justiça, para dar equilíbrio entre os entes do Judiciário e Ministério Público, com vistas à promoção das tutelas jurisdicionais, havendo necessidade de equi-

valência de membros para atendimento da crescente demanda de serviços.

Importante também é salientar que a despesa decorrente da criação de tais cargos, correrá a conta do orçamento próprio do Ministério Público, que segundo consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, prevê crescimento na destinação de recursos para o órgão, necessitando então, urgente aprovação da presente Proposição, a fim de que seja prevista dotação orçamentária para exequibilidade na criação dos cargos pretendidos, já no exercício financeiro do próximo ano.

Do exame

A competência para iniciar o processo legislativo em matérias concernentes à criação de cargos na esfera do Ministério Público, é do próprio órgão, conforme preceitua a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 114, *in verbis*:

Art. 114 - O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º - Ao Ministério Público são asseguradas autonomia funcional, administrativa e financeira, podendo, observadas as normas orçamentárias anuais, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e títulos, bem como propor a fixação dos respectivos vencimentos. (grifo nosso).

A justificativa da proposta possui relevantes fundamentos jurídicos necessários, colocando de forma clara os objetivos e principalmente a urgência da norma, em virtude da constituição do Orçamento do ano de 2002, mas também em atenção aos preceitos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que obriga dotação orçamentária antecipada para criação de cargos.

Nestas condições, a presidência desta Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 41, do Regimento Interno desta Casa de Leis, dá seu parecer favorável à proposta do Ministério Público, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 260/2001, por se tratar de matéria de relevante mérito, e por não haver nada que possa impedir a normal tramitação processual da proposição, até a final manifestação deliberativa do Plenário, desta Assembléia Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente e Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que introduz alterações na legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Servi-

ços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. (Publ. no D.A. nº 090/2001, de 25/06/2001).

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

O 25º item, de autoria do deputado Durval Amaral, só consulto à Mesa se tem requerimento retirando o projeto. Não? Vossa Excelência não iria retirá-lo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em Regime de Urgência.

Em discussão, encerrada a discussão. Em votação.

Aprovado.

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/2001, que autoriza o Poder Executivo a assumir e reconhecer os débitos da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, incluindo-os no parcelamento da Administração Direta junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social. SEM PARECERES. (Publ. no D.A. nº 091/2001, de 26/06/2001- Mens).

Como está sem parecer, e de acordo com o requerimento já aprovado anteriormente, nós designamos o deputado José Maria Ferreira para relatar.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, sei que é uma matéria bastante complexa, trata da questão da dívida do INSS do Porto de Paranaguá, e que o Estado passa a assumir essa dívida.

Senhor presidente, tanto o 26º, como o 27º itens, são matérias que não podemos mais aceitar esse tipo de coisa, que projetos venham aqui 24 horas antes de encerrar o período legislativo! E nós tenhamos que votar no apagar das luzes, correndo, sem uma discussão mais apropriada! Fica muito difícil, senhor presidente!

Há anos que lutamos nesta Casa! Chega no final do ano, fazemos o mesmo questionamento, e parece que não aprendemos isso! Tinha certeza que com Vossa Excelência, e espero que Vossa Excelência mude isso para o final do ano, que não se aceite mais que o governo mande mensagem para cá 24 horas antes de encerrar o período legislativo, porque não há tempo hábil para se discutir. Depois, cada um que vota, acaba assumindo uma responsabilidade, que é até uma irresponsabilidade, - de ter votado sem saber o que se estava votando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou respondendo a Vossa Excelência, sua questão de ordem.

Hoje pela manhã houve uma reunião na Presidência desta Casa, com os líderes dos partidos políticos, quando foi decidida a pauta, e eles concordaram com a inclusão desse projeto na pauta da Ordem do Dia de hoje.

O SR. ALGACI TULIO

Entendo. Agora, quero dizer a Vossa Excelência, que ninguém mais do que eu está isento, então, para discutir, porque fui "apeado" da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. Portanto, considero-me mais do que nunca, um independente mesmo nesta Casa. Como Vossa Excelência não reconhece a liderança de um Bloco Independente, gostaríamos que reconhecesse esse Bloco e que ele pudesse ter assento também para discutir.

Não posso aceitar o que discutiu e o que aceitou a Liderança do PTB a qual eu não reconheço, porque não fui reconhecido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a Vossa Excelência que a Liderança do PTB não estava representada, hoje, na reunião.

O SR. ALGACI TULIO

Pior ainda, senhor presidente!

Portanto, é hora da Liderança do PTB reunir a sua bancada e tomar uma posição, se aceita ou não desta maneira.

Entendo, senhor presidente, mas quero pedir com muito carinho a Vossa Excelência, para que esta Casa, que mudou bastante, que modernizou-se, que não continua sendo refém do Poder Executivo e tenho que votar, vinte e quatro horas antes do seu recesso parlamentar, Emendas que sequer alguém aqui é capaz, nem, - com todo o respeito - o deputado José Maria Ferreira, que recebeu agora para relatar; ele vai relatar pela forma e cumprir o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele vai relatar, respondendo a Vossa Excelência, se é constitucional ou não.

Por sinal, o deputado José Maria Ferreira declinou de relatá-lo.

Designo o deputado Marcos Isfer, para relatar.

Pela ordem, com a palavra, deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, eu gostaria, inclusive, de fazer um esclarecimento ao deputado Algaci Tulio e a todos os deputados desta Casa.

Nós, recentemente, juntamente com o presidente da Comissão de Obras, deputado Strapasson e outros companheiros, estivemos fazendo uma visita ao Porto de Paranaguá, à Superintendência do Porto de Paranaguá.

A razão da vinda desse projeto para cá, desta forma, deputado Algaci Tulio, eu considero como Vossa Excelência, tão atabalhoada, é a possibilidade que foi dada ao Estado do Paraná de se incluir, ainda agora, no Orçamento da União, uma grande dotação para o Porto de Paranaguá, para que possa ser realizado um trabalho emergencial que o Porto precisa; Vossa Excelência conhece bem. Para tanto, haveria a necessidade de haver a certidão por parte da APA para que ela pudesse receber

esses recursos. Ela não poderia ter a certidão, porque não teria condições de fazer esse parcelamento, esse Refis, como outras instituições. Por isso, ela é repassada ao Estado e imediatamente entra no contrabalanço dos créditos e recebe do Estado do Paraná, com relação ao recolhimento de ICMS feitos dos seus servidores.

O SR. ALGACI TULIO

Deputado Marcos Isfer, eu não estou discutindo o mérito. Pelo contrário, eu quero que acerte a situação do Porto de Paranaguá, porque esta Casa fez uma CPI, que eu presidi, que mostrou as mazelas do Porto de Paranaguá.

Não entro no mérito; entro na questão funcional da entrada desse projeto de última hora, senhor presidente.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, tínhamos produzido dois requerimentos, para pedirmos a retirada do item 25, do Projeto de Lei nº 261/2001, do deputado Durval Amaral, e também o Projeto nº 268, que é esse que estamos encaminhando.

O que é que ficou combinado, inclusive com a liderança do Governo, e ouvindo vários deputados? Que votássemos hoje o aspecto da legalidade, da constitucionalidade e que, em seguida, vindo até esta Casa as informações que esclarecessem essa situação, aí passaríamos a votar o mérito também.

Porque, do jeito que está aqui, senhor presidente, só se fôssemos gênios, porque é simples,- como relatou o deputado Marcos Isfer -, dizer: "olha, o Porto deve tanto. Tem uma medida provisória que vai vigorar até tal dia. Então, é preciso que se faça, no afogadilho, a aprovação dessa matéria".

Mais uma vez, queremos dizer que esse é um procedimento que sempre vai causar muita celeuma aqui no plenário. Como é que podemos votar neste momento, aquilo que nós nem temos a mais leve desconfiança do que está acontecendo? É simples eu falar não, senhor líder do Governo, a dívida da APA não é de 75 nem de 70 milhões, mas é de 580 milhões. Precisamos ter coisas concretas, sabe, palpáveis, para que possamos votar com toda a consciência em relação a esses assuntos.

Por isso, eu acredito que possamos votar, sim, a constitucionalidade desse projeto, no dia de hoje. Mas, na Sessão seguinte, se esses informes, fundamentais não vierem aqui, certamente iremos votar contra porque o que se coloca é o seguinte: "Olha, vocês irão votar contra uma possibilidade de se regularizar a situação do Porto de Paranaguá".

Não é nada disso. Queremos que as coisas sejam muito claras. Sem as informações necessárias fica difícil o caminhar nosso, das Oposições, aqui dentro da Assembléia Legislativa.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados, tenho que dar uma satisfação à bancada do PSDB que me cobra o

resultado da reunião que nós fizemos pela manhã com Vossa Excelência e os líderes dos demais partidos, e a bem da verdade, o que foi acertado nessa reunião é que esse projeto não entraria na pauta de hoje, estaríamos aguardando informações oficiais, inclusive o deputado Plauto Miró ficou responsável de buscar essas informações para subsidiar os parlamentares para votarem com consciência em relação a esse projeto do Porto de Paranaguá.

Acredito que a proposta do deputado Waldir Pugliesi, muito embora oportuna, pela circunstância e pelo momento, é impossível de ser praticada: votamos hoje a constitucionalidade e amanhã o mérito do projeto, até porque teremos uma votação em seguida e o votaremos em segunda votação, deputado Waldyr. Seria impraticável. Então, o bom-senso - já que esse projeto não foi incluído na Ordem do Dia, na reunião de liderança que foi feita pela manhã -, indica que retiremos o projeto de votação e votemos em momento oportuno.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de fazer uma solicitação a Vossa Excelência com relação ao projeto que está na pauta, o número 27, que na minha avaliação precisaria de um regulamento próprio...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós estamos votando o nº 26.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Pois é, mas é que Vossa Excelência, logo após a votação deve designar alguém para relatar o item 27, então eu estou me antecedendo, pedindo que Vossa Excelência designasse um membro da Comissão de Orçamento para relatar esse projeto, até porque a Comissão tem uma regulamentação própria para aprovação dos seus projetos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vossa Excelência será atendido.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, sugiro, mais uma vez, para apelar até para a sua sabedoria: vamos votar a constitucionalidade e retirar o projeto, deixá-lo para depois de julho, porque, segundo o deputado Sérgio Spada, líder do PSDB, na reunião de líderes partidários não ficou acordado colocar esse projeto em votação e ele está em pauta.

Segundo o que disse, talvez não tenha prestado atenção, mas foi o pronunciamento do deputado Sérgio Spada, então eu sugiro à Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu ouvi, perfeitamente, o pronunciamento do deputado Sérgio Spada e na reunião que fizemos pela manhã, que colocaríamos em primeira votação a constitu-

cionalidade e posteriormente colocaria, após a chegada das informações em relação ao débito.

Então estamos colocando sobre a constitucionalidade ou não do projeto.

O SR. RICARDO CHAB

Então, posteriormente, eu gostaria que o senhor me informasse, por favor, não vai ser logo após esta Sessão, que tem uma Extraordinária, ou posteriormente, após o recesso?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós vamos aguardar as informações do Governo. Se forem suficientes a todos os parlamentares, não há impedimento nenhum de colocarmos em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados. Hoje pela manhã, ficou a meu encargo buscar o valor da dívida junto ao INSS, do Porto: é de 74 bilhões de reais, senhor presidente, fui também buscá-los em conjunto com a Liderança do Governo, nos passaram este valor e as informações que temos, também, é que tem o Porto junto ao Governo do Estado a condição de parcelar essa dívida, entrar dentro de uma decisão de uma medida provisória do governo federal de parcelar até em 240 vezes, até o dia 30 de julho que é o prazo para poder parcelar junto ao INSS para o pagamento da dívida que o Porto de Paraná tem, senhor presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, até aqui não há nada descumprido do que foi acordado hoje pela manhã, na reunião de líderes. Ficou acertado que nós levaríamos o projeto à pauta de hoje e que o deputado Plauto Miró traria as informações. Ora, mas as informações, de forma alguma, vêm desrespeitar às trazidas pelo deputado Plauto Miró, mas esta Casa não pode votar a assunção de uma dívida que vai a alguns milhões; nós não sabemos, sem ter uma informação lastreada em rubrica de algum órgão do Governo.

O deputado Marcos Isfer tem razão de estar aqui, com unhas e dentes, defendendo a questão do projeto, para que possa ser votado, porque está defendendo o Porto de Paranaguá, uma instituição que merece.

Agora, deputado Marcos Isfer, nós precisamos de documentos. Não tem como votarmos! É por isso que eu solicito ao presidente que, fiel àquele acordo que fizemos lá só coloquemos em votação posterior à documentação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós vamos colocar se o líder do Governo, a bancada da Situação tiver por escrito as informações para esta Casa. Se não, ele terá prazo até amanhã, para fornecê-las. Acho que o Governo não pode mandar uma Mensagem para a Casa sem ter a informação de quanto se

deve. Eu acho que o Governo tem a informação e pode ser prestada, através do líder, a todos os parlamentares com assento nesta Casa.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, concordo em gênero, número e grau com Vossa Excelência e também com os demais deputados. Entretanto, gostaria só de, neste momento, encaminhar para que votássemos em 1ª discussão a constitucionalidade do projeto. E até amanhã assumo o compromisso com os deputados da Oposição e da base aliada, de trazer todas as informações por escrito, porque algumas delas me foram dadas extra-oficialmente, através de telefone. Mas, eu respeito a posição dos parlamentares de que esta informação para a Casa, só, não basta. É necessário que elas venham formalmente, por escrito, à Liderança do Governo, para que seja, inclusive, juntada ao projeto, para que votemos o mérito, em 2ª e 3ª discussões amanhã, se assim for o entendimento dos demais deputados, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero acatar a decisão de Vossa Excelência, que é sensata, e aquela que nós estabelecemos na reunião de hoje, na Presidência, de que o projeto seria colocado em pauta, desde que as informações fossem repassadas aos deputados. Como não temos informação, ele tem que sair da pauta, senhor presidente, e amanhã, ele volta com as informações que o deputado Durval deverá nos apresentar, porque senão, o nosso acordo foi quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência decidiu que devemos votar pela constitucionalidade e não voltará à pauta enquanto não tivermos as informações necessárias.

Com a palavra o deputado Neivo Beraldin, Pela Ordem. Em seguida, o deputado Marcos Isfer, para relatar.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, o bom senso deve prevalecer. Há a dúvida dos deputados sobre a matéria; os deputados não conhecem a matéria. Então, o recomendável é que se passe para agosto; é uma coisa mais que evidente. Por mais que cheguem as informações por escrito, até amanhã não terá tramitado nas comissões da Casa e não terá o Plenário tempo de conhecer o assunto. Pode ser até que seja importante ser votado, mas Vossa Excelência tem sido um democrata, que compreende sempre o clamor do Plenário, sentiu com certeza, no pronunciamento dos deputados, que eles desejam saber mais do assunto.

Solicito então a Vossa Excelência que deixe esse assunto, para que possamos decidir com mais calma e tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em pauta, depende do Plenário. Não é decisão do presidente.

O SR. MARCOS ISFER (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados.

Este deputado, na condição de Relator em comissão geral, ao Projeto de Lei nº 268/2001, emite seu parecer favorável, por não encontrar nenhum óbice quanto à constitucionalidade no referido projeto.

É o parecer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, peço Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita Verificação de Votação. Os deputados que aprovam o parecer, queiram levantar-se.

Os deputados que recusam o parecer do deputado Marcos Isfer, queiram levantar-se.

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu voto contra, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado o seu voto, nobre deputado.

07 Deputados.

Está aprovado o parecer.

Está em votação o projeto. O senhores parlamentares, que aprovam em 1ª discussão o Projeto de Lei 268/2001, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Irineu Colombo, contra.

O SR. NEIVO BERALDIN

Voto contra, por não conhecer a matéria.

O SR. NEREU MOURA

Os deputados Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Luiz Carlos Zuk e Edson Strapasson, votam contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado. Neivo Beraldin, também.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Ademir Bier!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Também.

O SR. IRINEU COLOMBO

A Bancada do PT, senhor presidente: deputada Luciana Rafagnin, Hermes da Fonseca e Irineu Colombo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado o voto da Bancada do PT, que infelizmente hoje não participou das discussões de Lideranças, pela manhã, para os projetos que deveriam ser colocados na pauta.

O SR. IRINEU COLOMBO

Isso é um "pito"?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não é um "pito", é que ficou acordado!

O SR. IRINEU COLOMBO

É que o PT é bastante disciplinado, e quando falta, é notado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Até para pauta, o PT é unido!

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

(**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente:

Votamos favoravelmente, e de forma diferente até do nosso líder, porque entendo que a questão da gestão administrativa e financeira do Poder Público, da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundo Nacional, sem sombra de dúvida, a Constituição estebelece a iniciativa dessas questões ao governador.

Agora, quero dizer, não só ao meu líder, aos demais que aqui estão, que na questão do mérito do projeto se as informações não me convencerem, com toda certeza, votarei contra.

Até porque, se não me falha a memória senhor presidente, em 1994, quando era presidente desta Casa, muitas vezes recebi a visita dos dirigentes do Porto de Paranaguá, e lembro-me até do nome de uma das pessoas que vinham: Dr. Piloto; para que nós aprovássemos e foi aprovado, mensagem do governador, - na época Mário Pereira -, para que soluções fossem adotadas pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

E algumas delas, se não me falha a memória, eram relativas a débitos com a Previdência Social.

Parece que em outras oportunidades, ao longo desses sete anos que se passaram, de dezembro de 94, outras vezes esta Casa aportou recursos ou medidas para sanear a APA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Então, se faz necessário, não só as informações de valores que estariam sendo renegociados, mas também, informações do porquê esta pendência ocorreu e existe, na administração.

Pela constitucionalidade, não tenho, na minha avaliação pessoal, dúvidas de que é competência do governador pedir autorização para renegociar dívidas da Administração Direta, Autárquica, Fundo Nacional e das empresas públicas.

Quanto ao mérito de se fazer isso, vamos deixar certamente, para o mês de agosto, que até amanhã, tenho dúvidas que as informações que precisamos venham.

O SR. NEREU MOURA (Justificativa de Voto)

Senhor presidente.

O governador Garotinho esteve aqui e falou que a briga dele com o Leonel Brizola foi porque não houve o cumprimento de uma palavra.

Nós fizemos um acordo na sala da Presidência, de que esse projeto estaria na pauta, desde que tivesse as informações.

Nós, em nenhum momento, criamos problemas nesta Casa. Temos procurado agir com a maior tranqüilidade, buscando sempre o entendimento daquilo que é possível, para que a Casa preste serviço adequado ao Paraná.

Neste caso, não houve o cumprimento da palavra, e por isso, votamos contra a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não posso aceitar de Vossa Excelência, que não houve cumprimento da palavra pelo Presidente!

O SR. NEREU MOURA

Não foi de Vossa Excelência, senhor presidente, não foi o senhor que ficou de entregar os documentos!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência está assumindo compromisso com todos os parlamentares, que não colocará na pauta - ou retirará - se não vierem as informações!

O SR. NEREU MOURA

De qualquer forma, o compromisso acordado não foi cumprido, porque não poderia estar nem agora, na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esse é o entendimento de Vossa Excelência.

Acho que nunca houve tanta democracia, a não ser no tempo do colega Orlando Pessuti, que se discute a pauta, porque isso é uma...

Nós estamos dando oportunidade de discutir a pauta!

O SR. NEREU MOURA

Nós elogiamos a sua posição, achamos que Vossa Excelência é um deputado democrático, um presidente que tem grande respeito pela Casa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Justificativa de Voto)

Senhor presidente.

Votamos favoravelmente ao parecer do deputado Marcos Isfer, e votamos contra a constitucionalidade.

Mas, com a mesma tranqüilidade que fizemos essas duas votações, nós voteremos contrário, até porque

o Executivo teve prazo suficiente para encaminhar a esta Casa, porque a Medida Provisória nº 21/29, está na 9ª edição, está editada há nove meses. Então, se o Governo quisesse efetivamente criar, acertar esse problema, deputado Marcos Isfer, que reconheça premente, mas ele já teria tempo hábil para fazê-lo

Então, é por essas razões, que se não vier, evidentemente, tenho certeza que Vossa Excelência não colocará. E este deputado não votará.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Só para deixar claro, que na reunião hoje pela manhã, fiquei responsável de buscar as informações, sobre esse projeto.

As informações foram feitas em conjunto com a Liderança do Governo, que vieram informações verbais. E o líder do Governo acaba de assumir compromisso, de fazer com que venha por escrito tudo aquilo que ele ouviu ao telefone, no dia de hoje.

Então, só para deixar claro, a responsabilidade ficou para minha pessoa, de buscar as informações, mas como não chegaram ainda, oficialmente, por escrito, trouxemos de forma verbal.

Por escrito, chega amanhã.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Gostaria de fazer um registro nesta Sessão.

Estamos recebendo...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só quero avisar aos senhores parlamentares, que nós teremos duas Sessões Extraordinárias, ainda hoje.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Perfeitamente, senhor presidente. Vale a pena o registro, porque nós tínhamos uma Sessão marcada, da Comissão de Segurança Pública às dezessete horas com a comissão, para entrada do Governo do Estado, que estuda a questão salarial, a questão envolvendo os policiais militares, a PM.

E estamos recebendo aqui várias esposas de policiais militares no Plenário. E em contato que fiz agora pouco com a Casa Civil, doutor Campos Hidalgo, que é o líder dessa comissão montada pelo Governo, que fala através da Casa Civil, disse-me o seguinte: "que, outras três pessoas que representam o Governo na comissão, estão em viagem".

E pediu que marcássemos uma nova data, entre 4ª e 5ª feira que vem.

Em que pese o recesso desta Casa, quero dizer às esposas dos policiais militares, que a nova data ficará marcada, entre 4ª e 5ª feira; teremos um encontro oficial entre vocês, esposas de policiais militares, e a comissão, para entrada do Governo do Estado.

O Governo do Estado, segunda a pessoa do senhor Campos Hidalgo, nos prometeu que fará uma proposta inicial a vocês, esposas de policiais militares, para que comece, efetivamente, o diálogo entre Governo do Estado e vocês.

Senhor presidente, visto que já se passaram 30 dias, e o governo só fez um contato, breve, rapidamente, com as senhoras, esposas de policiais militares, que fizeram movimento justo, digno, há questão de um mês atrás.

Então, em que pese o recesso desta Casa, senhor presidente, a Comissão de Segurança Pública, estará trabalhando. Quero convidar os demais deputados, para que façamos essa reunião, entre 4ª e 5ª feira que vem; estou aguardando tão somente a resposta do Governo do Estado. Estava marcado para hoje, mas em virtude de viagem de três membros da comissão do Governo, ela não aconteceu.

Só este registro. Quero agradecer a presença das esposas de policiais militares, em Plenário.

Muito obrigado, senhor presidente.

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 23/2001, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$1.500.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender despesas com a execução de pontes em Rodovias Municipais. SEM PARECERES (Publ. no DA nº 092/2001, de 29.06.2001 - Mens.)

Para relator, o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. ALGACI TULIO (Para Discutir)

Senhor presidente, da mesma forma como o item anterior, o Governo manda para a Assembléia uma mensagem, fica aprovado um crédito complementar ao orçamento geral do Estado, no valor de um milhão e quinhentos mil reais, dizendo que servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do cancelamento de dotação.

E mais na frente diz: visando atender despesas com execução de pontes em rodovias municipais.

Ora, senhor presidente, cancela dotação de Programa de Transporte Urbano nos municípios.

Na verdade não sabemos exatamente, aonde vão ser construídas, ou se já foram construídas as pontes. Não tivemos oportunidade de saber, de entender.

Se isso aí de repente, é uma jogada de interesse tão somente do secretário dos Transportes.

O que significa, aonde vão ser construídas essas pontes, que vão custar 1 milhão e meio de reais.

Vou votar mais uma vez pela constitucionalidade. E esperamos da mesma forma, ponho aqui em apreciação do Plenário, que se amanhã a Liderança do Governo também não trouxer informações, em quais municípios vão

ser construídas essas pontes, acho, senhor presidente, que fica inviável votar.

Quero saber se os meus municipais estão incluídos aqui, se é para atender tão somente interesse, de repente, político do Secretário dos Transportes, ou para atender apenas os municípios da bancada do Governo.

Quero saber que municípios.

Por isso quero dizer, que voto pela constitucionalidade hoje, e espero que amanhã tenhamos aqui uma relação porque poderemos emendar esse projeto.

Vou pedir lá para Tamandaré, para Rio Branco do Sul, para Paranaguá, para Antonina, para Guaraqueçaba, para Pontal do Paraná, para Jundiá do Sul, para Santo Antônio da Platina; vou pedir ponte para o meu município.

É a grande oportunidade que tenho, senhor presidente. É essa sugestão que estou dando ao Plenário desta Casa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor presidente.

Quero reforçar a preocupação do deputado Algaci Tulio, e chamar a atenção, inclusive da Liderança do Governo dos deputados do Governo como de Oposição, pelo outro aspecto, deputado Algaci.

Até não me preocupa aonde que vai ser construído, porque acho o seguinte: o governo determina onde constrói, para que deputado dá, tal e coisa.

Mas chamo atenção aos próprios deputados do Governo.

Toda suplementação exige que se dê uma fonte. E aqui está colocado, a suplementação, está com código de suplementação, 1 bilhão.

Cancelamento da Secretaria dos Transportes, que está cancelando em um outro código, o 1705, cancelando o correspondente de 1 bilhão e meio.

Deputado Ribas Carli, Vossa Excelência sabe, se por acaso, se não está sendo cancelada uma estrada lá no seu município?

Como o senhor vai explicar lá no seu município no dia de amanhã, que votou aqui nesta Casa, pelo cancelamento de uma obra da Secretaria dos Transportes, na sua base eleitoral, para construir estradas e qualquer outra?

A própria lei diz: quando se abre um crédito suplementar, indica-se de onde tira-se o recurso.

Ora, temos que saber de onde está sendo cancelado. Porque daqui a pouco, será cancelada uma restauração de asfalto, em município de qualquer um dos nossos.

E chegamos aqui, votamos e amanhã alguém vai lá e diz que por unanimidade, sem protesto algum, nós concordamos com o cancelamento, não é isso, deputado Valdir Rossoni?

Acho que o líder do Governo terá que nos trazer amanhã, o indicativo de quais obras estão sendo canceladas, para poder originar 1 milhão e meio daquelas que estão sendo construídas.

Não me preocupa tanto aonde vai construir; me preocupa mais, de onde se vai cancelar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Augustinho Zucchi, para relatar a mensagem.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, agradeço a deferência que faz Vossa Excelência, mas pergunto a Vossa Excelência que, o deputado Cezar Silvestri, presidente da Comissão de Orçamento, levantou uma questão de ordem, prontamente deferida por Vossa Excelência, e para não ser indelicado com o nosso querido colega, deputado Cezar Silvestri, gostaria de, com a vossa permissão, passar a relatoria para ele.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência tem toda razão. Cometi um equívoco.

Passo então para relatar, ao presidente da Comissão, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, fiz esse apelo a Vossa Excelência, até porque na Comissão de Orçamento, temos um rito especial, diferente de todas as outras comissões.

É importante que todos os deputados saibam, que quando se dá um parecer contrário, e esse parecer é votado na Comissão de Orçamento, esse parecer não pode vir para o Plenário.

O parecer da Comissão de Orçamento é definitivo. Só poderá vir para o Plenário no caso de que consigamos 1/3 de assinaturas dos deputados presentes na Sessão.

Por essa razão que fiz o apelo a Vossa Excelência, que todos os assuntos que sejam referentes à Comissão de Orçamento seja designado um membro da Comissão de Orçamento que tenha esse conhecimento, até porque se eu der o parecer contrário, apesar de o Plenário ser soberano, esse projeto é arquivado.

Não farei isto até em consideração ao secretário dos Transportes, colega nosso, deputado Nelson Justus, que tenho certeza absoluta que apresenta um projeto que, quanto ao mérito, na Comissão de Orçamento nós o julgamos; além da legalidade e o mérito, esse projeto terá o nosso parecer favorável.

Então, o parecer é favorável ao projeto em questão, projeto nº 269/2001, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer do deputado Cezar Silvestri. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Com voto contrário do deputado Colombo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com voto contrário do deputado Colombo.

Em votação o Projeto de Lei nº 269/2001 em primeira discussão.

Aprovado.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Com voto contrário do deputado Colombo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto de Vossa Excelência.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, eu levanto, não é apropriadamente uma questão de ordem, mas é uma coisa que me preocupa. Estou mandando fazer um requerimento que será enviado à Secretaria da Segurança Pública, tratando da questão do ex-delegado-chefe, delegado Noronha.

Percebemos nos últimos dias, há evidentemente um lobby dos delegados de Polícia nesta Casa e é uma situação bastante constrangedora ver a presença desse senhor aqui.

Então, soa mal para a sociedade. A imprensa até cobra da gente uma postura no sentido de que está colocado aí a condenação ao delegado, está sendo processado no Ministério Público, as situações que nós todos conhecemos. Convenhamos, para nós deputados estaduais, a apresentação desse delegado aqui na Casa, no sentido de fazer lobby é, no mínimo, uma situação absolutamente constrangedora. Ou alguém quer dizer o contrário, que é enobrecedor?

Então, que algum mecanismo fosse usado pela Presidência, no sentido de pedir, eu sei que está ali na Liderança de órgão representativo de classe, mas para nós é extremamente constrangedor, repito mais uma vez, e tendo em vista as condenações da Justiça Federal, estou apresentando um requerimento recomendando providências à Secretaria da Segurança.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Item sexto, que transferimos para o final da Sessão.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 015/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 05/2001, que altera dispositivos do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDAS DA CCJ E SUBSTITUTIVO GERAL DA CSP.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em número de 08, de autoria dos senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
AO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE
SEGURANÇA PÚBLICA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2001

Inclua-se onde couber no Substitutivo Geral ao Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o seguinte artigo:

“Art. ... - Adite-se à Lei Complementar nº 14/82, o Capítulo XI, com a seguinte redação:

Capítulo XI
Da Recondução

Art. ... - Recondução é o retorno do policial civil em estágio probatório, ao cargo público estadual anteriormente ocupado, e do qual se desligou para a investidura na nova carreira ou cargo policial, em virtude da sua não confirmação na atual carreira ou cargo.

§ 1º - A recondução far-se-á de ofício, e será precedida de sindicância, na qual se demonstre que o servidor não preenche qualquer dos requisitos enumerados para o estágio probatório.

§ 2º - Não se admitirá a recondução de servidor policial civil que tenha praticado, durante o estágio, probatório, falta de natureza grave ou a que seja cominada a pena de demissão.”

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Marcos Isfer, Tony Garcia.

JUSTIFICATIVA:

A medida se justifica para salvaguardar direito do servidor policial civil que ao deixar sua carreira de origem não demonstra vocação profissional para o exercício da nova função pretendida. A emenda segue a linha adotada pela douta Comissão de Revisão do Estatuto da Polícia Civil, criada pela Resolução nº 068/2000, de 16.05.2000, do Governo do Estado, presidida pelo delegado Almir Vilela, que em seu excelente trabalho de anteprojeto do Estatuto, prevê no artigo 65 o constante na emenda que ora se apresenta.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02,
AO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Adite-se ao artigo 211 da Lei Complementar nº 14/82, de que trata o artigo 11 do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, e o Substitutivo Geral, o seguinte inciso:

“IX - Colaborar, trabalhar ou participar, direta ou indiretamente de entidades associativas, empresas ou atividades de entretenimento e em locais que proporcionem jogos a qualquer título, salvo os que estejam compreendi-

dos no âmbito do esporte e, nesse sentido, oficialmente reconhecidas.”

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Eli Ghellere, Tony Garcia, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda é oriunda de solicitação da presidência da Comissão de Revisão do Estatuto da Polícia Civil, criada pela Resolução Governamental nº 68/2000 e, para embasá-la, nos valem da justificativa que acompanha a solicitação para sua inclusão neste parecer como Emenda Aditiva.

Diz a justificativa:

“Alguns sutis indiciários estão procurando demonstrar uma possível ligação e um vínculo perigosamente alarmante entre servidores da área de segurança pública e organizações ligadas a múltiplas atividades de jogos.

A sintomatologia já foi revelada em outros países, objeto de Comissões Parlamentares em o quais os nefastos efeitos vieram à tona. Há uma busca de locais de atuação funcional onde os sistemas de plantão de 12 ou 24 horas oferecidos proporcionam um longo tempo para oportunizar trabalhos aparentemente secundários ou complementares, mas que, na continuidade e pelo nível de percepção pecuniária superam o cargo originário.

Assim, as principais funções de servir o cidadão e proteger a comunidade, passam a um plano secundário, na verdade, uma atividade aleatória, descompromissada, mas útil pela associação praticada dos encargos.

A contaminação da aplicação da lei com a ilicitude é vital para desacreditar a confiança nas administrações públicas e governantes.”

Acrescentamos que os baixos salários pagos pelo Governo aos servidores da Polícia Civil concorrem para que estes, ao procurar melhorar seu orçamento, acabem ligando-se a atividades perigosas, como os jogos. O dispositivo virá coibir essa situação.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03,
AO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, com as modificações do Substitutivo Geral o seguinte artigo:

“Art. ... - Os incisos I e II, do artigo 39 da Lei Complementar nº 14/82, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39 - ...

I - pedido escrito do servidor policial civil interessado:

II - interesse do serviço policial, desde que devidamente fundamentado, ou por conveniência da disciplina, neste último caso, mediante prévia sindicância.”

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Tony Garcia, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A medida se impõe para adequar o diploma legal (Estatuto da Polícia Civil) ao princípio da legalidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal, bem como de princípio administrativo que exige a fundamentação dos atos administrativos, eliminando-se eventual arbítrio da autoridade pública, que venha a ferir o interesse público.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Inclua-se onde couber na Lei Complementar nº 14/82, de que trata o projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o seguinte artigo:

“Art.... - A função policial civil é considerada perigosa, com prejuízos à saúde e à integridade física, e de natureza eminentemente técnica especializada, para todos os efeitos legais.”

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Eli Ghellere, Tony Garcia, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto de lei complementar elaborado pela comissão nomeada pela Resolução do Governo do Estado, nº 68/2000, no Capítulo “Das Disposições Gerais” inclui o dispositivo ora proposto que, entendemos, não poderia faltar neste parecer, para integrar o Estatuto da Polícia Civil, sob pena de invalidar o presente documento de vez que não há como se prever punição para uma função que não tenha clara a sua definição. A esse propósito citamos a Constituição Federal que, em seu artigo 39, § 1º, que, para os requisitos de que dispõe, elenca “a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira”, como também leva em conta as peculiaridades dos cargos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

O artigo 26 da Lei Complementar nº 14/82, de que trata o artigo 9º do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, e do Substitutivo Geral, fica acrescido do parágrafo 6º, com a seguinte redação:

“§ 6º - A falta à dia-aula nos cursos a que esteja matriculado o servidor, equivalerá, para todos os efeitos, à ausência ao serviço.”

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Eli Ghellere, Tony Garcia, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

Norma idêntica existe no parágrafo 1º, do artigo 213, da LC 14/82, atualmente em vigor. Ocorre que com a alteração do referido dispositivo prevista no artigo 13 do Anteprojeto de LC 15/2001, em razão da sistemática legislativa adotada, a norma acima deixou de existir, fato que poderá trazer problemas funcionais futuramente, que justifica a necessidade da inclusão acima proposta.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Acrescente-se, dando nova redação ao “caput” do artigo 28 do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, e Substitutivo Geral, o seguinte:

“Art. 28 - Ficam criadas na estrutura organizacional da Polícia Civil, a nível instrumental:

a - a Coordenação de Informática, com a competência descrita nos incisos de I a V do Projeto;

b - a rede de Apoio, Informações e Operações - Raio, que terá por finalidade dar suporte tático operacional à Corregedoria de Assuntos Internos, sendo a esta subordinada.

Parágrafo Único - A Raio será composta por policiais civis que deverão receber armamento e equipamento especiais, além do treinamento próprio e permanente na instituição de ensino da corporação, adequados para situação de alto risco que envolvam diligências diante de policiais civis suspeitos da prática de crimes e infrações administrativas.”

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Eli Ghellere, Tony Garcia, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A criação da Coordenação de Informática foi tirada do Anteprojeto de Lei Complementar elaborado pela Comissão de Revisão do Estatuto da Polícia Civil e, a criação da Raio, solicitada a este relator pelo atual Delegado Corregedor, terá por finalidade dar o suporte tático necessário à Corregedoria de Assuntos Internos. Composta de policiais treinados na instituição de ensino da corporação policial civil, com conhecimentos na área de operações especiais (entradas explosivas, rapel, contenção de suspeitos, tiro instintivos, etc.), terá armamento, equipamentos especiais para operações em

situações de alto risco, onde haja envolvimento de policiais com o crime.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Inclua-se onde couber na Lei Complementar nº 14/82, de que trata o Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o seguinte artigo:

“Art.... - A função policial civil é considerada perigosa, com prejuízos à saúde e à integridade física, e de natureza eminentemente técnica especializada, para todos os efeitos legais.”

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Geraldo Cartário, Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto de lei complementar elaborado pela comissão nomeada pela Resolução do Governo do Estado, nº 68/2000, no Capítulo “Das Disposições Gerais” inclui o dispositivo ora proposto que, entendemos, não poderia faltar neste parecer, para integrar o Estatuto da Polícia Civil, sob pena de invalidar o presente documento de vez que não há como se prever punição para uma função que não tenha clara a sua definição. A esse propósito citamos a Constituição Federal que, em seu artigo 39, § 1º, que, para os requisitos de que dispõe, elenca “a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira”, como também leva em conta as peculiaridades dos cargos.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2001

O artigo 30, conservada a sua redação, fica acrescido dos parágrafo 1º, 2º, 3º e 4º, com a seguinte redação:

“Art. 30 - Fica extinta a Divisão de Telecomunicações e Informática, passando a Subdivisão de processamento de Dados a compor a estrutura da Coordenação de Informática.

§ 1º - Fica extinta a carreira de técnico em telecomunicações policiais, passando os seus atuais ocupantes da 1ª classe, a ingressar à 4ª classe da carreira de investigador de polícia;

§ 2º - Os atuais ocupantes de 2ª e 3ª classe da carreira de técnico em telecomunicações policiais, passam a ingressar a 5ª classe da carreira de investigador de polícia;

§ 3º - Fica extinta a carreira de operador em telecomunicações policiais, passando os seus atuais ocupantes a ingressar a 5ª classe de carreira de investigador de polícia;

§ 4º - As atribuições pertinentes às carreiras ora existentes passarão a ser desempenhadas pelos ocupantes

da carreira de Investigador de Polícia, sem prejuízo dos seus atuais cargos.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda, apenas repete o texto do Projeto de Lei Complementar nº 128/2000, de autoria deste mesmo parlamentar, o qual visa a extinção das carreiras de técnicos em telecomunicações policiais e de operações em telecomunicações policiais.

A medida proposta tem o objetivo prático e realista. Os funcionários que, com a extinção das carreiras, ingressão na carreira de investigador de polícia, já desempenham as funções pertinentes ao cargo, atuando em investigações, tal situação perdurar, poderá haver interpretação futura de desvio de função.

Também, vale salientar, que essa categoria funcional é mais útil para a Polícia Civil prestando serviços junto às equipes de investigadores, já que todos os contatos telecomunicativos policiais são feitos pelos investigadores e mesmo pelos delegados de polícia, ficando esta função obsoleta, sem necessidade de técnicos para efetivação desses serviços.

Assim sendo, pela real e eficaz prestação de serviços da Polícia Civil em favor da comunidade paranaense, apresentamos a presente Emenda, adequando a redação que havíamos dado ao Projeto de Lei nº 128/2000, ao presente, que trata da mesma matéria, esperando contar com o apoio dos nobres deputados que compõem esta douta Comissão de Constituição e Justiça, para que se manifestem favoravelmente, e dos nobres pares para sua aprovação em plenário.

Relação de assinaturas favoráveis a esta emenda aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 15/2001.

Deputados:

- 01 - ADEMAR LUIZ TRAIANO
- 02 - ADEMIR BIER
- 03 - ALBORGHETTI
- 04 - ALGACI TULIO
- 05 - ÂNGELO VANHONI
- 06 - ANTONIO ANIBELLI
- 07 - ANTONIO BELINATI
- 08 - AUGUSTINHO ZUCCHI
- 09 - BARATTER
- 10 - BRAZ PALMA
- 11 - CARLOS SIMÕES
- 12 - CESAR SELEME
- 13 - CESAR SILVESTRI
- 14 - CHICO NOROESTE
- 15 - CLEITON KIELSE
- 16 - DUÍLIO GENARI
- 17 - EDNO GUIMARÃES
- 18 - EDSON STRAPASSON
- 19 - ELIO RUSCH
- 20 - ELI GHELLERE
- 21 - GERALDO CARTÁRIO
- 22 - HERMES FONSECA

23 - HIDEKAZU TAKAYAMA
 24 - IRINEU COLOMBO
 25 - JOSÉ MARIA FERREIRA
 26 - LUCIANA RAFAGNIN
 27 - LUIZ ACCORSI
 28 - LUIZ CARLOS MARTINS
 29 - LUIZ CARLOS ZUK
 30 - LUIZ FERNANDES LITRO
 31 - MARCOS ISFER
 32 - MILTINHO PUPIO
 33 - MOYSÉS LEÔNIDAS
 34 - NELSON GARCIA
 35 - NEREU MOURA
 36 - NELSON TURECK
 37 - PLAUTO MIRÓ
 38 - RENATO GAÚCHO
 39 - RIBAS CARLI
 40 - RICARDO MAIA
 41 - SERAFINA CARRILHO
 42 - TIAGO DE AMORIM NOVAES
 43 - TONY GARCIA
 44 - WALDYR PUGLIESI

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 08,
 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE
 SEGURANÇA PÚBLICA**

O artigo 6º passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 6º -...

I -...

V - por dois representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública de reconhecido saber jurídico e experiência administrativa, entre os ocupantes da classe mais elevada.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Tony Garcia, Cezar Silvestri,
 Ângelo Vanhoni, Algaci Tulio.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
 PROJETO DE LEI Nº 015/2001**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 05/2001, objetiva alterar dispositivos do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sobre a matéria podemos observar a existência de parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o que preceitua o art. 33, § 9º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação. No entanto apresentamos Substitutivo Geral ao projeto em tela.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO CHAB

Presidente e Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu insisto naquela questão de ordem que fiz no momento em que o deputado Algaci Tulio também fazia a sua, de que não relatem essas emendas na presente Sessão. Que possamos transferir para a Comissão Geral da próxima Sessão de hoje ou de amanhã, para que dê tempo de nós conhecermos as emendas, porque há um Substitutivo Geral do deputado Durval, um Substitutivo Geral do deputado Ricardo Chab, um Substitutivo Geral do deputado Algaci Tulio, um projeto do governo, e há emendas de parlamentares.

Então, nós precisamos ter alguns minutos, uma meia hora, para que se possa conhecer, pelo menos os Líderes possam conhecer aquilo...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós vamos determinar a leitura de todas as emendas para conhecimento dos senhores parlamentares.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Eu sugiro, senhor presidente, para que todos possam conhecer bem a matéria como os membros da Comissão de Segurança Pública conhecem, que nós votemos o Substitutivo Geral e aí eu quero inclusive convocar o líder do Governo para que votemos o Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Segurança Pública que é fruto de um debate popular. Aí não há nenhuma emenda no Substitutivo Geral, para a Comissão de Segurança Pública, apresentada por nenhum deputado.

Pelo contrário, foi um debate amplo com as categorias que aqui estão, com os senhores delegados, escrivães, investigadores, com a sociedade civil organizada, o Fórum da Paz, enfim, esse é o objetivo. Sugiro ao líder do governo, que votemos o Substitutivo Geral. Aprovado, que então votemos, as emendas atinentes a ele, porque senão o projeto inicial desta Casa e - quero apelar ao líder do governo, Durval Amaral, que votemos o Substitutivo Geral, proposto pela Comissão de Segurança Pública desta Casa.

O senhor sabe e o presidente desta Casa sabe - estiveram presentes em uma das reuniões -, que foi fruto de um debate amplo com a sociedade. Não há vontade minha e de ninguém, um Substitutivo Geral, apresentado pela Comissão de Segurança Pública, é fruto de um debate, de três audiências públicas, que votássemos, deputado Durval Amaral, o Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Segurança Pública, posteriormente, votássemos as emendas, em separado, para que os

deputados conhecessem, que o Substitutivo Geral não abrandou pena. Muito pelo contrário, foi muito mais rigoroso nas punições.

É preciso colocar, que a vontade popular é que está explícita no Substitutivo Geral da Comissão de Segurança Pública. Não é vontade do Ricardo Chab ou de nenhum membro da Comissão de Segurança. Apelo à Presidência desta Casa e a Vossa Excelência nesse sentido, para que possamos conduzir da melhor maneira possível a votação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Com todo o respeito que tenho a este Parlamento e o respeito profundo que tenho por todos os deputados estaduais desta Casa - aqui, é a minha Casa -, durante dezesseis anos estou aqui dentro. Com todo o respeito que tenho pelo deputado Durval Amaral, que é o meu líder, voto com o governo. Não cuspo no prato em que como.

Eu diria aos senhores, quando vem o estatuto, o deputado Ricardo Chab achou por bem fazer uma série de reuniões com a sociedade. Participaram, aqui, a Associação dos Delegados, doutor Ricardo, doutor Fauzi, o Vila, através do Sindicato, doutora Izabel, a senhora Zanela, o professor, que considero uma cultura, da Universidade Federal do Estado do Paraná, que é uma pessoa que me deixou impressionado, com suas idéias, deixando-me encantado.

Participaram os deputados: Carli, com sua experiência e inteligência; Custódio, que convive com os bairros, como eu; Ricardo Chab, que deu as suas idéias e que milita na área policial; Tiago Amorim; Durval Amaral, Luiz Carlos Martins; e o presidente que orgulha este Parlamento - sem bajulação, senhor presidente, o senhor não precisa disso, deputado Hermas Brandão. Participei de várias reuniões presididas pelo deputado Ricardo Chab. Conversamos com advogados e trocamos idéias com professores de alto gabarito, da Universidade Federal do Paraná. O delegado, doutor Fauzi Saumer, fez uma exposição da atual conjuntura policial do Estado, participaram a doutora Isabel, que aí está, o Villa, o Bodernowski, que deu uma série de idéias, o presidente do sindicato, do Sinclapol, que não adiantava fazer um estatuto ultramoderno se a situação da Polícia do Estado do Paraná, é caótica, desesperadora! Aquele senhor ali, de marron, me perdoe, o Antônio Carvalho, que ontem chegou a falar em nome de Cristo, que habita a minha alma, pedindo encarecidamente soluções para o salário, para a dignidade, o respeito do policial, que sai de manhã e não sabe se volta à noite.

(Aplausos)

É muito fácil falar de Polícia sem conhecer o plantão de uma delegacia, que é palco de dramas e de comédias. Eu comecei a minha vida dormindo num banco de um plantão de uma delegacia de polícia, dormindo e fazendo reportagens na terra do deputado Waldyr Pugli-

esi, em Arapongas, Apucarana, correndo para cima e para baixo. É muito fácil falar, como me lembra aqui o poeta Marinoz Netto, de Londrina. Você conhece os porões de uma Delegacia de Polícia? Você sabe o que é o delegado de Polícia? A autoridade ou "o otoridade"? Eu convivi, eu sinto o drama, o dia-a-dia. Eu sei o que é a Polícia Militar, saindo de manhã e não sabendo se volta à noite! Eu sei o que é o delegado, ter que sair de manhã, enfrentar bandidos e não saber se volta à noite para casa. Ou às vezes, enfartado, como o doutor Fauzi, deu a vida pela polícia, como professor, está ali dando aula para seus alunos. E até aprendi com ele, não é porque eu sou deputado que ele é melhor do que eu ou eu sou melhor do que ele. Quando morrermos o buraco é do mesmo tamanho, o caixão dele pode ser mais chique, o meu menos chique, pode ir mais gente no dele, como eu não sou melhor do que ninguém, ninguém é melhor do que eu.

Agora eu não posso ficar aqui, passar 30 dias, com o deputado Ricardo Chab, ouvindo de um lado o Ministério Público, de outro lado o doutor Fauzi, de outro lado a igreja evangélica, a igreja presente, a igreja falando em todas as missas, sobre o Parlamento: o professor, na sua faculdade, enfim, olhem, estou desencantado, hoje!

Dei a minha parcela de contribuição, me perdoe, com todo respeito, deputado Chab, lutei, dei as minhas idéias, não sei se saem dessas paredes de concreto, não sei se vão ecoar, não sei se vai ecoar essa voz, também não me interessa se vai ecoar, se vai deixar de ecoar, é um desabafo que estou fazendo!

Mas quero dizer e pedir permissão ao líder do Governo, a quem, deputado Durval Amaral, estou falando com Vossa Excelência, eu sempre fui leal com Vossa Excelência, vou continuar sendo, mas não posso deixar de votar o Substitutivo do meu irmão de fé, meu irmão camarada, Ricardo Chab. Não, o Substitutivo não é seu, me perdoe, é da sociedade, mas o senhor foi o relator.

E além do mais, uma Emenda que comete uma injustiça muito grande, aquela faixa diz técnicos e operadores em telecomunicações policiais, só que eles não são técnicos nem operadores, eles estão nas ruas, também não sabendo se voltam para casa à noite. Então chega! Aquilo lá tem que ser mudado e esta Emenda muda completamente, porque não adianta ser técnico e operador: todo delegado é técnico, todo delegado é operador, eles precisam mudar, sim, eles têm que, através dessa emenda, se tornar investigadores policiais de 5ª classe com as mesmas prerrogativas que têm todos os agentes policiais no Estado do Paraná. A emenda será para futura discussão.

Mas eu quero dizer aos senhores esta emenda é tão importante que recebeu o apoio, da totalidade dos deputados deste Parlamento. Quem votar contra, não vou entender o porquê.

Diria os nomes aqui:

Ademar Traiano, Ademir Bier, Alborghetti, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Antonio Beli-

nati, Augustinho Zucchi, Baratter, Braz Palma, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Eli Ghellere, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Garcia, Nereu Moura, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ribas Carli, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim, Tony Garcia, Waldyr Pugliesi.

Será uma injustiça se essa emenda não passar nesta Casa dando direito para que os técnicos de operações em telecomunicações policiais tenham o direito de ser colocados como investigadores em telecomunicações policiais, tenham o direito de ser colocado como investigadores policiais de 5ª classe ou da 4ª classe ou 3ª classe, com as mesmas prerrogativas. Nós temos que votar.

Se o governo quiser vetar, volta ao Plenário e aí nós decidiremos o que fazer.

Voto com Vossa Excelência com todo respeito que tenho ao Parlamento do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes teremos que votar o requerimento de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando prorrogação da Sessão pelo período de 02h00 (duas horas).

Aprovado.

Está prorrogada, por mais duas horas, a Sessão Ordinária.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o que diferencia a Assembléia Legislativa do Tribunal de Justiça e do Poder Executivo do Tribunal de Contas, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, é precisamente porque a Assembléia Legislativa ou a Câmara dos Deputados é a Casa do Povo.

E esta Casa do Povo, senhor presidente, na minha opinião, foi agredida pelo deputado Irineu Colombo, que usou os termos que certamente nós podemos dizer, que o homem mais inteligente do mundo tem as suas horas, minutos e segundos de bobeira, porque caso contrário, nós que conhecemos o deputado Irineu Colombo, aqui há tantos anos, sempre fidalgo, altivo na sua educação e no seu proceder dentro desta Casa, hoje, estranha e lamentavelmente ele agride um cidadão paranaense.

Eu me lembro até do advogado Mauro Jorge.

Um dia, o acompanhei a Rio Negro, e quando o promotor da acusação começou a se dirigir ao réu, chamando de bandido e de assassino, o advogado Mauro Jorge pegou um copo d'água e atirou na cara do juiz e se afastou dizendo que ele, como advogado, não tinha mais que defender ninguém, pois o promotor já havia acusado e condenado o seu cliente.

Hoje as palavras do deputado Irineu Colombo não só acusaram mas também condenaram o meu amigo, delegado doutor Ricardo Noronha. O doutor Ricardo Noronha fez uma festa no restaurante Madalosso, com a sua família, e tantos e tantos deputados ali estavam aplaudindo aquele acontecimento e entre eles, eu.

De lá para cá Noronha, nada mudou, você continua sendo o meu amigo, pois que prova em contrário, você não merece o que estão fazendo com você. Se for provado, cabe à Justiça e não a um representante do povo que sou eu e os meus companheiros deputados. Nós não temos o direito de pré-julgar qualquer sentença futura, principalmente com alguém que está investido de um cargo brilhante, que é de delegado de Polícia e que são todos os que compõem a Polícia Civil Paraná.

Em respeito a todos, quero cumprimentar o doutor Silveira, que nasceu na cidade que meu pai nasceu e trabalhou no Cartório de Avaí. Em meu nome particular, Silveira, não considere as ofensas da forma como foram colocadas.

Com respeito ao projeto, como integrante da Comissão de Segurança, analisando o trabalho que foi feito por todos nós da Comissão, inclusive o deputado Luiz Carlos Martins que me substitui em quase todas elas, em respeito à sociedade organizada, que participou deste acontecimento presidido pelo Ricardo Chab, não posso acompanhar o voto do meu companheiro e líder do Governo, porque havia assumido compromisso de votar de acordo com o projeto - que será apresentado pelo Ricardo Chab.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos parlamentares que só discutam o encaminhamento do projeto. Os demais assuntos ficarão para as próximas votações.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

O deputado Cartário está enganado. Eu não ofendi ninguém. O senhor não ouviu, e eu peço mostrar as notas taquigráficas, porque nunca faltei com o respeito e não sou juiz para condenar alguém.

Falei que esta Casa passava por situação constrangedora. Fui procurado por diversos repórteres, por pessoas da população que diziam o seguinte: "O delegado Noronha circula nos bastidores desta Casa, faz lobby, depois alguns deputados falam que ele representa a classe..." mas eu quero deixar alto e bom tom, que me sinto constrangido com a presença dele.

Isso não é ofensa a ele. Todo mundo sabe que foi destituído por ordem do Governo do Estado e nós estamos debatendo assunto sério que é passar a limpo a Polícia Civil do Paraná. Ou não estamos querendo passar a limpo a Polícia do Paraná em homenagem às nossas famílias, às famílias cristãs? Queremos passar a limpo! Eu disse que acho o projeto do Governo extremamente importante. Vou votar com ele; acho que nesse aspecto

está com inteira razão. Vamos melhorar no que é possível.

Eu não me referi à pessoa, porque eu não o conheço, mas eu encaminhei um requerimento escrito em que coloco aquilo que eu falei, que acho constrangedor a Casa ficar recebendo Emendas, pressões de alguém que foi condenado pela Justiça Federal. Estou anexando documentos, não estou fazendo panfletagem e recebendo várias denúncias. É ou não é constrangedor? Todos os Deputados sabem que é constrangedor e foi dito para alguns deputados "in off" que tinha mal-estar nesta Casa.

Eu quero referendar. Tem um mal-estar nesta Casa. Não fica bem, de bom tom. Seria interessante que, quem é amigo, como o deputado Cartário, pedisse aos seus amigos que não expusessem a gente dessa forma.

É ruim, convenhamos, é ruim. Então, alguém contesta que é ruim e que causa mal-estar. Causa um mal-estar, não é verdade? É isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu informo que não há necessidade de encaminhamento, porque temos que relatar as emendas e discutir o projeto.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, a minha cabeça, com toda vivência que tenho e com a experiência que tenho, está em "pandarecos". Nós vamos ouvir a sociedade organizada, ou não? As entidades se reúnem, discutem, o presidente da Comissão de Segurança faz reuniões, são tomadas decisões, é feito um estatuto de acordo com o que pensa a sociedade organizada, as entidades. E agora?

Aí vou lá para o rádio e digo a minha posição; vou para a imprensa e digo a minha posição.

Como é que vou atender, agora, o apelo? É isso que disse ao líder do Governo, meu amigo Durval Amaral. Como é que vou atender o apelo do líder Durval Amaral para votar a favor do substitutivo? Parece que ele compreendeu e entendeu. Não posso, seria incoerente se assim agisse.

O governador do Rio disse muito bem: na política vale a palavra. Quando você dá a palavra, você empenhou a palavra, que tem que ser cumprida. Vou com o projeto da Comissão de Segurança, e espero que todos entendam desta forma.

Em relação ao delegado, doutor Noronha, quero dizer o seguinte, deputado Colombo: todos nós temos uma admiração muito grande por Vossa Excelência. Acontece que o delegado Noronha representa uma classe, é presidente da Associação dos Delegados do Paraná. É justo ele fazer lobby. Ele está sendo julgado pela Justiça. É problema da Justiça. O MST vem aqui e faz lobby. Os professores vêm aqui e fazem lobby. Todos vêm fazer lobby aqui. Vi aqui um integrante da Secretaria da Fazenda fazendo lobby, o Lucena, que é companheiro aqui de todos, fazendo lobby aqui, é normal. Ele não veio aqui comprar ninguém.

O SR. IRINEU COLOMBO

Mas causa um mal-estar e eu não ofendi ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Primeiro, quero deixar claro ao deputado Irineu Colombo: parece que não conhece o projeto inicial do Governo. Se o senhor conhecesse, tenho certeza, repudiaria. A Comissão fez audiências públicas com as entidades organizadas deste Estado. O projeto apresentado pela Comissão de Segurança não é um projeto dos deputados da Comissão; é da população, do povo do Paraná e das entidades de classe da Polícia Civil.

Onde é que nós estamos divergindo com o Governo do Estado: na composição, senhor presidente, do Conselho da Polícia Civil, deputado Irineu Colombo, é aí que quero entrar! Num passado não muito distante, quero deixar claro, o próprio Governador do Estado teve que destituir o Secretário da Segurança Pública. Foi ou não foi? Bem recente! Então, se votarmos como queria inicialmente o Governo do Estado, na composição do Conselho, o secretário é quem ia mandar no Conselho! O secretário é quem iria indicar todos os membros do Conselho! Ora! A Comissão estudou, analisou e fez uma nova proposta. Qual é a proposta? Aí é que quero entrar na nova proposta da composição do Conselho da Polícia Civil. Não é obra minha, não é obra nossa, pessoal, de nenhum deputado. É obra da população, em discussão com os policiais. Qual é a proposta?

A discussão nossa, é de se ter um Conselho e mais nada! De resto, todas as penas, nenhuma foi abrandada, pelo contrário. Estamos suprimindo um "até 60 dias", para deixar 60 dias. Estamos tirando o "até".

Então, só para o senhor entender: o Conselho da Polícia Civil fica composto assim, aí que entra a discussão. E quero colocar isso com clareza, aqui: se a Comissão de Segurança perder no voto, não é o deputado Ricardo Chab que está perdendo, não. É a vontade da população, que nós não vamos representar. Como é que fica a composição do Conselho? A composição é a seguinte: faz parte do Conselho: o delegado geral, que por sua vez é indicado pelo secretário de Segurança Pública; o delegado geral adjunto, que é também indicado pelo secretário de Segurança Pública; o diretor da Escola Superior da Polícia Civil, é outro delegado também indicado pelo secretário de Segurança; o corregedor geral da Polícia Civil, também indicado pelo secretário de Segurança Pública. E mais ainda.

Entenderam as pessoas, durante a discussão na reunião, que o secretário, - e aí que eu quero entrar - poderia indicar 2 membros de saber jurídico, de alto conhecimento jurídico ligado à área de segurança. Então, não precisa ser necessariamente um delegado de Polícia. O secretário pode indicar quem ele quiser, desde que sejam

duas pessoas de alto conhecimento jurídico e que estejam ligados à área de segurança. Se o secretário achar por bem um promotor ou um juiz, pode indicar, e daí?

Os delegados de Polícia de 1ª Classe iriam eleger, 03 membros de um conselho de 09. Esses 03 membros seriam eleitos pelos delegados de 1ª Classe. Onde é que está o crime nisso? Colocar 03 membros da própria classe da Polícia Civil, eleitos pela própria classe, de 1ª classe!

O secretário de Segurança Pública, deputado Durval Amaral, no estatuto como apresenta à Comissão, tem pleno controle. Ele tem todos os votos, porque são todos votos de confiança. O delegado-geral está lá, porque ele quer. O corregedor está porque ele quer.

E a proposta agora, a contrapartida do Governo, para o Plenário entender, o deputado Durval Amaral veio conversar comigo, qual é a contrapartida do Governo? Retira-se 03 delegados eleitos pelos delegados de 1ª classe, e coloca-se 03 delegados indicados pela pessoa do governador. Essa é a proposta que se apresenta agora, neste exato momento. O que nós temos que discutir é o seguinte: Se nós queremos a figura de 03 delegados de 1ª classe, eleitos pelos delegados de Polícia, se nós queremos 03 delegados dominados pelo governador.

Então, mais do que nunca, o Conselho fica nas mãos de quem? Da Secretaria de Segurança!

Então, falar que o secretário não vai ter controle do Conselho não é verdade! Me lembro de uma discussão, alguém comentou comigo, que na Reitoria se elege o reitor. Ora, por que é que os delegados de Polícia não podem eleger 03 membros de um conselho que decide a vida da polícia? É chamar todos eles de malandros!

Então, temos duas propostas. A proposta da Comissão, que muda tão somente a eleição de 03 delegados. O seu partido está brigando pela eleição dos diretores de escola. Há uma contrapartida do lado de cá, que a eleição tem que ter conhecimento e tal. Vamos discutir isso para frente. Então de duas, uma, ou nós vamos votar para democratizar o Conselho ou vamos entregar o Conselho para o Secretário de Segurança!

Se fosse num passado recente, o secretário indicando o Conselho, como querem, quem faria parte do Conselho? Quem me garante? O ex-deputado Tavares, está secretário, ele não vai morrer secretário. E amanhã ou depois, me conte, como é que faz?

Então, quero questionar esta Casa, no seguinte sentido, deputado Durval: o Governo tem pleno poder no Conselho, ele não perdeu o controle do Conselho. Ele está tendo ainda muito mais do que isso, pode indicar elementos estranhos à Polícia, coisa que até então o estatuto inicial mandado para esta Casa não contemplava. E agora, a gente contempla, abrindo à Polícia Civil, inclusive para colocar alguém estranho à Polícia Civil nesse momento de profunda crise que passa a Polícia Civil.

Então, pergunto o seguinte: Se isso não é moralizar, se isso não é abrir o Conselho o que é, então, deputado?

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero parabenizar a Comissão, da qual sou membro e acompanhei o grande trabalho dela.

Quero também parabenizar aqui a comunidade que realmente participou desse debate, desse projeto, mas não podemos transferir a responsabilidade do Governo, que é cuidar da Segurança Pública do Estado do Paraná, para a sociedade.

Com todo o respeito que eu tenho à minha Comissão da qual eu faço parte, que fez um brilhante trabalho, com todo o respeito que eu tenho pela participação da comunidade, numa abertura, senhor presidente, de uma discussão ampla, do debate que vem ao encontro da segurança do Estado do Paraná, mas quero dizer o seguinte: o deputado Custódio da Silva vai votar com a Liderança do Governo, até tendo vista que a responsabilidade de indicação e a responsabilidade da nossa segurança no Estado do Paraná, cabe ao Governador do Estado do Paraná e não à sociedade.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados:

Tenho que fazer, inicialmente, um esclarecimento e realçar aqui o trabalho que, na CCJ desenvolveu o deputado Algaci Tulio, que estudou a matéria à exaustão, procurou se aprofundar na matéria, elaborou um substitutivo geral que foi encaminhado à Comissão de Segurança Pública. Desnecessário dizer o trabalho brilhante que desenvolveu o deputado Ricardo Chab e toda a Comissão de Segurança Pública, aprimorando as sugestões encaminhadas pelo deputado Algaci Tulio. Desnecessário dizer. Não preciso, aqui, rasgar elogios ao trabalho do deputado Ricardo Chab, que com grande competência desenvolveu, com méritos, esse trabalho.

O que se discute agora, senhor presidente, até deveria ser logo mais, mas como se antecipou, veja só, nós estamos encaminhando um Substitutivo Geral, poderia ser uma Emenda, mas resolvemos chamar de Substitutivo Geral, nada mais é do que 95% ou mais do Substitutivo Geral elaborado pelo deputado Ricardo Chab, mais de 95%. Onde é que remanescem as diferenças?

As diferenças, senhor presidente, estão justamente para que nenhum de nós tenha constrangimento ao saber que os membros que compõe o Conselho Superior, o Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná, possam estar envolvidos em qualquer tipo de irregularidade.

Para proteger quem, senhor presidente? Para proteger o deputado Ricardo Chab? Com certeza que não, nem o deputado Algaci, nem o deputado Durval, mas para proteger a sociedade. A mesma sociedade que hoje está aqui neste plenário, deste lado, ao lado do fórum permanente da paz, acompanhando, desde há muito, os trabalhos que nós desenvolvemos aqui nesta Casa, com relação ao Estatuto da Polícia Civil, porque chega de

impunidade, chega do jogo! Agora se coloca, vamos fazer eleição, parece uma solução, deputado Nereu Moura, muito democrática. Mas, com toda a certeza todos nós sabemos, e eu não quero particularizar, aqui, mas todos nós sabemos as dificuldades que nós vivemos no Paraná desde a vinda da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, que colocou em evidência essa situação clamorosa da Polícia Civil do Estado do Paraná? Com todo o respeito àqueles que fazem uma carreira brilhante na Polícia Civil, mas muitos homens que estavam na 1ª classe. Foi substituído, exonerado o secretário, o diretor geral da Polícia Civil, foi exonerado. E o novo secretário não conseguiu nomear para subdivisões policiais delegados de 1ª classe, com raríssimas exceções, porque muitos deles, infelizmente, ou com justiça ou sem justiça, estavam denunciados e envolvidos pelas denúncias formuladas pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico.

Então, olhem só, senhores deputados, estamos somente aproveitando quase tudo, senão tudo que o deputado Ricardo Chab sugeriu, mas estamos propondo que os três membros que ele pretendia eleitos, entre os delegados de primeira classe, muitos deles afastados, seja, não de nomeação do secretário de Estado, nem tampouco de nomeação da Polícia Civil, mas que seja, deputado Alborghetti, de escolha do governador do Estado do Paraná. Hoje, o Jaime Lerner, amanhã, eu não sei quem, mas haverá uma responsabilidade direta do governador que jamais vacilará em nomear alguém que possa colocar em risco a sociedade, tão bem representada aqui pela senhora Elizabeth, que teve um filho assassinado, desculpe-me até usar o seu nome, nem seu se poderia, por um mau policial que até hoje não foi julgado por este Conselho, que, até a sanção desta lei, vai estar julgando os casos de irregularidades.

E o que mais nós estamos fazendo, com todo o respeito que tenho pelo falecido e brilhante deputado Aníbal Khury, nas penas impostas, senhores deputados, todos nós sabemos da capacidade de articulação do Aníbal Khury quando ele não queria resolver uma pendência colocava: até, até.

E, efetivamente nas sanções e nas penas, se diz lá, punição até 60 dias; pode ser um dia, pode ser meia hora, pode ser uma hora. E nós estamos colocando claramente, se há punição trinta dias, máximo sessenta dias; se há punição trinta dias, máximo noventa dias. Ora, existem inclusive casos que estavam previstos na proposta original do Governo e eu até conversava com o deputado Nereu Moura que em caso de demissão para questões que poderia adjetivamente vir a transparecer como patrulhamento ideológico, deputado Nereu, no caso de demissão, quando aqueles agentes policiais pudessem se manifestar.

Suprimos isso da proposta, não são previstos casos de demissão mais neste caso,- se for o caso,- após instaurado inquérito e sindicância, uma punição. Então, resolvemos atenuar naqueles casos, naqueles exageros que

poderiam existir, mas, ser severos, combativos, não tolerantes em hipóteses alguma, com os maus policiais.

E olha, deputado Ricardo Chab, eu entendo a posição de Vossa Excelência, entendo a posição dos nossos companheiros dignos, sérios e trabalhadores, parlamentares que efetivamente cobrem as questões policiais deste Estado do Paraná, mas não podemos transigir com a corrupção, não podemos transigir com a impunidade, não podemos colocar novamente a Polícia Civil à mercê, infelizmente, de alguns maus policiais, que todos nós não gostaríamos e, tenho certeza, que o senhor também não está a defendê-los aqui nesta Casa.

Então, são estas pequenas modificações; mais austeridade, mais severidade e sem dúvida alguma, não vamos transigir com “até”, porque “o até”, neste momento, é o até da impunidade, e como está colocado na proposta, que não é do Governo, que não é minha e será de todos nós parlamentares, vamos, efetivamente, em caso de punição, sem faz de conta, mínima, casos que estão previstos.

Máxima, noventa dias: alguns casos, havendo reincidência, a demissão.

Só queria prestar este esclarecimento.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o que nós estamos fazendo aqui é uma política de Segurança Pública para o Estado do Paraná, não é fazer uma lei para o término do governo Jaime Lerner, mas é para o Paraná. Como disse o deputado Durval Amaral, para este governo e para o que virá amanhã.

O que nós pretendemos, e para que fique bem claro que a Oposição, nesta Casa, não tem a visão de pensar: quanto pior melhor; queremos ajudar a construir um Paraná que seja o Paraná ideal para todos nós e o povo do nosso Estado. Fizemos uma análise pormenorizada do projeto de lei encaminhado pelo Governo para esta Casa; fizemos uma análise do substitutivo do deputado Ricardo Chab; fizemos uma análise do substitutivo do deputado Durval Amaral e acrescentamos algumas coisas que achávamos que era conveniente.

Por isso, senhor presidente, iremos votar com o substitutivo elaborado pelo deputado Durval Amaral, porque, o que nós queremos, também, é que a Polícia do Paraná seja exemplo para o Brasil, que a Polícia do nosso Estado não esteja nas páginas policiais, mas esteja sempre num lugar de honraria, oferecendo segurança para nossa sociedade, que o povo do Paraná respeite a Polícia, pelos seus atos, pelas suas atitudes! O que nós queremos é dar condições para que a Polícia do nosso Estado desenvolva um trabalho oferecendo segurança à nossa população!

E é por isso que iremos aprovar o Substitutivo que ajudamos a elaborar, do deputado Durval Amaral. No nosso entendimento, ele contempla as grandes questões do nosso Estado, que é estabelecer regras de conduta, de como um policial deve se comportar, de como ele deve se

ater na sua função, a proteção da Polícia, parâmetros que possibilitem proteger o policial, e que está, aqui, inteiramente contemplado.

Quero dizer, também, senhor presidente, que o parecer no substitutivo do eminente líder do Governo, é quase que igual ao substitutivo do deputado Ricardo Chab. Difere muito pouco, pouquíssimo. E as diferenças que foram incluídas vieram para melhorar, vieram para corrigir algumas distorções que tinham escapado da Comissão de Segurança Pública.

Por isso, tem nosso apoio. E, como disse, a Oposição nesta Casa não pensa pequeno. Pensamos grande! Pensamos no povo do nosso Estado! O bem-estar da nossa sociedade! Queremos uma Polícia de qualidade, prestando serviços à nossa população!

Por último, quero dizer ao deputado Luiz Carlos Martins e ao deputado Ricardo Chab: o povo, eu ouvi falar muito em povo, mas, não se pode falar só no povo quando esta tese nos favorece. Tem que falar no povo quando o povo está na rua, pedindo que não se vote a venda da Copel! Tem que falar no povo quando os professores estão aqui, pedindo que votem eleições diretas, porque esta é uma tese apoiada por cem por cento da população do Paraná! Aí, sim!

Não se pode analisar, senhor presidente, esta tese do povo, quando a tese favorece! Tem que se colocar com clareza que nós sempre temos que estar ao lado do povo! Em todas as circunstâncias! Não só quando interessa a um projeto que estejamos aqui colocando.

Por isso, fica aqui nossa posição: vamos votar em favor do Paraná, uma lei permanente, que atenda à segurança pública do nosso Estado, para que não tenhamos mais os dissabores de ver a Polícia em casos que desabonem sua conduta e que cria uma angústia terrível ao povo do nosso Estado.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, fui citado duas vezes. Uma, pelo deputado Nereu Moura, e outra, pelo deputado líder do Governo. Quero dizer ao líder do Governo que em nenhum momento, nós tentamos facilitar a vida de ninguém, no nosso substitutivo. Pelo contrário. Mostrou mais rigor. E a maneira como o senhor colocou dá a impressão de que nós facilitamos ou “amolecemos”, eu diria, as punições. Pelo contrário. Nós fomos mais severos, inclusive, a Comissão de Segurança Pública.

E quero dizer ao deputado Nereu Moura que a votação da Copel não acontece ainda, no Plenário. Não é o momento de se votar a Copel. Estamos votando o Estatuto da Polícia Civil. A representação ou não de pessoas eleitas. É bom deixar bem claro.

O que quero colocar aqui é o seguinte: a Comissão de Segurança Pública fez um trabalho ouvindo a população. Quero insistir nisto. Não abro mão disto. A impressão que se passa, no Plenário, é a de que é uma coisa minha, pessoal. Não, pelo contrário!

Eu, deputado Nereu Moura, para votar contra o substitutivo da Comissão de Segurança, posso até fazê-lo! Por que não? Porque não é vontade minha! É vontade da população. Estou tentando só transportar ao substitutivo geral, e o deputado Durval Amaral deixou claro que está aproveitando 95% do conteúdo do nosso substitutivo.

Então, em nenhum momento, amolecemos, abrandando penas, pelo contrário. O que estamos querendo colocar, é o dedo de pessoas da Polícia no próprio Conselho.

Até faço uma sugestão aqui ao deputado Durval Amaral, vamos substituir no artigo que está no Substitutivo Geral, aonde diz: dois representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública, de reconhecido saber jurídico, experiência administrativa na área de segurança.

Que não seja indicado pelo secretário, seja indicado também pelo governador. Por que não?

Estou apresentando uma emenda, agora. Ao invés de deixar, vamos caminhar. Acho que assim é que tem que evoluir. Temos que evoluir na questão de segurança.

Sugiro o seguinte: que agora apresentemos uma Emenda no Plenário, que ao invés de o secretário indicar dois membros do Conselho, que o governador Jaime Lerner indique e fique responsável por dois leigos no Conselho da Polícia. É assim que se abre a polícia, deputado.

É uma sugestão que coloco, quero saber do deputado Durval Amaral, se ele vota como Emenda o que estou propondo! E se a Oposição vota na minha Emenda. Se é para abrir, vamos abrir! Agora, não podemos fazer o jogo que está sendo feito neste plenário. Desculpe, deputado Durval Amaral.

O senhor sabe que tenho pelo senhor o maior respeito, a questão do “até” concordo, porque houve ali um entendimento de nós, leigos da questão do “até”. Mas isso foi colocado em virtude da falta de conhecimento, mesmo. Não é para afrouxar, não!

Tanto é que estamos concordando.

Então sugiro ao senhor que, em vez de aqui no item que diz que o secretário da Segurança, indica dois, vamos deixar que o governador indique 2. Dois leigos, no Conselho da Polícia. Quem sabe o governador indique lá um promotor, quem sabe um homem da OAB.

A OAB está mandando documento para nós, pedindo também que o escrivão de polícia seja formado em Direito.

E o estatuto contempla uma série de questões para as classes de policiais que aí estão.

A questão da obrigatoriedade do curso superior. Isso é qualificar a Polícia, deputado.

Admitir o detetive com curso superior, é qualificar a Polícia.

Acabar com o delegado de “calças curtas” que está na proposta inicial, deputado Algaci Tulio, e mais, criando ao QI da classe que é uma proposta da Comissão. Isso é qualificar a Polícia. Se isso não for qualificar a Polícia, o que que é, então, qualificar a Polícia?

Deputado Durval Amaral, estou apresentando emenda de Plenário.

Em vez de o secretário indicar, que o governador indique.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Para deixar bem clara a minha posição, como aliás procuro fazer sempre, entendo que da mesma forma que defendemos que qualquer Conselho seja formado por seus pares, defendo a proposição que o deputado Chab faz, e a defendo de forma muito clara e linear. Da mesma forma que defendo as eleições diretas nas escolas, da mesma forma que defendo a eleição que é feita dentre os pares de uma Casa, para escolha daquelas que vão representá-los, enfim, em todos os sistemas.

Agora, o que não aceito, me desculpe, líder do Governo, não aceito que se critique a Polícia como se ela fosse apenas um segmento à parte, do governo.

Me desculpe! Se há maus policiais, e maus policiais estão no exercício da função, é porque o Governo assim o nomeou.

Se há delegados, em determinados municípios, que são designados por deputados, não há do que depois se reclamar.

Me desculpe, eu acredito em uma polícia técnica. Acredito em uma polícia que, tecnicamente, possa exercer bem as funções.

É assim quando se compara com polícias de outros países, mas lá, a ingerência política não existe.

Me desculpem os senhores, mas é a minha posição. É uma forma clara, que vejo essa situação.

Não posso, em hipótese alguma, defender que se crie "Conselho de Alienígenas", para julgar a polícia.

Por que só a polícia?

Será que só ela tem mazela? Será que só a Polícia Civil tem mazelas? Tem bons e maus. Como é que ficam os outros segmentos? Como é que fica a defesa que aqui ouço, muitas vezes intransigente, de que uma classe tem que ser respeitada? A eleição direta nas escolas tem que acontecer e defendo isto desde o tempo do Rubens Bueno. Briguei por isso no município de Curitiba, para que fosse implantada. Como é que agora eu posso dizer que não deve haver eleição porque pode ganhar alguém que não agrade ao governo ou alguém que seja melhor ou pior?

Ora, senhores, então me desculpem, vão acabar até com a nossa eleição porque de repente o povo pode escolher um bom ou mau deputado. Confesso ao senhores, por uma questão de princípios, que sou favorável à eleição, sou favorável a que haja uma regulamentação.

Agora, acho que todos devemos exigir do governo que ele aja severamente quando houver problema de corrupção, que ele não seja somente político quando há problemas com determinado delegado e a comunidade; aí sim, o exercício da Polícia será pleno, e poderemos falar

que a segurança está sendo exercida. Esta sugestão, por exemplo, que o deputado deu agora, que o governador nomeie todo o Conselho da Polícia Civil, me desculpe, não me parece ser uma solução razoável.

Agora, o que não me parece, em hipótese alguma, é que possamos em uma hora achar que é bom de um jeito e meia hora depois achar que é bom de outro jeito. Acho que as punições têm que ser severas, têm que ser cumpridas. Aqui esteve o fórum, as entidades e pregaram isto e acho que os próprios bons policiais querem punições severas.

Agora, de repente estamos aqui posando e julgando como se donos da verdade fôssemos!...

Desculpem-me os senhores, eu acredito sempre na democracia, sempre nas eleições.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem)

Apenas para orientação minha parece-me que da Casa, Vossa Excelência como sempre democrata que é, está permitindo a discussão, o encaminhamento do projeto das emendas, do Substitutivo, tudo numa vez só, parece-me assim.

Mas também a fim de que nós possamos chegar a bom termo e cumprirmos, votarmos o que temos agendado pela Mesa, por Vossa Excelência, eu gostaria de saber da Presidência se pode um deputado falar várias vezes.

Acho que nós tínhamos que estabelecer regimentalmente, um deputado até poderia falar uma vez por tantos minutos, talvez o relator pudesse falar mais vezes, senão não chegaremos nem à meia-noite, ao fim dessa discussão, porque estamos discutindo o projeto, emenda, sub-emenda e depois, há emendas de Plenário.

Respeitosamente dirijo-me aqui ao deputado Chab, que todos nós sabemos o trabalho que essa comissão praticou e exerceu, todos nós sabemos do trabalho louvável, mas, senhor presidente, data vênua, quero sugerir a Vossa Excelência o estabelecimento de regras para que possamos colocar em bom tempo esta votação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGETTI (Pela Ordem)

Só para deixar registrado, senhor presidente, em primeiro lugar, o deputado Chab foi até Vossa Excelência uma manhã, Vossa Excelência incentivou o deputado Ricardo Chab que fizesse uma audiência aberta neste Parlamento para o povo do Paraná. Veio aqui o Fórum da Paz, promovido pelo doutor Francisco Cunha Pereira, pela TV Paranaense, pela Gazeta do Povo, vieram aqui bispos, pastores, evangélicos, vieram o Sinclapol, a Associação dos Delegados, veio a Dona Elizabet que está aí, que passou por dramas.

Deputado Chab, estou falando com Vossa Excelência, Vossa Excelência marca uma reunião neste parlamento; agora prestei atenção no deputado Nereu Moura e me acendeu um pavio a mais, que o mesmo substitutivo, que não foi o senhor quem fez, foi o fórum que esteve nesta Casa que fique bem registrado. Todos que estiveram

aqui, professores, universidades, o doutor Dartagnan Abilhoa, representando o Ministério Público, doutor João K, representando o Poder Judiciário, Sinclapol, o doutor Fauzi, todo mundo esteve aqui. Não é o senhor quem está fazendo isso, deputado Nereu Moura.

O deputado Nereu Moura levantou uma tese importantíssima, que os dois são idênticos - mudam em pequenas parcelas. Não foi o deputado Chab quem fez isso. Quem fez, deputado Nereu, foram as entidades, o Fórum da Paz, sindicatos, a associação, todos que estiveram aqui. Que fique registrado isso definitivamente: foram todas as entidades que estiveram aqui. É isso que é importante que fique registrado, neste Parlamento.

Pelo amor de Deus. Eu não agüento mais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Muito obrigado, senhor presidente. Fui paciente e aguardei.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta presidência está gostando tanto das discussões. Inclusive, por ser o penúltimo dia de Sessões, antes do recesso parlamentar, vamos ficar aí dando a oportunidade, para todos os deputados, quantas vezes quiserem.

Vamos ficar trinta dias fora do plenário.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, eu iria falar exatamente neste sentido. Acho que tudo o que está acontecendo nesta Casa hoje, só engrandece a Assembléia Legislativa. Por que há muito tempo não se ouve tanto deputado discutir o mesmo projeto.

Uma mesma matéria é conflitante? É conflitante. Aliás, era tão conflitante, como ela veio na mensagem original, nesta Casa e que eu, na Comissão de Constituição e Justiça, criei um substitutivo, aplicando uma série de emendas. Conflitante na Comissão de Segurança, onde foi aberta à população uma participação, onde a sociedade organizada teve também a oportunidade, não só as classes policiais, mas toda a sociedade participou, dando também a sua opinião.

É importante também, neste momento, senhor presidente, quando sentimos por parte do líder do governo - vejam que tenho adotado uma postura, nesta Casa, quase que 80, 90% contrário, às determinações da liderança do governo, aqui, nesta Casa. Tenho pautado, por uma postura de independência, de oposição, em determinados momentos.

Mas, neste momento, senhor presidente, senhores deputados, me rendo ao substitutivo do deputado Durval Amaral, porque ele contempla praticamente, 90%, 95% daquilo que eu havia proposto, na Comissão de Constitui-

ção e Justiça. Ele mantém 90,95% daquilo que propôs a Comissão de Segurança Pública.

Fica apenas um questionamento e não posso deixar de ser coerente, porque fui relator da Comissão Especial, criada pelo governo do Estado, tão logo passou, aqui, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico. Naquela ocasião, propúnhamos algumas alterações.

Aliás, foi em função desta Comissão de Alto Nível do Governo, que participaram o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, secretários de Estado e eu, como deputado, representando esta Casa - aí, que quero dizer da minha coerência, deputado Orlando Pesutti - naquele momento, aquela comissão propunha toda essa série de mudanças, inclusive, no Conselho da Polícia Civil. Desejávamos a inclusão da OAB e do Ministério Público.

Porém, por uma questão constitucional, evidentemente não pôde ser acatada, porque me dizia o Almir Chagas Varela, que aqui está, que hoje, a Ordem dos Advogados e o Ministério Público tem assento na Ouvidoria da Segurança Pública.

Estou me louvando de todos esses fatos, sabendo de que o substitutivo do deputado Durval Amaral acata o 3º grau, a 5ª classe de delegado e, evidentemente que acata também uma série de outras emendas, de minha autoria, ou da CCJ, evidentemente que tem que manter essa coerência, senhor presidente.

Reconheço o belíssimo trabalho feito pela Comissão de Segurança Pública, e é importante dizer que não está aqui, neste momento, uma briga de braço, não está uma queda de braço de um lado nem de outro. Eu acho que a Casa toda contribuiu para essas mudanças, no Estatuto da Polícia Civil, e até é bom lembrar que vem uma alteração maior, a nível federal.

Então, estamos adaptando, melhorando o nosso Estatuto, melhorando a condição da nossa Polícia, melhorando a condição do Conselho de Polícia, enfim, só falta agora, o Governo dar a sua contrapartida, melhorar a condição para que este policial civil possa, realmente, se enquadrar perfeitamente dentro desse Estatuto.

Por isso senhor presidente, quero encaminhar e com toda tranquilidade, isento aqui de qualquer emoção, reconhecendo o bom trabalho que fez a Comissão de Segurança Pública, a grande contribuição dada pelo Fórum da Paz, a grande contribuição dada pelas categorias da Polícia civil, que não perderam um só minuto, ficaram em cima, discutindo madrugadas e madrugadas, trazendo a sua contribuição.

Quero então, senhor presidente, informar que a minha posição realmente é de votar favorável ao substitutivo do deputado Durval Amaral.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, acho que já está elucidado, ao Plenário, a posição de cada deputado. A minha posição é pelo substitutivo do deputado Ricardo Chab.

Acredito que Vossa Excelência poderia colocar em votação, e nós teríamos o andamento da Sessão.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, estamos aqui com o professor Pedro de Moraes: estávamos conversando agora há pouco. O professor é um dos membros do Fórum da Paz, e dá aulas sobre o estudo da violência, na Universidade Federal do Paraná.

Senhor presidente, eu não sei se posso sugerir, dois minutos para que o professor Pedro Moraes use a tribuna, para explicar a questão do Estatuto. Eu gostaria que o Fórum da Paz, está aqui, direitos humanos, todo mundo, representado pelo Fórum da Paz, fizesse uso da tribuna, para que nós dirimíssemos as dúvidas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou colocar em votação a proposição de Vossa Excelência. Por 3 minutos, está autorizado o professor Pedro Moraes.

O SR. PEDRO MORAIS

Boa-noite, nobres deputados, senhor presidente, é com prazer que eu sou convidado a me manifestar nesta Plenária da Assembléia Legislativa do Paraná.

Quando eu cheguei hoje aqui nesta Casa, me deram ciência de uma mudança naquela proposta feita lá na Comissão de Segurança, proposta essa que foi feita, sim, como foi chamada a atenção pelos senhores deputados com toda sociedade, com muita discussão, muita conversa, etc. mas foi me dado ciência de uma mudança e juntamente com as categorias de base aqui presentes, juntamente com a associação ou representante das vítimas, juntamente com "n" outras pessoas, o que nós entendemos? Entendemos basicamente é que o Conselho seja aberto.

Essa foi uma discussão que nós travamos o tempo todo, e que nos pareceu fundamental que o Conselho tenha essas características de ser aberto. Então, quanto a composição, é claro que nós temos aqui um substitutivo apresentado pelo deputado Alborghetti; apresenta a discussão desta comissão.

No nosso entendimento, uma questão que se coloca além de qualquer outra, é exatamente outra, como por exemplo, repito, o fato de o Conselho ser aberto, voto nominal e justificado, com a pauta publicada com 30 dias de antecedência.

Estas são as questões que estão aqui nesses substitutivo geral, enfim sobre isso é que eu posso falar, porque foi isso o acordado na Comissão de Segurança.

Outra coisa que eu gostaria de destacar, que é fundamental na visão das categorias de bens, é a extinção dos delegados "calça-curta", o delegado leigo; é importante também o curso superior de polícia, é importante que a Escola Superior de Polícia seja uma escola ativa, dinâmica. Então, são estas as questões, eu repito, que abrem o Conselho.

Agora entra essa questão da composição que me parece algo que precisa ser refletido, entendido melhor.

O SR. RICARDO CHAB

Professor, quero deixar claro ao senhor, que acompanhou conosco a comissão, que até se aprofundou mais do que nós, deputados da Comissão. Quero perguntar ao senhor o seguinte: a discussão é, parágrafo último, 5º, o 6º do Estatuto que está nas suas mãos; o Governo do Estado tem uma proposta, ao invés de ser eleição, indicar três delegados, entre carreira de 1ª classe, escolhidos pelo governador, indicados pelo governador, ao invés de três delegados eleitos entre os delegados, eu pergunto ao senhor o seguinte:

Na condição de Presidente da Comissão de Segurança, porque todas as Emendas que estão nesse projeto, em suas mãos, e que está aqui apresentando ao plenário da Comissão de Segurança, foram propostas que surgiram de vocês: a única proposta minha que surgiu, foi a questão da abertura do Conselho, no primeiro contato que nós tivemos, que o senhor estudasse de que forma iria abrir o Conselho, eu lhe pergunto: caso o Plenário aprove a proposta à Emenda do Governo do Estado de que ao invés de termos três delegados eleitos entre os delegados da 1ª classe, sejam indicados pelo Governo, o Fórum da Paz tem alguma objeção?

O SR. PEDRO MORAIS

Deputado, eu fiquei sabendo dessa discussão quando aqui cheguei, e aí estas questões não foram colocadas aqui. Imaginem que nós temos uma discussão amadurecida no correr de 3 semanas e claro, quando falo, não falo só por mim, falo também por esses grupos dos que ali fizeram parte dessa discussão.

Agora, volto a insistir nesta questão aqui, eu precisaria consultar novamente o quê? Consultar as pessoas que estiveram envolvidas porque não posso, eu não tenho delegação e representação aqui para que simplesmente altere alguma coisa, agora, volto a insistir, a questão fundamental é a questão da abertura do Conselho.

O doutor Luis Bordenovski acabou de me dizer o seguinte: que as categorias de base concordam com esta mudança.

O SR. RICARDO CHAB

A mudança proposta pelo governo do Estado!

Sendo assim, não ponho objeção nenhuma. Estou me rendendo ao que diz o Fórum da Paz. Não sou eu que vou colocar objeção. Gostaria de ouvir isso do Professor. Se o Fórum da Paz acha que está contemplada a Emenda do governo, eu acato com o maior prazer. Quero dizer que não é a minha vontade que está aqui. É a vontade do Fórum da Paz, da população.

O SR. PROFESSOR PEDRO MORAIS

Volto a insistir que aqui as categorias de base estão representadas e assim podem falar. Posso dizer o que foi

discutido nesta Comissão e que foi acordado nesta Comissão e é até onde vai a minha delegação, a minha representação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Diante da colocação do deputado Chab, eu consulto se está retirando o seu parecer e esta Presidência, antes do início do processo de votação, quer elogiar o trabalho da Comissão de Segurança Pública da Assembléia, comandada pelo deputado Chab, Algaci, e demais companheiros que participaram da discussão.

Quando este projeto chegou na Casa, nós prometemos que íamos fazer uma ampla discussão junto com a sociedade e realmente foi feita uma ampla discussão com a sociedade, tanto é que propostas foram sendo colocadas na Emenda e que são oriundas de propostas da sociedade organizada do Estado.

Parabéns à Comissão, pelo belíssimo trabalho que fez.

O SR. RICARDO CHAB

Quero agradecer e gostaria de colocar, para a Comissão essa discussão rápida e gostaria que cada um se manifestasse se concorda com o Fórum da Paz.

Tenho certeza que todos vão concordar mas gostaria de ouvi-los para não parecer uma coisa pessoal do deputado Chab. Deixar bem clara a transparência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto novamente Vossa Excelência, se deixará ou retirará o substitutivo.

O SR. RICARDO CHAB

Se os membros da Comissão de Segurança concordarem com o que disse o professor, do Fórum da Paz, eu concordo em retirar.

Por isso, eu submeto à votação, aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria que os membros se manifestassem rapidamente.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, Vossa Excelências tem um requerimento de preferência, Eu acho que, votado o substitutivo do deputado Durval Amaral cai o outro, automaticamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos entrar em processo de votação.

Antes de votar o requerimento de preferência do deputado Durval Amaral, temos que passar as Emendas apresentadas, de acordo com o Regimento Interno da Casa, para relator que vai apresentar relator as Emendas.

Solicito ao deputado Divanir Braz Palma que relate as Emendas apresentadas.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Devido ao adiantado da hora, pediria que não se lessem as Emendas. Temos várias Emendas Aditivas Modificativas, que alteram os dispositivos da Lei Complementar nº 14 de 26/05/82 do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Ao ler essa Emendas, achamos que não há nenhum impedimento, quer de natureza legal, constitucional ou regimental. Portanto, sou favorável pelo acolhimento de todas elas, para que esse Plenário possa fazer a sua apreciação quanto ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão o parecer formulado pelo deputado Divanir Braz Palma.

Em discussão.

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 2193, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando preferência da discussão e votação do Substitutivo-Geral de Plenário ao Projeto de Lei nº 015/2001, item 06 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária e Emenda a ele apresentadas sob nºs 2, 4, 5 e 7. **Aprovado.**

Em votação o Substitutivo Geral, ressalvadas as emendas 2, 4, 5 e 7.

Com a aprovação deste substitutivo, automaticamente as demais emendas estarão prejudicadas.

Em votação o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei Complementar nº 015/2201.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

O deputado Durval Amaral poderia fazer uma gentileza à Comissão de Segurança Pública e dizer que o Substitutivo Geral do Governo, que encontra-se em sua mão, na verdade contém duas emendas só: uma que muda o Conselho e outra que muda o "até", deputado. Por uma questão de justiça ao trabalho da Comissão de Segurança.

Obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Faço questão, já disse no meu pronunciamento, que 95% ou mais do substitutivo era de autoria da Comissão de Segurança Pública. Até por uma questão de Justiça. Nem quero que fiquem aqui os louros para o deputado Durval Amaral. Acho que para toda a Assembléia e um voto de louvor à Comissão de Segurança Pública, ao trabalho brilhante do deputado Ricardo Chab e de todos os membros da Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Substitutivo Geral. **Aprovado, artigo por artigo.** Por maioria da Casa. Os manifestantes

contrários são os deputados: Antônio Anibelli e Luiz Carlos Zuk.

Emenda nº 02.

(O Senhor 1º Secretário procede à leitura)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em votação a emenda.

Aprovada.

Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura das Emendas 4, 5 e 7.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

(Lê emendas 4, 5 e 7)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Todas aprovadas.

O SR. ALGACI TULIO

Acho que já houve uma emenda no mesmo teor.

O SR. PREIDENTE (Elio Rusch)

O que pode acontecer depois é que na Redação Final eles....

Em função da aprovação do substitutivo apresentado pelo deputado Durval Amaral, que na verdade é o substitutivo da Comissão de Segurança, as demais emendas estão todas prejudicadas.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, só para justificativa de voto. Estou satisfeito, porque vejo que o trabalho iniciado na Comissão de Constituição e Justiça, que embasou toda essa discussão, acabou surtindo os efeitos necessários. Acho que nesse momento quem ganha é a Polícia, quem ganha é a sociedade. Porque esta Casa discutiu e procurou chegar à perfeição, faltando pouquinho, mas vamos chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Só queremos lembrar aos deputados que nós temos mais duas Sessões Extraordinárias, logo após a Sessão Ordinária.

Nós queremos, mais uma vez, ratificar as palavras do presidente, deputado Hermas Brandão, de enaltecer e reconhecer o trabalho que a Comissão de Segurança Pública fez, na pessoa do seu presidente, Ricardo Chab, que discutiu amplamente esse projeto com toda a sociedade organizada do nosso Estado.

Parabéns à comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2215, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2150, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio e Ângelo Vanhoni, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, solicito à bancada de Sustentação ao Governo, que acompanhe o líder, neste momento, e votemos contra este requerimento.

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, solicitação de criação dessa Comissão Especial, integrada por sete parlamentares, suprapartidária, acho que não se trata de uma questão política de Oposição ou de Situação, por isso é que ela é suprapartidária. Queremos que, na verdade, esta Casa possa verificar de perto as atuais condições do sistema prisional no Estado do Paraná. Basta que se recorde o que ocorreu, recentemente, no Penitenciária Central do Estado; basta que se lembre o que está acontecendo hoje na cidade do deputado Luiz Carlos Zuk e do deputado Plauto Miró Guimarães, onde desde a madrugada há uma rebelião com situação crítica e que parece-me, até agora, ainda não solucionada. Temos constatado que há uma superpopulação carcerária nas Penitenciárias Estaduais e uma falta de agentes penitenciários para poder dar condições de trabalho, de ressocialização de presos e até mesmo podermos verificar essas reais situações. Quero dar como exemplo aqui, e até pegando dados que ocorreram ontem, durante a assembléia dos agentes penitenciários, e veja, senhor presidente e senhores deputados, até agora não voltaram para as suas funções. Por quê? Porque não há a mínima condição de retornar ao trabalho.

A Penitenciária Estadual de Londrina, e que me desmintam os deputados Moysés Leônidas e Belinati, também de lá, uma penitenciária para trezentos presos, tem hoje cento e vinte agentes penitenciários.

A Penitenciária Estadual de Maringá, também na mesma proporção de presos, também a mesma proporção de agentes penitenciários. A Penitenciária Central do Estado tem mais de um mil e quatrocentos presos, para cento e vinte agentes penitenciários. De que forma esta gente poderá trabalhar, poderá ter tranquilidade de trabalhar no sistema?

É nesse sentido que esta Comissão quer dar subsídios ao Governo, quer buscar essas informações, quer fazer um diagnóstico do Sistema Penitenciário, para que possamos discutir nesta Casa. Não adianta querermos esconder o sol com a peneira. Há uma crise no Sistema Penitenciário, há uma deficiência gritante e esta Casa não pode, neste momento, decidir pela não criação da Comissão, apenas por interesse político.

Por isso, apelo aos senhores parlamentares, que nos acompanhem na votação e na aprovação deste requerimento, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos senhores deputados que se dirijam aos seus lugares, para que possamos fazer a verificação de votação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Enquanto eles não se dirigem, senhor presidente, quero reafirmar o que o deputado Algaci Tulio falou. Ponta Grossa, a capacidade do Presídio Ildebrando de Souza, é de oitenta detentos, nós temos quase cento e noventa!

Esse motim, deputado, é realmente pela falta de planejamento, de organização do Sistema Penitenciário do Estado. E essa Comissão, meu nobre líder em exercício, Ademar Traiano, é para ajudarmos o Governo a solucionar o problema de presídio, como esse nosso de Ponta Grossa, de Maringá, de Londrina, de qualquer um. Vamos ajudar o Governo do Estado, essa Comissão Suprapartidária onde Vossa Excelência, através da base Aliada, terá maioria, iremos fornecer subsídios ao Sistema Previdenciário do Estado do Paraná, que está um caos.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, somente para anunciar que votaremos com o deputado Algaci Tulio, nós, das Oposições.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Bandão)

Está em votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será procedida a verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Solicito aos senhores deputados, que permaneçam nos seus lugares, senão o nosso secretário não terá condições de fazer a contagem.

Dezoito senhores deputados aprovam o requerimento.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e seis senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e seus senhores deputado rejeitam.

Está **rejeitado** o Requerimento.

Requerimentos nºs 2165 a 2167, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2168, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2169 a 2179, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2171 a 2172, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2173 a 2175 e 2181, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2176 e 2177, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2178 a 2192, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2187, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2180, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2182, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2184 a 2186, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2189, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2191, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 2194 a 2209, 2211 e 2212, de autoria do senhor deputado Ricardo Maria, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2091, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, é importante encaminhar este requerimento simples, já que o Governo do Estado do Paraná está recebendo a segunda parcela do Plano Nacional de Segurança Pública, e sabemos que existe um plano de aplicação onde o Governo do Estado tem uma pauta de aplicação dos recursos e é de extrema importância para esta Casa e para a nossa sociedade, porque tenho sido cobrado de toda a população para saber exatamente deste programa de ação em parceria com o Governo Federal para onde e como tem sido aplicado, e nós temos uma obrigação perante a sociedade de esclarecer este volume de recursos recebido no ano passado, no valor de 15 milhões de reais e o esclarecimento do Governo do Estado a esta Casa e à sociedade, é o mínimo que se espera deste Governo quanto da aplicação desses 15 milhões, tão importante e necessário na aplicação da segurança pública no Estado do Paraná.

Então, eu encareço aos senhores deputados, é um requerimento simples, banal, de informação que cabe a

todos nós e à sociedade, por isso requeiro a aprovação do seu apoioamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Está em votação. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO
Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Verificação de votação.
21 senhores deputados aprovam;
26 senhores deputados rejeitam.
Rejeitado o requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)
Quero agradecer o nosso 1º secretário por lembrar dos deputados que estão, desde as duas e meia, aqui, trabalhando e providenciar, para a alegria de toda a nossa bancada, e de todos os deputados da Casa, um lanche.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Não só os deputados, eu acho que também o 1º secretário, providenciou lanche para os nosso visitantes, também, e os funcionários, lógico.
Solicito, após, a indicação que foi feita por todos os partidos políticos, através do nosso vice-presidente,

deputado Elio Rusch, a instalação das Comissões de Investigações, nesta Casa.

A Ordem do Dia vai ser confeccionada, mas quero já esclarecer o Plenário que, amanhã, estará em discussão, nesta Casa, as contas de 92 e 96.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 28, às 10h00 com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 146, 058, 256 e 135/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 247, 115 e 025/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 084, 110, 163, 172, 181, 183, 192, 193, 197/2001 e 024/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 002 e 031/2000.

Levanta-se a Sessão.